

Faculdade de Letras da Universidade do Porto



## **Inventário e Estudo do Património Cultural de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão)**

*Um Modelo de Gestão Patrimonial*

Paulo Alexandre Campos Sampaio Correia

Vol. I – Relatório de Estágio

Porto  
2011

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**Inventário e Estudo do Património Cultural de Gondifelos  
(Vila Nova de Famalicão)**

*Um Modelo de Gestão Patrimonial*

Paulo Alexandre Campos Sampaio Correia

Dissertação de Mestrado em História e Património Ramo de Mediação Patrimonial

Orientadores: pela *FLUP*, Professora Doutora Inês Amorim  
pela *Câmara Municipal de Famalicão*, Dr. Nélson Pereira

Porto  
2011

Este Relatório é composto por:

- **Dois Volumes** (I Volume: *Relatório de Estágio*; II Volume: *Anexos*)
- **Um CD** (Conteúdo: *Fichas de Inventário do Património Cultural de Gondifelos*; *Guia de Apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia aplicada ao programa de Gestão Patrimonial InPatrimonium Premium* e um conjunto de fotografias de todos os bens patrimoniais inventariados da freguesia de Gondifelos).

**Capa:**

Fotografias da Igreja Paroquial de São Félix e Santa Marinha de Gondifelos; Azenha da Casa agrícola da Zenha do Trigo; Ponte românica da Gravateira; Portal da Quinta da Fiança, encimado pelo Brasão de Armas da Família Ferreira de Macedo; Altar da Capela de Santa Maria Madalena; Castro de Penices; Casa agrícola Campos e Conjunto de estruturas agrícolas da Casa agrícola de José Oliveira da Costa (Herdeiros).

(Fotografias cedidas pelo Autor)

# ÍNDICE

## Volume I – Relatório de Estágio

Abreviaturas.....	7
Agradecimentos .....	8
Resumo .....	9
Abstract.....	10
 <b>Introdução .....</b>	 <b>11</b>
I. Objeto de Estudo.....	12
II. Corpus Documental .....	18
III. Metodologia .....	32
IV. Estrutura do Relatório .....	35
 <b>Capítulo 1. Património Cultural – percursos teóricos para uma gestão integrada.</b>	<b>37</b>
1.1 Construção do conceito de Património Cultural .....	39
1.2 Algumas reflexões sobre os Inventários Patrimoniais .....	44
1.3 Base de Dados – Qual a importância da sua utilização na gestão patrimonial?.....	48
 <b>Capítulo 2. Um percurso de investigação em ambiente de trabalho – o Estágio Curricular .....</b>	 <b>51</b>
2.1 Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - evolução histórica, funcional e organizacional.....	53
2.2 Gestão integrada do Património Cultural em vigor no Município de Vila Nova de Famalicão .....	57
2.3 Atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio Curricular .....	61
2.3.1 Atividades inicialmente propostas e desenvolvidas .....	61
2.3.2 Atividades complementares desenvolvidas .....	71
 <b>Capítulo 3. Proposta de um Modelo de Gestão integrada do Património Cultural</b>	<b>79</b>
3.1 Reflexão crítica sobre alguns modelos de fichas de inventário .....	81
3.2 Construção do primeiro modelo de ficha de inventário .....	89

3.3 Modelo de ficha de inventário proposto <i>versus</i> Modelo de ficha de inventário do programa de gestão patrimonial <i>InPatrimonium Premium</i> .....	93
3.4 Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia aplicada ao programa de gestão patrimonial <i>InPatrimonium Premium</i> .....	102
 <b>Capítulo 4. Projeto de Mediação Patrimonial – um projeto viável: a freguesia de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão)</b> .....	105
4.1 Breve descrição geográfica e histórica da freguesia de Gondifelos.....	107
4.2 Análise e reflexão sobre os bens patrimoniais de Gondifelos.....	111
4.3 Um projeto e uma base de dados ao serviço da Mediação Patrimonial .....	115
 <b>Conclusão</b> .....	119
 <b>Fontes e Bibliografia</b> .....	125

## **Índice de Imagens**

Nº 1 – Estrutura Orgânica do Município de Vila Nova de Famalicão .....	53
Nº 2 – Listagem dos nomes de Proprietários da freguesia de Gondifelos .....	66
Nº 3 – Listagem dos Registos das Propriedades Urbanas inseridos nos Registos Notariais de Vila Nova de Famalicão .....	67
Nº 4 – Listagem dos Moinhos e Azenhas existentes na freguesia de Gondifelos .....	69
Nº 5 – Folha do Inventário Material da Base de Dados entregue ao Presidente da Junta de Freguesia de Gondifelos .....	75
Nº 6 – Folha do Inventário Imaterial da Base de Dados entregue ao Presidente da Junta de Freguesia de Gondifelos .....	76
Nº 7 – Folha auxiliar respeitante às fotografias dos bens patrimoniais inseridos no Inventário do Património Material da Base de Dados entregue ao Presidente da Junta de Freguesia de Gondifelos .....	77
Nº 8 – Manual de explicação do preenchimento da Base de Dados entregue ao Presidente da Junta de Freguesia de Gondifelos .....	78

## **Índice de Tabelas**

Nº 1 – Relação entre os Campos da Ficha de Inventário do IGESPAR e do IHRU/SIPA .....	82
Nº 2 – Campos do Modelo da Ficha de Inventário construída no programa informático <i>Microsoft Office Excel</i> .....	91
Nº 3 – Correspondência entre os Campos do Modelo de Ficha de Inventário construído no programa informático <i>Microsoft Office Excel</i> e os Campos do programa de gestão patrimonial <i>InPatrimonium Premium</i> .....	94
Nº 4 – Campos adicionais do Modelo de Ficha de Inventário do programa de gestão patrimonial <i>InPatrimonium Premium</i> .....	97
Nº 5 – Modelo de Ficha de Inventário Definitivo .....	98
Nº 6 – Modelo da Estrutura do Guia de apoio ao Utilizador do programa de gestão patrimonial <i>InPatrimonium Premium</i> .....	103

## **Índice de Gráficos**

Nº 1 – Nº de bens patrimoniais inventariados na freguesia de Gondifelos nos anos de 1982, 1993, 2004 e 2011 .....	111
Nº 2 – Nº de bens patrimoniais inventariados na freguesia de Gondifelos no ano de 2011, distribuído por tipologias .....	113

## **Índice de Mapas**

Nº 1 – Mapa da freguesia de Gondifelos.....	107
---	-----

## **ABREVIATURAS**

**FLUP** – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**GPC/CMVNF** – Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

**ICOMOS** – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

**IGESPAR** – Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitetónico

**IHRU** – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

**IMC** – Instituto dos Museus e da Conservação

**IPA** – Instituto Português de Arqueologia

**IPPAR** – Instituto Português do Património Arquitetónico

**IPPC** – Instituto Português do Património Cultural

**PDM** – Plano Diretor Municipal

**SIPA** – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

**Vd.** – Vide

## AGRADECIMENTOS

A concretização deste projeto que agora se apresenta só foi possível graças a um conjunto de pessoas e instituições a quem eu quero prestar o meu mais sincero reconhecimento e agradecimento.

Em primeiro lugar, à Professora Doutora Inês Amorim. Deve-lho muito do meu percurso académico, do gosto pela História, do rigor científico, do humanismo e, acima de tudo, da amizade. Embora se considere ainda uma aprendiz de História, para mim é um dos maiores vultos da historiografia portuguesa e um exemplo a ser seguido pelos jovens historiadores.

Ao Dr. Nélon Pereira e à D. Alexandrina Costa, do Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Não existem palavras para descrever o meu agradecimento. Sempre procuraram proporcionar todas as condições, possíveis e impossíveis, para desempenhar com todo o rigor e objetividade o meu trabalho. Obrigado por me fazerem sentir em casa.

Aos restantes professores do Mestrado em História e Património, que me ajudaram a olhar para o projeto de diferentes formas, sempre com um espírito crítico, objetivo e científico.

Aos colegas que proporcionaram debates, troca de conhecimentos e experiências, especialmente à Ana Isabel e à Inês, futuras grandes historiadoras. Obrigado pela vossa amizade.

Por último, à pessoa que sempre me apoiou e que sem a sua ajuda este projeto nunca teria sido elaborado e executado. Pelas horas de ausência, pelo acompanhamento nas viagens a Gondifelos e pela força nos momentos de desânimo. Sempre serás a estrelinha que ilumina o meu caminho.

Quero ainda dedicar este projeto à pessoa mais importante da minha vida, recentemente desaparecida do nosso meio mas, esteja onde estiver, penso que estará com orgulho deste seu neto. Obrigado por tudo avó.



## RESUMO

O Relatório e Projeto que se apresentam são o resultado final de um percurso académico aliado a um estágio curricular desenvolvido no Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do Mestrado em História e Património.

Tendo como objetivo principal a implementação de um modelo de gestão patrimonial no município famalicense, procurou-se elaborar um conjunto de ferramentas com vista à concretização desse objetivo, nomeadamente: um modelo standardizado de ficha de inventário; um guia de apoio ao utilizador e de normalização da terminologia aplicado ao programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium*; um modelo de gestão dos arquivos documental e fotográfico e a elaboração de uma base de dados que congregasse os bens patrimoniais inventariados de cada freguesia a ser entregue ao respetivo Presidente de Junta. A freguesia de Gondifelos, por reunir um elevado número de bens patrimoniais aliado a uma diversidade de tipologias, funcionou como freguesia modelo, na qual se aplicaram as várias ferramentas mencionadas, patenteada na realização de um inventário e estudo dos seus bens patrimoniais.

Metodologicamente, baseamo-nos em alguns modelos de inventário e de manuais de terminologia produzidos por entidades estatais ligadas à gestão do Património Cultural de países como Portugal, França, Espanha, Inglaterra e Brasil; de diversa legislação nacional e internacional produzida sobre o Património Cultural e de um manancial de fontes de informação distribuídas por fontes manuscritas, bibliográficas e orais.

Por último, terminamos este relatório indicando as vantagens que a implementação deste modelo de gestão patrimonial trará para os gabinetes que tutelam o Património Cultural do Município de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente ao nível da gestão, preservação, identificação e divulgação patrimonial.

## ABSTRACT

The Report and the Project presented are an end result of an academic course combined with a developed curricular stage at the Office of Cultural Heritage from the municipality of Vila Nova de Famalicão, within the Master Degree in History and Patrimony.

Its main goal is to implement an heritage management model in the municipality of Famalicão. We tried to develop a set of tools for attaining this goal, including: a standardized model of an inventory sheet; a guide for user support and standardization of terminology applied to the asset management program "*In Patrimonium Premium*"; a model of management of documentary and photographic archives and the development of a database that brought together the heritage assets inventoried in each civil parish to be delivered to the respective parish council. The parish of Gondifelos, due to gathering a large number of assets combined with a diversity of typologies, worked as a model parish in which the various aforementioned tools were applied. This was made evident in the realization of an inventory and study of their heritage assets.

Methodologically, we relied on some models of inventory and terminology manuals produced by state entities linked to the management of cultural heritage from countries such as Portugal, France, Spain, England and Brazil; on diverse national and international legislation produced on cultural heritage and a wealth of information sources distributed across manuscript, bibliographical and oral sources.

Finally, we finish this report, showing the advantages that the implementation of this heritage management model will bring to the offices that oversee the Cultural Heritage of the municipality of Vila Nova de Famalicão, particularly in the heritage management, preservation, identification and divulgation.

## **INTRODUÇÃO**

## I. OBJETO DE ESTUDO

O Relatório e o Projeto que se apresentam são o resultado final de um percurso académico aliado a um estágio curricular desenvolvido no Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, no âmbito do *Mestrado em História e Património – ramo Mediação Patrimonial*, ministrado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Setembro 2009 - Setembro 2011).

A escolha do projeto estava, à partida, condicionada por razões de diversa ordem. A primeira prendia-se com a própria estrutura organizacional do Mestrado. Estando o mesmo dividido em três ramos de especialização<sup>1</sup>, a opção por um já delimitava o próprio tema de estudo. Um segundo condicionalismo recaía na nossa opção pela realização de um estágio curricular, o qual pressupunha a elaboração de um projeto final, em vez da realização de uma dissertação puramente académica. Assim, teríamos que encontrar um tema que pudesse ser executado num projeto e que o mesmo se concretizasse através da realização de um estágio curricular, projeto esse inserido no ramo de Mediação Patrimonial.

A tarefa foi-nos facilitada pelo Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, ao dar-nos a oportunidade de elaborar um projeto relacionado com o Património Cultural de uma das suas freguesias – Gondifelos. A sua execução seria concretizada através da realização de um estágio curricular, com a duração de 400 horas, no respetivo Gabinete.

A opção por centrarmos a nossa investigação na freguesia de Gondifelos resultou de uma série de fatores. Uma prospeção, mesmo que breve, na compilação de informação acerca das diferentes freguesias que compõem o concelho, suscitou algumas reflexões. Desde logo, sendo uma das freguesias mais recentes integradas no concelho de Vila Nova de Famalicão (ano de 1872, como se verá no ponto 4.1), o seu estudo está ainda pouco desenvolvido pelos investigadores. Escasseiam as menções respeitantes a ela e as que existem inserem-se num conjunto de indicadores marginais, como complemento ao estudo de outras freguesias ou até ao próprio concelho. Nunca foi objeto central de títulos como “*monografia sobre...*”, “*estudo sobre...*” mas sim em

---

<sup>1</sup> Especializações em: Estudos Locais e Regionais - Construção de Memórias, Arquivos Históricos e Mediação Patrimonial.

referências integradas noutros estudos<sup>2</sup>. Existe, assim, uma necessidade local em se elaborar uma contextualização histórica que identifique os sentidos do património e os seus produtores, e que permita, acima de tudo, a classificação do Património Cultural da freguesia.

Por outro lado, a prospeção realizada, logo de início, apresentava-nos a freguesia de Gondifelos como uma freguesia modelo no que diz respeito ao Património, por congregar, dentro dos seus limites, as diferentes tipologias patrimoniais existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão. Funcionaria, assim, como um modelo, uma plataforma de conhecimento e exercício teórico-prático que, posteriormente, poderá ser aplicado a todas as freguesias do concelho. Daqui resulta a pertinência da escolha desta freguesia, não só como forma de colmatar um vazio em termos historiográficos e de investigação sobre a freguesia e sobre o seu Património, mas também por servir como exercício modelar, que poderá ser aplicado às restantes freguesias (dentro ou mesmo fora do concelho).

Intitulado “*Inventário e Estudo do Património Cultural de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão) – Um Modelo de Gestão Patrimonial*”, este projeto pressupõe, como o próprio título indicia, a realização de três grandes tarefas: a de um *Inventário* patrimonial atualizado<sup>3</sup> da freguesia de Gondifelos; a de um *Estudo* histórico sobre os bens patrimoniais<sup>4</sup> inventariados<sup>5</sup>, dando ênfase à evolução do bem ao longo dos

---

<sup>2</sup> O estado da arte respeitante à freguesia de Gondifelos, em geral, e ao seu Património Cultural, em particular, está circunscrito às seguintes obras: TRIGUEIROS, António Júlio Limpo – *A Casa da Quinta da Fiança: Gondifelos, 1670-2007*. S.l: [Edição do autor], 2007; VIEIRA, A. Martins – *Alminhas no Concelho de Vila Nova de Famalicão*. Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1988. vol. 8; VIEIRA, A. Martins – *As Capelas no Concelho de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 2000; CAPELA, José Viriato e SILVA, António Joaquim Pinto da – *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001; SANTOS, Maria José Ferreira dos – *O moinho de papel de Gondifelos, Famalicão*. In MENDES, José Amado e FERNANDES, Isabel – *Património e Indústria no Vale do Ave: Um passado com futuro*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002.

<sup>3</sup> A freguesia de Gondifelos já tinha sido alvo de três inventários. O primeiro em 1982, o segundo em 1993 e o terceiro em 2004 (**Vd. ponto I da Introdução**).

<sup>4</sup> Ao longo do relatório, quando nos referirmos aos imóveis inventariados da freguesia de Gondifelos iremos apelidá-los de bens patrimoniais. Assim, consideram-se bens patrimoniais todos os bens imóveis, além dos móveis e imateriais, que possuem um valor histórico, artístico, arquitetónico, memorial, identitário, entre outros, que sejam relevantes para a preservação da memória e da identidade da população.

<sup>5</sup> Hierarquicamente, optamos por mencionar em primeiro lugar o *Inventário* e só depois o *Estudo* porque não partimos do zero na realização deste projeto. O mesmo partiu de uma listagem pré-existente na qual estavam integrados os bens patrimoniais inventariados da freguesia de Gondifelos nos anos de 1982, 1993

tempos, tendo em conta os contextos, produtores e evoluções arquitetónicas; e a da elaboração/utilização de uma *Base de Dados informatizada* que consiga gerir os bens patrimoniais inventariados e a investigação realizada sobre os mesmos. Todas estas tarefas têm como finalidade a construção de um modelo de inventariação, investigação e gestão do Património Cultural do concelho de Vila Nova de Famalicão.

A elaboração deste projeto parece-nos de todo pertinente e oportuna porque vai ao encontro de uma nova fase de patrimonialização que os Gabinetes responsáveis pela gestão do Património Cultural de Vila Nova de Famalicão<sup>6</sup> querem preconizar no concelho, patrimonialização essa que se iniciou no ano de 1982 e que, até ao momento, percorreu três fases. A primeira fase decorreu no ano de 1982, quando o Município de Vila Nova de Famalicão criou o Gabinete de Arqueologia, inserido no Departamento da Cultura, com a missão de estudar, inventariar, preservar, divulgar e proteger o património do concelho, independentemente da sua tipologia. É este Gabinete que vai proceder ao primeiro levantamento patrimonial do concelho. Contudo, o facto de serem profissionais ligados à arqueologia a procederem a esse primeiro levantamento levou, naturalmente, a um enfoque mais exaustivo no património arqueológico, em detrimento das restantes tipologias patrimoniais<sup>7</sup>.

Em 1993, iniciou-se a segunda fase de patrimonialização. Nesse ano, foi enviado a todos os presidentes de juntas de freguesia um questionário, em papel (**Vd. anexos nºs 3 e 4**), dividido em três partes. A primeira parte constava de uma listagem de todos os bens patrimoniais da freguesia, inventariados em 1982 (**Vd. anexo nº 5**), e pretendia-se que identificassem os bens patrimoniais que ainda existiam. A segunda parte estava intimamente relacionada com a primeira porque, depois da identificação, pedia-se que registassem o seu estado de conservação<sup>8</sup>. Na terceira e última parte, os presidentes de

---

e 2004. Embora no inventário atual tenhamos introduzido outros bens que não constavam dessa listagem, a maioria dos bens que estudamos já se encontravam inventariados.

<sup>6</sup> A gestão do Património Cultural de Vila Nova de Famalicão está dividida por três Gabinetes. A inventariação, estudo e gestão do Património Arqueológico é da responsabilidade do Gabinete de Arqueologia, enquanto as restantes tipologias patrimoniais, vulgo apelidadas de Património Imóvel, estão sob a alçada do Gabinete do Património Cultural. A gestão do Património Imaterial, que está a dar os primeiros passos no concelho através de um primeiro levantamento que se iniciou no último trimestre de 2010, encontra-se sob a responsabilidade do Gabinete dos Assuntos Culturais.

<sup>7</sup> É neste período que se realizam as grandes descobertas, estudos e ações respeitantes ao Património Arqueológico do concelho. Relativamente ao Património Arquitetónico, o mesmo apenas sofreu um levantamento fotográfico, juntamente com algumas referências indicadas pelos inventariantes, através da observação no terreno. Vd. anexo nº 5.

<sup>8</sup> O estado de conservação estava dividido em quatro hipóteses: *Bom, Razoável, Degradado e Em Ruínas*.

Junta eram convidados a mencionarem os bens patrimoniais que, embora não tivessem sido inventariados em 1982, tinham algum relevo para a freguesia e, por isso, merecessem a integração numa listagem atualizada do Património Cultural da freguesia. Foi a partir deste questionário e do inventário de 1982 que foram escolhidos, segundo a aplicação de um critério de balizagem cronológica<sup>9</sup>, trezentos bens patrimoniais para constarem na Carta do Património que, posteriormente, seria inserida no Plano Diretor Municipal do ano de 1994<sup>10</sup>.

A terceira fase de patrimonialização ocorreu durante os anos de 2003/2004. Nesses dois anos foi efetuado um novo levantamento fotográfico pelos técnicos do Gabinete do Património Histórico-Cultural, criado dois anos antes e inserido no Departamento da Cultura. Ao todo foram inventariados mil trezentos e setenta e quatro bens patrimoniais<sup>11</sup> (**Vd. anexo nº 2**). Após o levantamento fotográfico, iniciou-se um primeiro modelo de gestão patrimonial. Criaram-se dois arquivos, um administrativo e outro fotográfico. No Arquivo Administrativo, as freguesias foram divididas por pastas, cada uma contendo um número de identificação (**Vd. ponto 2.2**). Cada uma das pastas possuía os seguintes itens: um ortofotomapa da freguesia, que localizava geograficamente os bens patrimoniais; uma listagem em *Word* dos bens patrimoniais inventariados com o respetivo número de inventário (**Vd. ponto 2.2**) e toda a documentação respeitante a cada bem patrimonial (Fichas de inventários; Fotocópias de fotografias e de bibliografia; Correspondência; Processos de Classificação e de Obras, entre outros). No Arquivo Fotográfico, as freguesias foram divididas pelo seu número de inventário, possuindo fotografias de vários anos e de diversos ângulos de cada bem patrimonial. Foi a partir deste levantamento e modelo de gestão que foi criado o Gabinete do Património Cultural, também sob a alçada do Departamento da Cultura e Turismo, substituindo o Gabinete do Património Histórico-Cultural.

---

<sup>9</sup> Foram inventariados todos os bens patrimoniais com data de construção/iniciação anterior a 1900.

<sup>10</sup> Os bens patrimoniais pertencentes à freguesia de Gondifelos inseridos na Carta do Património do Plano Diretor Municipal de 1994 foram: a Capela de Santa Maria Madalena, a Capela de Nossa Senhora da Conceição, a Quinta da Fiança, os dois Marcos da Casa Ducal de Bragança, a Ponte da Gravateira, o Conjunto de 6 moinhos e 1 azenha no lugar da Mocha e de Penices, a Quinta de Crujes, a Casa Agrícola Campos, a Fábrica de Papel e Cartão J.A.P., o Castro de Penices e a Mamoa de Fiães.

<sup>11</sup> Este número de mil trezentos e setenta e quatro bens patrimoniais inventariados durante os anos de 2003/2004 inclui os bens patrimoniais inventariados no levantamento de 1982 e 1993, acrescentando-se outros, através de um trabalho de campo que decorreu entre os anos de 2003 e 2004, embora esse levantamento no terreno tenha sido somente fotográfico. Sem números concretos, julga-se que este último levantamento tenha acrescentado aos levantamentos anteriores mais de 500 bens patrimoniais.

A nova fase de patrimonialização que se pretende desenvolver no concelho de Vila Nova de Famalicão tem como objetivos principais: a realização de um novo levantamento patrimonial do concelho; a elaboração de um estudo científico sobre os bens patrimoniais inventariados; a utilização de uma ferramenta informática que possa gerir todo o universo patrimonial do concelho; a disponibilização *on-line* desses bens patrimoniais inventariados e de toda a informação que os ajude na identificação e caracterização. Podemos considerar que esta nova fase de patrimonialização iniciou-se no ano de 2005 quando o Gabinete de Arqueologia, através de um projeto na área da arqueologia, financiado por Fundos Comunitários permitiu, entre outros aspetos, a aquisição de um programa informático de gestão patrimonial – *InPatrimonium* – e a elaboração de um *site* dedicado ao património arqueológico do concelho. Enquanto o Gabinete de Arqueologia assumia a utilização, controlo e gestão desse programa informático, iniciando a introdução das suas fichas de inventário e de toda a informação que possuía respeitante ao património arqueológico, o Gabinete do Património Cultural continuava com a gestão do “seu” património através do sistema de arquivo, acima referido. No entanto, a partir deste projeto, pretendeu-se que o Gabinete do Património Cultural iniciasse também a informatização das suas fichas de inventário e de toda a informação que possuía sobre os bens patrimoniais que se encontram sob a sua alçada.

É, assim, neste contexto, que nos inserimos. Compreende-se, portanto, que da nossa investigação excluíssemos o património arqueológico por o mesmo ser da competência e responsabilidade do Gabinete de Arqueologia e a proposta de projecto estar associada ao Gabinete do Património Cultural. Contudo, não ignoramos nunca esta informação já construída, pelo que, na elaboração das fichas de inventário respeitantes ao Património Arqueológico servimo-nos dos estudos já realizados sobre os mesmos pelos técnicos do Gabinete de Arqueologia.

Tendo em conta esta nova fase de patrimonialização que está a decorrer, no concelho de Vila Nova de Famalicão, os objetivos que nos propomos a cumprir com a elaboração do projeto são:

- realização de um inventário atualizado do Património Cultural da freguesia de Gondifelos, centrado, sobretudo, no património arquitetónico e arqueológico, embora fornecêssemos, ao mesmo tempo, pequenas achegas para o primeiro inventário do Património Cultural Imaterial do concelho que está a ser realizado pelos técnicos do Gabinete dos Assuntos Culturais.



- elaboração de uma investigação histórica acerca dos bens patrimoniais inventariados, centrando-a nos sentidos históricos desses bens, os seus usos, antigos e sucessivos, e evolução da sua propriedade, a arquitetura, enfim, a funcionalidade do bem ao longo dos tempos<sup>12</sup>;
- elaboração de um modelo de gestão patrimonial aplicado ao Património Cultural de Vila Nova de Famalicão, através da utilização de um programa informático – *InPatrimonium Premium*<sup>13</sup>;
- sincronização dos campos e da terminologia que propomos utilizar com a base de dados já utilizada pelo Gabinete de Arqueologia, criando desta forma uma única base de dados que possa agregar todas as tipologias patrimoniais existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão, a ser utilizada ao mesmo tempo pelos respetivos gabinetes;
- elaboração de um Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia aplicada ao programa de gestão patrimonial – *InPatrimonium Premium*;
- reorganização do arquivo documental e fotográfico existente no Gabinete do Património Cultural;

A realização deste projeto visa, deste modo, colmatar uma necessidade que o Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão possui no campo da gestão e da investigação do Património Cultural, integrando-se, ao mesmo tempo, na nova fase de patrimonialização que está a ser preconizada no concelho. Este é o desafio fundamental, que nos obriga a refletir acerca dos conceitos de património e inventário, muitas vezes questionando os critérios e os procedimentos de classificação, o que nos aproxima mesmo de uma dissertação. Só com a investigação em fontes manuscritas, impressas e orais, a qual nos propomos fazer, é que nos permitirão contextualizar, identificar e classificar o património.

---

<sup>12</sup> A opção por focarmos a investigação histórica sobre estas vertentes dos bens patrimoniais resultou de alguns condicionalismos existentes. Por um lado, o tempo disponível para a investigação não permitia um aprofundamento exaustivo de cada bem patrimonial. Por outro lado, a investigação foi condicionada também pelos campos pré-existentes da ficha de inventário. Assim, a investigação e informações recolhidas tinham como objetivo principal o preenchimento desses campos.

<sup>13</sup> O programa informático de gestão patrimonial *InPatrimonium*, na sua versão *Premium*, foi elaborado pela empresa *Sistemas de Futuro – Multimédia, Gestão e Arte, Lda.*, com o objetivo de permitir uma melhor gestão de todos os bens patrimoniais de uma autarquia, de um museu, de uma instituição, de uma empresa, entre outros. No terceiro capítulo explicaremos o modo de funcionamento do programa e da ficha de inventário utilizada.

## II. CORPUS DOCUMENTAL

O corpo documental utilizado na elaboração deste projeto resultou de uma pesquisa orientada para as principais tarefas que nos propomos realizar: discussão dos conceitos de Património, Inventário e Base de Dados; elaboração/utilização de uma Base de Dados informatizada de gestão do Património Cultural e de ferramentas inerentes a ela, nomeadamente a elaboração de um Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia; a realização de um Inventário do Património Cultural da freguesia de Gondifelos e de um estudo histórico sobre os bens patrimoniais inventariados.

Deste modo, e de forma a permitir uma melhor compreensão das fontes de informação utilizadas e consultadas na elaboração deste projeto, decidimos agrupá-las em três grandes grupos: um primeiro grupo, em que se abordam as fontes que permitiram a discussão dos conceitos acima referidos; um segundo grupo, respeitante aos modelos de fichas de inventário e de base de dados que permitiram a construção e reflexão da base de dados utilizada neste projeto; e um terceiro grupo onde são abordadas as fontes de informação arquivísticas e bibliográficas que permitiram a elaboração do estudo histórico sobre os bens patrimoniais inventariados.

Relativamente ao primeiro grupo, dedicado à discussão dos conceitos de Património, Inventário e Base de Dados<sup>14</sup>, iniciamos o nosso percurso documental pela consulta de obras que nos permitissem obter definições sucintas e objetivas, como foram os casos de Dicionários<sup>15</sup> e Enciclopédias<sup>16</sup>. Esta consulta revelou-se indispensável porque nos permitiu tomar conhecimento da diversidade de definições existentes. Foi esta complexidade de definições que nos levou a consultar bibliografia mais específica sobre esses conceitos.

---

<sup>14</sup> Convém referir que os conceitos de inventário/base de dados que aqui se tenta debater referem-se exclusivamente aos de inventário/base de dados relacionados com o Património Cultural.

<sup>15</sup> “*Património*” - Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Academia das Ciências de Lisboa. Verbo. II volume. 2001. Lisboa, pág. 2784 e Novo Dicionário da Língua Portuguesa conforme Acordo Ortográfico. Lisboa: Texto Editores, 2007, pág. 1439.

<sup>16</sup> “*Património*” - Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol. XX. Lisboa. Editorial Enciclopédia, Limitada, pp. 630-631 e Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI. Vol. XX. Lisboa - São Paulo. 1999, pp. 382-383.

No que diz respeito aos conceitos de Património e de Inventário/Base de Dados, as obras que nos mereceram uma atenção mais pormenorizada<sup>17</sup> foram as de Françoise Choay<sup>18</sup>, Marc Guillaume<sup>19</sup>, David Lowenthal<sup>20</sup>, Nathalie Heinich<sup>21</sup>, Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>22</sup> e as obras coordenadas por Manuel João Ramos<sup>23</sup> e Jorge Custódio<sup>24</sup>. Socorremo-nos de bibliografia portuguesa, francesa e inglesa, não só por serem obras de referência em matérias relacionadas com teorias do património, mas também porque nos proporcionava uma visão mais alargada do mesmo conceito integrado noutras realidades.

A incontornável obra, *A Alegoria do Património*, de Françoise Choay, é um bom manual de iniciação à temática patrimonial. Nesta obra, a autora traça a evolução do conceito de monumento e de monumento histórico, desde a civilização grega até ao século XX, em que o termo monumento deriva para património histórico e mais tarde para património cultural, fornecendo sempre a ideia de um conceito que, ao longo dos tempos, alargou-se e que ainda tem tendência para se expandir mais. É esta abrangência do conceito de património que Marc Guillaume em *A Política do Património* tenta transmitir, através, como o autor refere “*de uma obsessão que a sociedade atual tem pelo passado e pela conservação do seu passado, da sua memória*”<sup>25</sup>, referindo-se ainda às várias fases de conservação que existiram ao longo dos tempos. Dentro dessa linha segue ainda a obra coordenada pelo Manuel João Ramos que debate, através de alguns artigos de personalidades de várias áreas disciplinares, a tipologia patrimonial em voga na atualidade: o imaterial, como forma de se preservar a memória e o passado.

---

<sup>17</sup> Estas foram as obras que mereceram uma análise mais cuidada devido à pertinência da informação contida. No entanto, outras obras foram consultadas e analisadas que constarão na secção de Fontes e Bibliografia inserida na parte final deste volume.

<sup>18</sup> CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 1999.

<sup>19</sup> GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras, 2003.

<sup>20</sup> LOWENTHAL, David – *The past is a foreign country*. Cambridge: University Press, 1990.

<sup>21</sup> HEINICH, Nathalie – *La Fabrique du Patrimoine*. Paris: Maison des sciences de l’homme, 2009.

<sup>22</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Património: Riegl e Hoje*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

<sup>23</sup> RAMOS, Manuel João (Coord.) – *A Matéria do Património: Memórias e Identidades*. Lisboa: Colibri, 2003.

<sup>24</sup> CUSTÓDIO, Jorge (Coord.) – *100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010.

<sup>25</sup> GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*, o.c., p. 79.

David Lowenthal, na obra *The past is a foreign country*, afirma, no entanto, que é impossível conhecer com rigor o passado e daí a conservação e a preservação que se está a realizar dele é condicionada por vários fatores, sejam humanos, económicos, políticos ou sociais. Estas quatro obras são as essenciais para se teorizar sobre a evolução do conceito de Património ao longo dos tempos.

O artigo *Património: Riegl e Hoje*, de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, apesar de escrito há mais de 25 anos, revela-se de análise obrigatória porque nele discute-se não só o conceito de Património como o modo como se deve proceder a um inventário patrimonial. É preciso, segundo o autor, seguir um conjunto de critérios, senão entra-se num caminho de se querer preservar e conservar tudo, o que ele designa como “Complexo de Noé”.

Nathalie Heinich, por seu lado, num estudo recente (2009), em *La Fabrique du Patrimoine*, fornece indicações importantes de como se deve proceder ao levantamento do Património Cultural e o tipo de campos a introduzir numa futura ficha de inventário. Esta obra, depois de uma reflexão fruto do empirismo que a experiência concede, é uma súmula dos procedimentos realizados no Inventário Geral do Património Cultural de França, do qual ela foi uma das coordenadoras. Por último, e não obstante ser uma obra recente (2010), a obra coordenada por Jorge Custódio – *100 anos de Património: Memória e Identidade*, é já uma referência na bibliografia portuguesa que se debruça sobre a temática patrimonial. Nela faz-se a evolução das políticas patrimoniais levadas a cabo, ao longo do último século, em Portugal, abordando vários temas, desde as diversas instituições que tutelaram os diversos patrimónios, passando pelos vários inventários realizados nos últimos cem anos, até terminar nas novas linhas pelo qual se deve orientar a gestão patrimonial.

Paralelamente à análise bibliográfica, consultou-se a legislação portuguesa e as diversas Cartas, Convenções e Recomendações internacionais sobre o Património Cultural. No que diz respeito à legislação portuguesa, é de destacar as duas *Leis Bases do Património Cultural português*<sup>26</sup> e o *Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*<sup>27</sup>. Estes três diplomas foram baseados em diversa “legislação” internacional, a qual também foi objeto de análise, nomeadamente a *Carta de Atenas* (1931); a *Carta de Veneza* (1964); a *Convenção para a Proteção do Património*

---

<sup>26</sup> Lei de Bases do Património Cultural português nº 13/85, de 6 de Julho e Lei de Bases do Património Cultural português nº 107/2001, de 8 de Setembro.

<sup>27</sup> Decreto-Lei nº 139/2009, de 15 de Junho.

*Mundial, Cultural e Natural* (1964); a *Carta Europeia do Património Arquitetónico* (1975); a *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa* (1985); a *Recomendação sobre a Proteção do Património Arquitetónico do século XX* (1991); a *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico* (1992); a *Carta sobre o Património Construído Vernáculo* (1999) e a *Convenção de Faro* (2005).

Um segundo grupo de fontes de informação diz respeito às fichas de inventário e de base de dados utilizadas como modelos na construção/elaboração da base de dados proposta neste projeto, além de um conjunto de ferramentas que estão intrinsecamente ligadas a ela, como a elaboração de um Manual de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia. Antes de centrarmos-nos nos modelos utilizados, é importante referir que embora o programa informático de gestão patrimonial – *InPatrimonium Premium* – já possua campos pré-definidos, antes de o utilizarmos, começamos por elaborar uma base de dados no programa *Microsoft Office Excel*, através da consulta e análise de alguns modelos de base de dados e inventários patrimoniais, nacionais e estrangeiros, que consideramos serem os mais pertinentes para a concretização dos objetivos traçados neste projeto. Ou seja, procurou-se reflectir sobre diferentes propostas, debater as vantagens e desvantagens, tomar consciência das diferentes possibilidades.

No que diz respeito aos modelos portugueses, relativamente ao Património Imóvel, centramos a nossa consulta nos modelos fornecidos pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) e pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)<sup>28</sup>. Para o Património Móvel, socorremo-nos dos inventários produzidos pelo Instituto de Museus e da Conservação (IMC)<sup>29</sup> e para o

---

<sup>28</sup> O Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana iniciaram, no ano de 2008, a publicação de seis manuais de como se deve proceder à inventariação do património arquitetónico com o objetivo de fornecer a pessoas e instituições responsáveis pela inventariação, estudo e gestão do Património, uma ferramenta homogénea e metodologicamente atualizada e rigorosa no campo da inventariação. Ao todo foram elaborados seis guias que passamos a enumerar: *Kit 01 – Guia de Inventário do Património Arquitetónico (geral)*; *Kit 02 – Guia de Inventário da Habitação Multifamiliar do século XX*; *Kit 03 – Guia de Inventário do Património Industrial*; *Kit 04 – Guia de Inventário do Património Urbanístico* (ainda no Prelo); *Kit 05 – Guia de Inventário do Património Arquitetónico (Edifícios conventuais capuchos)* e *Kit 06 – Guia de Inventário do Património Arquitetónico (Igrejas de Misericórdia)*. Todos estes Kits podem ser consultados e descarregados em <http://www.igespar.pt/pt/account/comoinventariaropatrimonio/> [consultado em 15.04.2011].

<sup>29</sup> As normas de inventário elaboradas por equipas do Instituto dos Museus e da Conservação podem ser divididas em dois grupos: um grupo relativamente às *Normas Gerais de Arqueologia* e de *Artes Plásticas e Artes Decorativas*, e um segundo grupo de normas específicas de *Pintura*; *Escultura*; *Espólio Documental*; *Mobiliário*; *Cerâmica*; *Têxteis*; *Alfaias Agrícolas*; *Tecnologia Têxtil* e *Cerâmica Utilitária*.

Património Imaterial baseamo-nos na legislação portuguesa<sup>30</sup>. São estes modelos, com particular destaque para os *Kits* do Património, que servem, em parte, de referência para a maioria dos inventários sobre o Património Arquitetónico realizados em Portugal, como é o caso das fichas de inventários propostas por diversas autarquias, institutos e instituições escolares<sup>31</sup>. Sendo a freguesia de Gondifelos caracterizada por um profundo traço rural, consultamos ainda o *Guia de Observação do Património Rural*<sup>32</sup>, que não é mais do que a adaptação à realidade portuguesa do *European Rural Heritage Observation Guide*, elaborado pelo CEMAT<sup>33</sup>.

Tal como todos os modelos, estes possuem os seus prós e contras. Podemos considerar como aspeto positivo a tentativa de normalização dos procedimentos relativamente aos inventários das tipologias patrimoniais com maior incidência no nosso país por parte das instituições que têm como missão inventariar, preservar, gerir e estudar o parque patrimonial português. A disponibilização ao público desses instrumentos é um passo fundamental para, no futuro, existir um modelo de inventário uniformizado. No entanto, o facto de serem três instituições com responsabilidades na gestão do património português, aliado ao facto de caminharem em diferentes sentidos, condicionou a elaboração dos inventários, tornando-os fechados, restritos ao tipo de património que tutelam, ignorando o que podem ter, ou não, de comum. Como o nosso projeto engloba os três tipos de património – imóvel, móvel e o imaterial – tivemos que

---

Todas estas normas podem ser consultadas e descarregadas em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx) [consultado em 15.04.2011]

<sup>30</sup> Portaria n.º 196/2010 de 9 de Abril que estabelece o procedimento de inventariação do Património Cultural Imaterial.

<sup>31</sup> Por exemplo, a *ficha de classificação patrimonial de imóveis de interesse municipal da Câmara Municipal de Lisboa* [consultado em 15.04.2011] Disponível em <http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/imoveis/processoclassificacao/pedidos/Paginas/default.aspx>; as *fichas de inventário do Património Rural de Castelo de Vide*, que integrou o Guia do Património Rural do Norte Alentejano, elaborado pela Associação de Municípios do Norte Alentejano [consultado em 15.04.2011] Disponível em <http://www.cm-castelo-vide.pt/pdf/patrim%C3%B3nio%20rural.pdf>; e a *ficha de inventário integrada num projeto de ação patrimonial intitulado “Á descoberta do património”* elaborada pela Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Viatodos (Barcelos). [consultado em 15.04.2011] Disponível em <http://www.eb23-viatodos.rcts.pt/accaopatrimonial/accaopatrimonial.htm>.

<sup>32</sup> CORREIA, Maria Custódia Martins e outros – *Guia de Observação do Património Rural*. [on-line] Lisboa: Direção - Geral de Agricultura, Territórios e Agentes Rurais, 2009. [consultado em 15.04.2011] Disponível em <http://www.dgadr.pt/>.

<sup>33</sup> CEMAT – *European Rural Heritage Observation Guide*. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2003. [consultado em 15.04.2011]. Disponível em <http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/cemat/VersionGuide/Anglais.pdf>.

produzir uma ficha de inventário selecionando em cada modelo os campos que entendemos serem os mais pertinentes. Outros aspetos menos positivos relativamente aos modelos consultados dizem respeito a campos que pedem informação já anteriormente introduzida noutros campos, tornando-os repetitivos, e ao facto de alguns campos pedirem demasiada informação, o que os tornam confusos, sendo a melhor solução, como se verá, a divisão dessa informação por outros campos.

Relativamente aos modelos de inventários de países estrangeiros, eles foram selecionados de diversas formas, consoante a sua disponibilização ao público e a pertinência para o nosso projeto. No que diz respeito a países europeus, analisamos o *Inventário Geral do Património Cultural de França*<sup>34</sup>, que é de consulta obrigatória, já que disponibiliza *on-line* as fichas de inventário de todos os bens patrimoniais franceses inventariados e todas as ferramentas que foram utilizadas na sua execução, nomeadamente vários manuais de procedimentos e de normalização da terminologia. Embora esses manuais e ferramentas tenham sido elaborados para serem aplicados à realidade patrimonial francesa, não deixam de ser um caso de sucesso e de estudo porque conseguiram, num país com uma área territorial considerável e que integra em si um parque patrimonial heterogéneo e numeroso, normalizar os procedimentos de inventário e de terminologia.

Passando para a Inglaterra, os modelos analisados foram os *Guias de Identificação e Seleção de Imóveis*<sup>35</sup>, elaborados pelo Ministério da Cultura inglês, que têm como missão o de ajudar as instituições locais e o público em geral a proceder à inventariação de algumas tipologias patrimoniais. Dos guias propostos, os mais pertinentes para o nosso projeto são os relativos a imóveis industriais, agrícolas, vernaculares e residenciais. São guias úteis porque fornecem, de uma forma simples e clara, algumas indicações relativamente à identificação dos imóveis que devem e não devem ser inventariados. No entanto, tal como no caso francês, são guias adaptados à realidade inglesa.

O país europeu que possui um sistema de classificação patrimonial que mais se assemelha, em termos de modelos de inventário, ao português é o da Espanha. Daí que

---

<sup>34</sup> O Inventário Geral do Património Cultural de França e todas as ferramentas inerentes a ele estão disponíveis em <http://www.inventaire.culture.gouv.fr/> [consultado em 15.04.2011].

<sup>35</sup> Todos estes guias podem ser encontrados em <http://www.english-heritage.org.uk/publications/> [consultado em 15.04.2011]. Por exemplo, o Guia de Inventariação de Imóveis Agrícolas pode ser encontrado em <http://www.english-heritage.org.uk/server/show/nav.1505> [Consultado em 15.04.2011].

tenha sido este o último país europeu cujos modelos analisamos para a elaboração da nossa ficha de inventário/base de dados<sup>36</sup>. O primeiro modelo analisado foi o de uma ficha de inventário elaborada pelo Departamento do Património do Ministério da Cultura espanhol<sup>37</sup>. Embora possua poucos campos disponíveis, merece aqui referência porque poderá servir como modelo a uma ficha de inventário para ser disponibilizada *on-line*. Campos como o da Tipologia, Designação, Localização, Descrição e Época são essenciais para se caracterizar um bem patrimonial e são esses os campos que integram a ficha de inventário disponibilizada *on-line* pelos Serviços do Património de Espanha. Ainda de Espanha, analisamos o *Guia do Património Rural de Anaga*<sup>38</sup>. Este guia não é mais do que o resultado de uma investigação e inventariação dessa tipologia patrimonial em Anaga, permitindo identificar o modo como elaboraram o inventário. Dividiram-no em dois grandes grupos: o primeiro é respeitante à área geográfica e o segundo de âmbito histórico. Se relativamente aos campos do grupo “histórico” não acrescenta nada de novo aos inventários já analisados e descritos, os campos do grupo “geográfico” já são uma novidade. Além de campos que localizam o bem patrimonial, possui campos específicos relativamente à Flora e à Fauna, ou seja, ao Património Ambiental/Natural. Infelizmente é um tipo de património esquecido em Portugal, ou desintegrado dos restantes “patrimónios” e, às vezes, até menosprezado pelas instituições estatais, locais e de ensino. Em Portugal rareiam as fichas de inventários que possuem o objetivo de identificar exclusivamente esta tipologia patrimonial. Daí que seja um guia útil para se iniciar uma ficha de inventário relativamente ao Património Ambiental/Natural.

Por último, ainda de Espanha, analisou-se um modelo de inventário que está a dar os primeiros passos em Portugal<sup>39</sup>, mas que no país vizinho já é um assunto muito

---

<sup>36</sup> A Espanha é um caso complexo quando se pretende analisar o modo como gere o seu património. Em virtude de os sentimentos regionalistas se encontrarem ainda vivos entre a população espanhola, o governo central, neste caso através do Ministério da Cultura, tem que conciliar os modelos de gestão patrimonial nacional com os modelos que vigoram nas diferentes regiões espanholas. Este aspeto vai influenciar profundamente, os modelos de inventário do Património Cultural espanhol.

<sup>37</sup> A ficha de inventário/base de dados dos bens patrimoniais espanhóis, que estão classificados, podem ser consultados em <http://www.mcu.es/patrimonio/> [consultado em 15.04.2011].

<sup>38</sup> O *Guia do Património Rural de Anaga* está disponível em [http://www.sctfe.es/fileadmin/user\\_upload/Archivos\\_para\\_descargar/MedioAmbienteySanidad/catalogoanaga\\_FASEI.pdf](http://www.sctfe.es/fileadmin/user_upload/Archivos_para_descargar/MedioAmbienteySanidad/catalogoanaga_FASEI.pdf) [consultado em 15.04.2011].

<sup>39</sup> O site do IGESPAR já possui alguns bens patrimoniais classificados georeferenciados. Existe ainda um trabalho de pós-graduação em Turismo, Ordenamento e Gestão do Território que versa sobre esse assunto, intitulando-se *Inventário Georeferenciado do Património Cultural*, que se encontra disponível em: <http://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Forma%C3%A7%C3%A3o%20RRVS->



estudado: a georeferenciação do Património. Urge a necessidade de se realizar a georeferenciação do Património Cultural português, nomeadamente os imóveis e os objetos. Qualquer modelo de inventário patrimonial que surja no futuro tem que obrigatoriamente possuir campos respeitantes à georeferência. Tivemos, na nossa ficha de inventário, a preocupação de introduzir campos e dados que possam permitir, no futuro, através dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), georeferenciar os bens patrimoniais. Devido ao elevado número de imóveis georeferenciados e à disponibilização de instrumentos de normalização, optamos por analisar e utilizar os modelos existentes no sítio *on-line* do Instituto Andaluz do Património Histórico<sup>40</sup>, que se revela como um dos melhores institutos em questões de gestão, preservação e estudo do Património Cultural a nível europeu.

Ainda dentro do espaço europeu, consultamos um manual de procedimentos na inventariação do Património Cultural, elaborado pelo Conselho Europeu, intitulado *Guidance on inventory and documentation of the cultural heritage*<sup>41</sup>. É um manual de iniciação fundamental como primeira abordagem ao processo de inventariação do património. Nele consta, além de uma primeira parte de teoria onde são abordados os conceitos de inventário e de património, um modelo de ficha de inventário em que se descreve cada campo relativamente ao seu objetivo e ao tipo de informação que pode conter. É mais uma proposta, embora esta seja de uma organização de nível europeu e não nacional, como vimos até agora, de modo a que se uniformizem as fichas de inventário respeitantes ao património cultural, embora a menção à uniformização não esteja explícita no manual.

Nos países fora da Europa, centramos as nossas atenções no Brasil, não só por razões históricas, que leva à existência, nesse país, de um elevado número de bens patrimoniais possuidores de uma traça arquitetónica tipicamente portuguesa mas, também, por ser um país que apresenta *on-line* um conjunto de ferramentas que foram usadas na identificação e inventariação do seu conjunto patrimonial. De todas as fichas

---

%20Turismo,%20Gest%C3%A3o%20e%20Ordenamento%20Territ%C3%B3rio/Ac%C3%A7%C3%A3o%201/Invent%C3%A1rio%20Georeferenciado%20do%20Patrim%C3%B3nio%20Cultural.pdf  
[consultado em 15.04.2011].

<sup>40</sup> O *Inventário Georeferenciado do Património Arquitetónico da Andaluzia* está disponível em <http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/localizador/> [consultado em 15.04.2011].

<sup>41</sup> PALMER, Robert - *Guidance on inventory and documentation of the cultural heritage*. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2009.

de inventário encontradas, selecionamos duas que se revelaram as mais completas e cujos campos se identificam mais com a realidade portuguesa, elaboradas pelo Instituto do Património Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Instituto Estadual do Património Cultural do Rio de Janeiro<sup>42</sup>. São dois modelos de inventário que têm como objetivo a inventariação do património imóvel. Possuem um número de campos considerável e, se mudarmos a designação de alguns campos, estamos perante dois modelos idênticos com o modelo fornecido pelo antigo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). De todos os modelos de inventário que consultamos e analisamos, estes dois são aqueles que melhor se adaptavam à inventariação do parque patrimonial português.

O terceiro e último grupo diz respeito às fontes de informação selecionadas através de uma pesquisa realizada em diversas bibliotecas e arquivos sobre os bens patrimoniais inventariados. Iniciamos este percurso pela bibliografia de natureza local que, como já referimos, é muito reduzida. A única monografia existente sobre a freguesia de Gondifelos debruça-se sobre a genealogia da Casa da Quinta da Fiança, da autoria de António Júlio Limpo Trigueiros<sup>43</sup>. Embora faça uma pequena resenha histórica da Casa, o estudo centra-se na evolução genealógica da família Ferreira de Macedo, até ao atual proprietário da Casa. É de salientar a existência de duas obras<sup>44</sup> sobre dois bens patrimoniais com algum peso no conjunto patrimonial da freguesia de Gondifelos e do próprio concelho de Vila Nova de Famalicão. Referimo-nos às Alminhas e Capelas. Nestas duas obras, o autor A. Martins Vieira, faz uma abordagem arquitetónica desses bens existentes no concelho. No entanto, estas obras funcionam mais como um inventário das Alminhas e Capelas do concelho, incluindo as da freguesia de Gondifelos, já que escasseiam as referências históricas, nomeadamente aos

---

<sup>42</sup> As fichas de inventário estão disponíveis em [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/FB66CDBD09F54D038325735C004D4EA4/\\$File/NT00036126.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/FB66CDBD09F54D038325735C004D4EA4/$File/NT00036126.pdf) [consultado em 15.04.2011]

<sup>43</sup> TRIGUEIROS, António Júlio Limpo – *A Casa da Quinta da Fiança: Gondifelos, 1670-2007*. S.l: [Edição do autor], 2007.

<sup>44</sup> VIEIRA, A. Martins – *Alminhas no Concelho de Vila Nova de Famalicão*. Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1988. Vol. 8 e VIEIRA, A. Martins – *As Capelas no Concelho de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 2000.

períodos de edificação desses bens. Uma última obra<sup>45</sup>, que não é mais do que um pequeno artigo, remete-nos para a Fábrica de Papel e Cartão de José Azevedo Pereira, no lugar de Penices. A autora, Maria José Ferreira dos Santos, traça com rigor e objetividade a evolução histórica, funcional e genealógica da fábrica, desde a sua fundação, em 1924, até ao encerramento, que decorreu no ano de 2001.

Sendo Vila Nova de Famalicão um dos principais centros tipográficos do norte de Portugal, esse nicho foi refletido nos inúmeros jornais e folhetins que existiram no concelho. Daí que, um dos principais núcleos de informação tenha sido o dos jornais. Devido ao vasto conjunto existente desde os finais do século XIX, optamos por centrar a nossa consulta na totalidade dos números do semanário, desde a sua fundação em 1949 até ao ano de 1975, que possui mais informação sobre as freguesias: o *Jornal de Famalicão*. As notícias encontradas referem-se a incidências de diversa ordem relativamente aos bens patrimoniais. Vão desde planos de conservação e restauro, passando pelas várias festividades sagradas e profanas da freguesia, até à edificação de novos bens.

Uma das fontes de consulta obrigatória para a temática patrimonial é a que diz respeito às *Memórias Paroquiais de 1758*<sup>46</sup>. O teor e rigor das informações variam de freguesia para freguesia. Daí que não seja de estranhar haver memórias paroquiais com um manancial de informação superior a outras, dado o conjunto de dados a uma escala micro<sup>47</sup>. No que diz respeito às da freguesia de Gondifelos, além de outros aspetos, refere o número de capelas existentes, o seu orago, proprietário e uma pequena descrição do interior da Igreja paroquial.

Até ao ano de 1872, a freguesia de Gondifelos permaneceu sob a alçada do concelho de Barcelos, passando para jurisdição do concelho de Vila Nova de Famalicão pelo decreto de 9 de Dezembro desse ano. Por esse facto, o Arquivo Municipal de Barcelos foi um dos locais onde centramos a nossa pesquisa. Tendo como um dos

---

<sup>45</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – *O moinho de papel de Gondifelos, Famalicão*. In MENDES, José Amado e FERNANDES, Isabel – *Património e Indústria no Vale do Ave: Um passado com futuro*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002.

<sup>46</sup> As Memórias Paroquiais de 1758 respeitante à freguesia de Gondifelos estão digitalizadas e disponibilizadas em:  
[http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=4&dsqSearch=\(\(text\)=gondifelos\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=4&dsqSearch=((text)=gondifelos)) [Consultado em 20.06.2011],

<sup>47</sup> Sobre as Memórias Paroquiais e as suas potencialidades veja-se CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte - Inquéritos promovidos pela coroa no século XVIII. *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, nº 21 (Set. - Dez. 1987) p. 93-130.

objetivos a identificação dos proprietários dos bens patrimoniais, consultou-se, embora sem resultados práticos, os *Livros das Décimas* de 1762 até 1819. Relativamente à freguesia de Gondifelos, a informação constante refere-se apenas aos indivíduos em que recaía o imposto e o valor total do mesmo, indicando, em alguns casos, a respetiva profissão. Uma outra fonte consultada para identificação de indivíduos da freguesia fora os *Registos de Passaporte* de 1827 a 1872. Por último, nesse arquivo foram consultadas as *Actas de Vereação* referentes aos anos de 1871 a 1873, com o objetivo de observar a passagem da freguesia de Gondifelos para o concelho de Vila Nova de Famalicão e o *Copiador de Ofícios e Correspondência*, de 1838 a 1872, pretendendo-se verificar os ofícios referentes aos bens patrimoniais. Os resultados não foram satisfatórios porque as informações retiradas, excluindo o nome de indivíduos residentes na freguesia, foram escassas.

O segundo arquivo municipal que mereceu a nossa atenção, como não podia deixar de ser, foi o de Vila Nova de Famalicão. As fontes consultadas foram de diversa ordem. Tal como no Arquivo Municipal de Barcelos, e com os mesmos objetivos, consultou-se os *Registos de Passaportes* de 1885 a 1895; as *Actas de Vereação* de 1872 a 1968 e os *Livros de Correspondência Expedida*, entre os anos de 1897 a 1955, e *Recebida*, dos anos de 1870 a 1955, pela Câmara Municipal. Relativamente aos *Registos de Passaportes*, as datas consultadas referem-se aos dos registos existentes no arquivo. No que diz respeito às *Actas de Vereação* e *Livros de Correspondência Recebida e Expedida*, a balizagem cronológica consultada refere-se ao primeiro e último documento consultado. No entanto, é importante referir que a sua consulta não foi sistemática, mas antes resultou de informações que íamos encontrando noutras fontes ou em meras suposições factuais que exigiam uma confirmação. Outro fundo pesquisado foram os *Recenseamentos Eleitorais* de 1879 a 1882 e 1900 a 1910. Permitiu-nos identificar os principais proprietários da freguesia e indivíduos com mais poder, já que o facto de serem votantes e/ou elegíveis obedecia a alguns requisitos prévios que só estavam ao alcance de indivíduos com certo poder económico e representatividade social, aliado, embora de forma intermitente, a um nível de alfabetização. Relativamente aos imóveis escolares foi consultado o *Cadastro das Escolas Oficiais do Concelho* de 1912 e o *Copiador da Instrução Primária* dos anos de 1885 e 1892, que permitiram identificar as escolas da freguesia, o nome dos professores, os proprietários, o estado de conservação das mesmas e a relação do material existente. Um dos fundos que mais informação forneceu foi o dos *Requerimentos entrados na secretaria da Câmara*

*Municipal*. Ao todo foram consultados os requerimentos dos anos de 1906 a 1975, de forma sequencial. Retiraram-se informações respeitantes a pedidos de obras, demolições e acrescentos em alguns dos bens patrimoniais inventariados. Além disso, conseguiu-se apurar ainda os pedidos de construção de alguns imóveis. Na linha dos requerimentos, foram consultados ainda os *Livros de licenças para abertura de estabelecimentos*, dos anos 1902-1917 e 1952-1960, e de *Alvarás expedidos pela Câmara Municipal*, entre os anos de 1933 e 1948, que forneceram dados sobre estabelecimentos comerciais, seus requerentes e os imóveis que possuíam essas atividades. Por fim, consultou-se os *Mapas dos Contribuintes* respeitantes aos anos de 1930-1931 e 1931-1932. São o que hoje se designa de contribuições comerciais e industriais. A partir destes mapas conseguimos apurar o número de moinhos e azenhas existentes em Gondifelos, além do nome dos seus proprietários e o valor do imposto pago.

Por último, centramos a nossa pesquisa no Arquivo Distrital de Braga, dado que a paróquia/freguesia de Gondifelos, estando sob jurisdição do bispado de Braga e inserida no distrito de Braga, muita documentação respeitante ao seu património, quer seja religioso, industrial ou civil, encontra-se depositada nesse repositório documental. Foi o arquivo no qual se consultou um maior número de documentos e, por conseguinte, donde se conseguiu apurar um maior número de informações. Começamos por analisar os fundos que continham informação direta sobre a freguesia, nomeadamente os registos pertencentes à *Junta de Paróquia* e às *Confrarias das Almas e do Santíssimo Sacramento de Gondifelos*. Os registos sequenciais da *Junta de Paróquia* existentes em Braga referem-se aos anos de 1891 a 1910. São livros de receita e despesa, além de recibos de pagamentos. Retiraram-se, desses livros, informações pertinentes respeitantes a obras de conservação e restauro em imóveis pertencentes à Fábrica da Igreja. Os registos das Confrarias balizam-se entre os mesmos anos da Junta de Paróquia e contêm o mesmo tipo de informação, ou seja, mapas de despesas e receitas. No entanto, ao contrário do fundo anterior, estes mapas não fornecem indicações sobre bens patrimoniais, apenas alguns nomes de indivíduos da freguesia que faziam doações e/ou integravam o corpo dirigente de cada uma das confrarias.

Uma fonte consultada e que poderia fornecer dados respeitantes ao património religioso foi a das *Visitas e Visitações* à freguesia. No Arquivo Distrital de Braga encontram-se três registos de visitações à freguesia de Gondifelos, realizadas nos anos de 1812, 1825 e 1830/1831. No que diz respeito aos bens patrimoniais, as informações

recolhidas centram-se na indicação das capelas e igreja existentes e o seu estado de conservação. Ainda dentro dos bens patrimoniais religiosos consultaram-se dois fundos essenciais que permitiram recolher um manancial de dados pertinentes sobre esses tipos de bens. Estamos a falar dos fundos do *Registo Geral* e dos diversos *Tombos da Igreja Paroquial de Gondifelos*. Dentro do fundo do *Registo Geral* consultamos pedidos de edificação e de bênção de grande parte das capelas existentes na freguesia que, à época, eram de particulares. São fontes importantes também para se perceber o motivo de se querer edificar ou benzer uma capela, o seu orago e o património deixado para a sua conservação e condução do culto dentro da moral comumente aceite. Já os *Tombos paroquiais* remetem-se ao ano de 1786. Embora o seu principal objetivo seja o de delimitar a paróquia/freguesia e de enumerar as propriedades pertencentes à Igreja, não deixam de dar informações sobre as suas Capelas e Igreja, descrevendo até o seu interior. Como muitas propriedades pertenciam a outras instituições, nomeadamente monásticas, quando as mesmas possuíam moinhos, fulões ou azenhas, essa indicação era referida.

De forma a identificar as relações de parentesco existente entre os diversos proprietários dos bens patrimoniais, foram ainda consultadas os *Registos Paroquiais* da freguesia de Gondifelos e as *Inquirições de Gênera* de indivíduos da respetiva freguesia. A sua consulta não foi sequencial, mas antes o resultado de indicações que fomos retirando de outras fontes e de informações cedidas pelos populares nas várias visitas à freguesia.

Incontornável foi, sem dúvida, o fundo que permitiu recolher o maior número de informações sobre os bens patrimoniais e aquele que mereceu uma atenção mais pormenorizada da nossa parte. Estamos a falar dos *Livros Notariais*. Tal como nos fundos antes mencionados, a sua consulta não foi sequencial mas antes através de uma prévia pesquisa nos índices dos diversos notários existentes nas cidades de Barcelos e de Vila Nova de Famalicão. Nos livros notariais de Barcelos, a sua consulta balizou-se entre os anos de 1845 e 1909. Por sua vez, nos de Vila Nova de Famalicão, decorreu entre os anos de 1853 até 1950. A informação retirada foi de diversa ordem. Desde compras e vendas de imóveis, passando por registo de doações e testamentos, até contratos de obras sobre os bens patrimoniais.

As fontes de documentação aqui descritas não correspondem à totalidade dos documentos, quer bibliográficos, quer arquivísticos, consultados e analisados. Apenas referimos as fontes que permitiram retirar um maior número de informações sobre os bens patrimoniais. Na parte final deste relatório apresentaremos todas as fontes analisadas, quer as citadas, quer as consultadas.

### III. METODOLOGIA

No ponto anterior, em que nos reportamos às fontes de informação, pontualmente já fomos mencionando algumas das metodologias delineadas na realização deste projeto. Neste ponto apenas pretendemos agrupar, enumerar e descrever todas as metodologias usadas.

Sendo assim, metodologicamente, o projeto obedeceu a diversas fases, numa adequação à resolução dos objetivos propostos. Daí que, ao referirmo-nos à metodologia aplicada neste projeto, não possamos falar em metodologia, mas sim em metodologias.

A primeira fase correspondeu à recolha sistemática de toda a bibliografia existente respeitante ao objeto de estudo – *Património Cultural* – e ao espaço onde o mesmo está circunscrito – *freguesia de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão)*. No entanto, face à escassez de bibliografia específica, centramos a nossa pesquisa em bibliografia de carácter geral, obras que andassem em volta dos seguintes assuntos: Património Cultural e História das cidades de Vila Nova de Famalicão e de Barcelos<sup>48</sup>, além de obras cujas temáticas supra citadas dissessem respeito ao Distrito de Braga. Foi uma fase essencial para adquirir-se uma noção geral das tipologias patrimoniais existentes nos concelhos de que a freguesia de Gondifelos fez parte ao longo dos tempos e da evolução histórica dos mesmos, nomeadamente político-administrativa, judicial, social e económica. Este percurso tornava-se incontornável, de forma a situar as instituições (bibliotecas e arquivos) que hoje agregam a informação, produzida ao longo dos tempos, pelas várias tutelas de enquadramento administrativo (laico e religioso).

Após esta primeira fase de contextualização geográfica, histórica e patrimonial, procedemos à pesquisa de bibliografia específica respeitante aos conceitos de património, inventário e de base de dados/normalização de terminologia. Esta pesquisa elaborou-se em dois níveis. Num primeiro nível, que pode ser apelidado de bibliográfico, em que nos socorremos de bibliografia portuguesa e estrangeira e, num segundo nível, dito legislativo, através da consulta de legislação portuguesa e das

---

<sup>48</sup> O alargamento da nossa pesquisa ao concelho de Barcelos advém do facto de que, até ao ano de 1872, a freguesia de Gondifelos ter estado integrada nesse concelho.



diversas cartas e recomendações de instituições internacionais dedicadas ao Património Cultural.

A terceira fase consistiu na análise de modelos de inventários e de bases de dados, nacionais e internacionais, cuja comparabilidade nos serviu de base para a construção de uma ficha de inventário/base de dados no programa informático *Microsoft Office Excel*. A consulta dos modelos analisados resultou de uma pesquisa em instituições nacionais e internacionais que possuem responsabilidades ativas na gestão e inventariação do Património Cultural. Após a seleção dos campos que consideramos os mais pertinentes para serem incluídos na ficha de inventário/base de dados, cruzamos esses campos com os do programa informático de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium*, de modo a obter uma listagem final dos campos que iremos utilizar nessa base de dados informatizada.

Estando a ficha de inventário construída, a fase seguinte passou pelo levantamento patrimonial existente na freguesia de Gondifelos, segundo os critérios previamente delineados. Esses critérios passaram pela inventariação dos bens patrimoniais que já tinham sido integrados em inventários anteriores e de outros bens, cuja pesquisa documental e entrevistas informais à população local, revelassem uma carga simbólica de identidade e de memória para a comunidade.

A quinta fase centrou-se na investigação documental em bibliotecas e arquivos que, *a priori*, podiam possuir informações sobre os bens patrimoniais inventariados. Aqui resultou o segundo obstáculo para a execução do nosso projeto devido à disseminação da informação pelas cidades de Vila Nova de Famalicão (Arquivo e Biblioteca Municipal <sup>49</sup>), Porto (Arquivo Distrital e Biblioteca Pública), Barcelos (Arquivo e Biblioteca Municipal), Braga (Arquivo Distrital e Biblioteca Pública) e Lisboa (Arquivo e Biblioteca Nacional). Nestas instituições que têm como missão preservar o património documental português procurou-se, acima de tudo, fontes de informação que nos permitissem identificar os proprietários dos bens patrimoniais ao longo dos tempos; as intervenções realizadas para ampliação, melhoramento ou conservação desses bens; as utilizações e funcionalidades que possuíram ao longo dos tempos; as relações que poderiam existir entre eles, entre outras informações que respondessem aos campos da ficha de inventário.

---

<sup>49</sup> É importante referir-se que na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, em Vila Nova de Famalicão, além de monografias foram consultados periódicos de âmbito local e distrital, como jornais e folhetins.

Com a informação recolhida, passou-se à fase seguinte, que consistiu, em primeiro lugar, no tratamento e cruzamento dessa informação através da criação de tabelas no programa informático *Microsoft Office Excel* que nos permitisse identificar o nome dos habitantes da freguesia por lugares e das relações que existiam entre eles, por um lado, e das relações que poderiam existir entre os habitantes e os bens patrimoniais, por outro. Uma outra tabela criada consistiu na triagem da informação encontrada, respeitante ao património edificado. Essa tabela foi dividida em alguns campos onde se colocou a tipologia do documento, a data de produção do documento, o tipo de ocorrência, os intervenientes e a fonte (**Vd. capítulo 2**). Esta fase foi essencial para relacionarmos os bens patrimoniais inventariados com os seus proprietários ao longo dos tempos e com todas as fontes de informação encontradas relacionadas com esse bem. Por fim, antes de se passar ao preenchimento da ficha de inventário correspondente a cada bem patrimonial, procedeu-se a uma reflexão crítica<sup>50</sup> sobre a respetiva informação, de modo a questionarmos até que ponto a informação recolhida era pertinente para caracterizar o bem patrimonial e dessa informação qual a que melhor respondia aos objetivos de cada campo.

A sétima e última fase consistiu na elaboração de um Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia (**Vd. CD em anexo**) aplicado ao programa informático *InPatrimonium Premium*, tendo, como modelos, os já citados *Kits* do Património produzidos pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Com a elaboração deste Guia procurou-se normalizar, por um lado, a informação introduzida nas fichas de inventário e, por outro, os procedimentos a serem levados em conta pelos dois Gabinetes com responsabilidades na gestão patrimonial e utilizadores desta aplicação informática: o Gabinete do Património Cultural e o Gabinete de Arqueologia.

---

<sup>50</sup> Por um lado, nem todas as informações obtidas sobre um bem patrimonial possuem relevância para serem integradas na ficha de inventário. Tendo em conta os campos da ficha de inventário, selecionamos a informação que mais se enquadrava neles. Por outro lado, em muitos casos, as informações que recolhemos no terreno não coincidiam com as informações fornecidas pela documentação. Tivemos que realizar um cruzamento das diversas fontes e aferir a sua veracidade.

## **IV. ESTRUTURA DO RELATÓRIO**

Tendo em conta os objetivos que nos propusemos concretizar neste projeto, dividimos o relatório em quatro partes, tentando, em cada uma delas, responder às problemáticas levantadas e descritas no primeiro ponto deste relatório.

Na primeira parte, propomo-nos discutir os conceitos de património, de inventário e de base de dados, tendo como suporte não só bibliografia específica e de carácter geral, mas também a diversa legislação adotada em Portugal. Legislação essa que teve como base as diversas cartas e recomendações de instituições internacionais ligadas à preservação, conservação, estudo e divulgação do Património Cultural. É deveras importante iniciar-se este relatório com uma discussão em volta destes conceitos de forma a justificar as opções que tomaremos, não só na elaboração da respetiva base de dados, através da seleção de determinados campos em detrimento de outros e da própria terminologia adotada no preenchimento desses campos, como também nos critérios adotados na inventariação dos bens patrimoniais da freguesia de Gondifelos.

Na segunda parte, após elaborar-se uma síntese da instituição e do gabinete em que realizamos este projeto, apresenta-se o atual modelo de gestão do Património Cultural em vigor no município famalicense, elencando as suas vantagens e desvantagens, ao mesmo tempo que se elabora uma reflexão crítica sobre o respetivo modelo. É um ponto essencial para se perceber o atual estado de gestão em que se encontra o património de Vila Nova de Famalicão. É esse modelo que vai servir como ponto de partida para o modelo integrado de gestão do Património Cultural que propomos no capítulo seguinte. Por fim, ainda nesta parte, elencar-se-ão as tarefas que realizamos, no âmbito do estágio curricular do mestrado, no Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

O grande objetivo que se propõe na terceira parte deste relatório é o da apresentação do modelo de gestão integrado do Património Cultural famalicense, o qual foi elaborado tendo em conta a nova fase de patrimonialização que está a decorrer no concelho. Para isso, primeiramente, começa-se por apresentar os diversos modelos de fichas de inventário e de bases de dados, nacionais e internacionais, que se consultou e se utilizou na elaboração da base de dados que apresentaremos. São estes modelos que irão servir de base à construção da ficha de inventário e do modelo de gestão que se

criou no programa informático *Microsoft Office Excel* e que será objeto de análise no ponto seguinte, nomeadamente a sua elaboração e os campos com a qual foi constituída. Esta análise é essencial para se entender, posteriormente, os campos que foram selecionados no programa *InPatrimonium Premium*. É a passagem da base de dados criada no programa informático *Microsoft Office Excel* para a base de dados do programa de gestão do património *InPatrimonium Premium* que será analisada de seguida, sendo ainda apresentado o modelo final de ficha de inventário a ser utilizada pelos gabinetes que tutelam o Património Cultural do concelho. Por fim, ainda como parte integrante do modelo de gestão integrada do Património Cultural, explicar-se-á como se elaborou o Guia de apoio ao Utilizar da base de dados que será utilizado para armazenar toda a informação respeitante ao Património Cultural de Vila Nova de Famalicão.

Na quarta e última parte, apresenta-se a freguesia que serviu como modelo de estudo à aplicação da gestão integrada do Património Cultural que foi apresentado no capítulo anterior. Inicia-se esta parte por uma breve localização geográfica e descrição histórica da freguesia de Gondifelos. Em seguida, explica-se o conjunto patrimonial presente na freguesia e o modo como esse património evoluiu ao longo dos tempos, nomeadamente no que diz respeito à sua construção, preservação e identificação por parte da população local. São dois pontos essenciais para se perceber, por um lado, o porquê de ter sido esta freguesia escolhida como modelo e, por outro lado, a identificação da população com alguns bens patrimoniais, como as Capelas, as Alminhas, os Cruzeiros, a Igreja, como símbolos que preservam a sua Identidade e Memória, surgindo assim como os mais bem preservados e em maior número dentro da sua tipologia. Por último, explicar-se-á como a utilização deste modelo de gestão integrado do Património Cultural de Vila Nova de Famalicão é imprescindível para uma melhor gestão do mesmo. Sendo a freguesia de Gondifelos uma das maiores do concelho em termos de área e de bens patrimoniais inventariados e daquelas que apresenta uma maior diversidade patrimonial, apresenta-se como um modelo que poderá ser aplicado às restantes três vilas e quarenta e cinco freguesias do concelho.

**Capítulo 1**

**Património Cultural -**  
**percursos teóricos para uma gestão integrada**

*“Muito se vem falando de «Património». É uma palavra que está na moda dos profissionais e dos aficionados da Cultura, dos empresários que funcionam e lucram em seu nome, dos técnicos de Planeamento e até dos políticos. (...) Porém, na linguagem dos responsáveis pela salvaguarda do Património e daqueles que intervêm em seu nome ou a seu propósito, a sua caracterização e os seus alcances continuam indefinidos, muito ambíguos e pouco esclarecidos”<sup>51</sup>*

Decorria o ano de 1993, quando Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ao dissertar sobre o estado em que se encontrava a política patrimonial portuguesa, formulou estas palavras. O seu objetivo era atingir os diversos públicos, académicos e não académicos, que, por razões diversas, possuíam responsabilidades na gestão, preservação, estudo e valorização dos bens patrimoniais. Da publicação dessa reflexão até ao presente decorreram dezoito anos. Pelo meio publicou-se uma nova Lei de Bases do Património Cultural. As várias instituições internacionais com responsabilidade na área patrimonial, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o Conselho da Europa, elaboraram Recomendações, Cartas e Acórdãos sobre as diversas tipologias patrimoniais. As manifestações imateriais dos diversos bens ganharam uma nova força, com o surgimento de legislação que a regulamenta, ou seja, o conceito de património cultural alargou-se, foi-se redefinindo, expandindo-se a novas áreas. Mas, será que, ao fim de quase duas décadas, conseguiu-se definir o que realmente se entende por Património Cultural? Neste capítulo tentaremos demonstrar, por um lado, o percurso que se efetuou até à construção do conceito atual de Património Cultural, baseando na diversa legislação produzida, seja de carácter nacional ou internacional e, por outro, a definição de diversas ferramentas, nomeadamente a do Inventário e a da utilização de Programas/Base de Dados informáticos, que contribuem para uma melhor gestão dos bens patrimoniais.

---

<sup>51</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Património – Riegl e Hoje*, o.c., pág. 407.

## 1.1 Construção do conceito de Património Cultural

Os conceitos e as definições subjacentes ao Património Cultural evoluíram de uma forma exponencial a partir do primeiro quartel do século XX. Tal evolução deveu-se ao aparecimento de várias organizações internacionais que chamaram a si a responsabilidade de tutelar o património, visando a sua regulamentação, preservação e valorização, casos da UNESCO, do ICOMOS e do Conselho da Europa. Ao longo do último século, estas organizações registaram uma intensa atividade legislativa através da publicação de diversas Cartas, Recomendações, Convenções e Acórdãos sobre as mais diversas manifestações patrimoniais. Desde a publicação da Carta de Atenas, no ano de 1931, até à Carta de Bruxelas, datada de 2009, várias foram as definições relacionadas com o Património Cultural deixadas por essas organizações internacionais.

No entanto, antes de entrarmos nas definições legislativas respeitantes ao Património Cultural, e para melhor se compreender o seu atual conceito, torna-se necessário ir à raiz dos vocábulos “*Património*” e “*Cultura*”, porque a tendência foi para o “apagamento” das origens conceptuais. Segundo José Pedro Machado, a origem etimológica da palavra património vem do latim “*«patrimonium» que se encontra associada à ideia de bens de família ou herança paterna*”<sup>52</sup>. É este sentido restrito do termo património, ainda hoje utilizado na área jurídica, que foi inicialmente usado para caracterizar o conceito de património. Ao consultarmos vários dicionários e enciclopédias da língua portuguesa é esta definição que nos aparece em primeiro lugar. Relativamente ao vocábulo “*Cultura*”, a origem etimológica da palavra vem do latim “*«colere» que significa cultivar*”<sup>53</sup>. No entanto, é um conceito com vários significados, sendo uma das definições genéricas mais correntes a formulada por Edward B. Taylor. Segundo este autor, cultura é “*aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade*”<sup>54</sup>. Ou seja, com base nestas duas definições, podemos referir que a expressão Património Cultural está relacionada com a reunião e aquisição de diversos conhecimentos por parte do homem e que os mesmos

---

<sup>52</sup> MACHADO, José Pedro – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, vol. III, pág. 1775.

<sup>53</sup> “Cultura” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VIII, pág. 222.

<sup>54</sup> LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*. In “Cultura”. Wikipédia. [disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura>]. [Consultado em 25.07.2011].

vão passando de geração em geração. Será que no conceito atual de Património Cultural estes significados estão implícitos? É o que veremos de seguida através da diversa legislação produzida desde meados da primeira década do século XX até à atualidade (Julho de 2011).

Ao consultarem-se as duas primeiras Cartas elaboradas por instituições internacionais com o objetivo de conservar, restaurar e proteger o Património, nomeadamente a *Carta de Atenas* (1931) e a *Carta de Veneza* (1964), verificamos que a expressão Património Cultural não era ainda utilizada. Os bens patrimoniais eram apelidados de Monumentos e Monumentos Históricos. São duas classificações que vêm do século XIX e que perduraram, de certo modo, até à *Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* (1972), onde, pela primeira vez, se utiliza e se define o conceito de Património Cultural. No entanto, importa esclarecer o que se entende por *Monumento* e por *Monumento Histórico* porque a sua definição vai estar na génese da primeira definição de Património Cultural. Segundo Françoise Choay, uma das autoras que mais debateu as questões relativas a estes dois conceitos, chama-se «Monumento» *a todo o artefacto (túmulo, estela, construção, inscrição...) ou conjunto de artefactos deliberadamente concebidos e realizados por uma comunidade humana (...) no sentido de fazer lembrar à memória viva, orgânica e afectiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos da sua identidade. (...) O monumento caracteriza-se, assim, pela sua função identificadora*<sup>55</sup>. Já quanto ao conceito de «Monumento Histórico», Choay refere que ele “*não é um artefacto intencional, criação de uma comunidade humana com fins memoriais. Não se destina à memória viva. Foi escolhida num corpus de edifícios preexistentes, devido ao seu valor para a história e/ou ao seu valor estético*”<sup>56</sup>. Os bens patrimoniais, embora estivessem assim reduzidos aos imóveis e aos objetos, possuíam já a função de memória e de identidade. Todos os bens que possuíssem esses valores teriam que ser preservados e transmitidos de geração em geração. Sabemos, contudo, que a seleção do que deve ou não ser preservado e transmitido é objeto de grandes discussões.

Com o passar do tempo, verificou-se que era urgente não só proteger imóveis e objetos mas outros bens que, por determinadas razões, possuíam essa função de memória e de identidade. Começaram a aparecer os primeiros defensores da

---

<sup>55</sup> CHOAY, Françoise – *As Questões do Património. Antologia para um Combate*. o.c., pág. 16.

<sup>56</sup> CHOAY, Françoise – *As Questões do Património. Antologia para um Combate*, o.c., pág. 18.



necessidade de se alargar a proteção e regulamentação a esses bens, se não o risco de os perder para sempre seria enorme. Daí que, entre 17 de Outubro e 21 de Novembro de 1972, a Conferência Geral da UNESCO, reunida em Paris, na sua décima sétima sessão adotasse uma *Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, possuindo ao todo 38 artigos<sup>57</sup>. Foi o primeiro grande documento legislativo produzido com vista à proteção de um número maior de bens, abrangendo, deste modo, uma maior variedade de tipologias patrimoniais. É também nesta Convenção, como já foi referido, que se utilizou e se definiu, pela primeira vez, o conceito de Património Cultural. Segundo o artigo 1º desta Convenção, considera-se como Património Cultural “os monumentos (obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência); os conjuntos (Grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência) e os locais de interesse (obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico)”<sup>58</sup>. Os bens patrimoniais deixaram de se resumir a imóveis e objetos considerados de monumentos e/ou monumentos históricos. Através desta definição o conceito de património alargou-se aos conjuntos e aos sítios. A partir desta Convenção deixa-se de se inventariar um bem *per se*. Se ele tiver relevância dentro de um conjunto ou de um local, todo ele é inventariado, independentemente se, dentro desse conjunto ou sítio, existirem bens que não mereçam tal distinção. Esta noção de conjunto foi levada em conta na definição de património inserido na *Carta Europeia do Património Arquitectónico* (1975). Segundo o artigo 1º dessa Carta “o património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído”<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> Portugal aprovou esta Convenção através do Decreto nº 49/79, de 6 de Junho.

<sup>58</sup> Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Título I, Art.º 1º.

<sup>59</sup> Carta Europeia do Património Arquitectónico. Art.º 1º.

Estas definições de Património Cultural tiveram, como não podia deixar de ser, influência na definição inserida nas duas Leis de Bases do Património Cultural elaboradas até hoje no nosso país. A primeira, datada do ano de 1985, define o Património Cultural português como o conjunto de *“todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”*<sup>60</sup>. Já nesta primeira Lei de Bases se fixou a importância de se legislar sobre os bens imateriais, tão em voga nos dias de hoje. Foi, na nossa opinião, uma opção correta por parte do legislador, porque, estando ainda o conceito de Património Cultural numa fase de indefinição, o legislador através da expressão *“todos os bens materiais e imateriais”* quis abarcar um maior número de tipologias possíveis. Embora seja uma definição genérica, o erro de se não legislar sobre alguns bens patrimoniais foi acautelado. Quase duas décadas depois, mais precisamente no ano de 2001, elaborou-se a segunda Lei de Bases do Património Cultural português. Ao contrário da definição inserida na primeira Lei de Bases, nesta o legislador, embora quisesse também abranger um maior número de tipologias patrimoniais, foi mais concreto ao definir quais os valores que um bem deveria possuir para ser considerado de bem patrimonial. Isso só foi possível devido à crescente preocupação em torno do Património Cultural, por um lado, pela manutenção dos valores de identidade e de memória e, por outro, porque, aliado ao Turismo Cultural<sup>61</sup>, tornou-se uma das principais fontes de riqueza e receita por parte do Estado. Segundo o título I da segunda Lei de Bases do Património Cultural *“integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização”*<sup>62</sup>. Esse interesse cultural relevante, designadamente *“histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”*<sup>63</sup>. Integram

---

<sup>60</sup> Lei de Bases do Património Cultural Português n.º 13/85, de 6 de Julho, Título I, Art.º 1.º.

<sup>61</sup> Esta ligação do Património ao Turismo levou a que o ICOMOS, em 1999, elaborasse a Carta Internacional sobre Turismo Mundial, tendo como subtítulo: A gestão do Turismo nos sítios com Património significativo.

<sup>62</sup> Lei de Bases do Património Cultural Português n.º 107/2001, de 8 de Setembro, Título I, Art.º 1.º, p. 1.

<sup>63</sup> Lei de Bases do Património Cultural Português n.º 107/2001, de 8 de Setembro, Título I, Art.º 1.º, p. 3.

ainda o Património Cultural “a língua portuguesa”<sup>64</sup>, “os bens imateriais que constituem parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesa”<sup>65</sup> e “quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o estado português”<sup>66</sup>. Mais recentemente, em 2005, o Conselho da Europa, através da Convenção de Faro, definiu Património Cultural como “o conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, com um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interacção entre as pessoas e os lugares através do tempo”<sup>67</sup>.

Este percurso sobre a construção do conceito de Património Cultural é deveras interessante. Num espaço de cinquenta anos passou-se de uma noção restrita de Património, alicerçado em Monumento e Monumento Histórico, para uma noção alargada, onde se incluem todos os bens imóveis, móveis e imateriais. Esta noção tende ainda a expandir-se mais, daí que ainda não se possa definir com exatidão o que se entende por Património Cultural. No entanto, em todas as definições encontramos dois elos em comum, que vão ao encontro da definição que retiramos dos vários dicionários e enciclopédias que consultamos, nomeadamente, os valores de memória e de identidade, e a obrigatoriedade de os passar de geração em geração. Em todas as definições que aqui transcrevemos e discutimos, estes dois itens estão presentes e é sobre eles que devemos refletir, sempre que abordarmos a temática do Património Cultural.

---

<sup>64</sup> Lei de Bases do Património Cultural Português n.º 107/2001, de 8 de Setembro, Título I, Art.º 1.º, p. 2.

<sup>65</sup> Lei de Bases do Património Cultural Português n.º 107/2001, de 8 de Setembro, Título I, Art.º 1.º, p. 4.

<sup>66</sup> Lei de Bases do Património Cultural Português n.º 107/2001, de 8 de Setembro, Título I, Art.º 1.º, p. 5.

<sup>67</sup> Convenção de Faro de 2005, Título I, Art.º 2.º, alínea a).

## 1.2 Algumas Reflexões sobre os Inventários Patrimoniais

A construção do conceito de Património Cultural, como vimos no ponto anterior, fez-se através de um longo caminho ao qual ainda não se conseguiu colocar um ponto final. Pelo contrário, o conceito de Inventário, desde a sua origem que mantém o mesmo sentido, embora a sua aplicabilidade, nos dias de hoje, seja mais abrangente. Segundo José Pedro Machado, a origem etimológica da palavra *inventário* vem do latim “«*inventarium*» que está relacionada com a enumeração e descrição de bens que pertencem ou pertenceram a um indivíduo”<sup>68</sup>. É esta definição que encontramos em vários dicionários e enciclopédias consultadas, nomeadamente no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa conforme Acordo Ortográfico*<sup>69</sup>, na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*<sup>70</sup> e na *Enciclopédia da Verbo Luso Brasileira de Cultura*<sup>71</sup>. No entanto, além desta definição, estes compiladores de conceitos referem-se ao Inventário como um Registo, um Rol, uma Relação e/ou um Catálogo onde estão descritos, minuciosamente, os Bens. Ao serem arrolados procura-se evitar a sua perda e dar conhecimento do seu valor. São estas várias definições que definem o essencial de um qualquer inventário, seja de carácter contabilístico ou de carácter patrimonial.

Relativamente aos objetivos de um inventário, o principal, como já foi brevemente referido, centra-se no levantamento exaustivo de tudo o que se pretende inventariar e, após esse levantamento, descrever cada um dos itens inventariados o mais minuciosamente possível. Essa descrição passa pelo preenchimento de uma ficha manuscrita ou impressa, contendo campos já pré-definidos pelo inventariador, ou por um programa informático de inventário. E esses campos que integram a ficha terão que ser diferentes consoante o bem que se pretende descrever. São estes pormenores que se terão que ter em conta quando se elabora uma ficha de inventário respeitante ao Património Cultural.

Embora o corpo legislativo elaborado exclusivamente para a regulamentação, a vários níveis, do Património Cultural só tenha surgido com maior abundância a partir dos meados do século XX, a preocupação de se inventariar, de se conhecer o que se

---

<sup>68</sup> MACHADO, José Pedro – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa...*, o.c., vol. II, pág. 975.

<sup>69</sup> “Inventário” - *Novo Dicionário da Língua Portuguesa conforme Acordo Ortográfico*, pág. 929.

<sup>70</sup> “Inventário” - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIII, pp. 985-986.

<sup>71</sup> “Inventário” - *Enciclopédia Verbo Luso Brasileira de Cultura*, vol. XVI, pp. 55-59.

possui, já vem de há muitos séculos atrás. No entanto, iremos apenas recuar até finais do século XIX, porque nessa época foi publicada uma obra que fornece ao leitor a visão do estado em que se encontrava à época o património em Portugal, nomeadamente ao nível das obras de arte. Referimo-nos, como se percebe, à obra de Ramalho Ortigão intitulada “*O Culto da Arte em Portugal*”<sup>72</sup>. Embora seja uma obra fascinante a vários níveis, apenas nos centraremos nas páginas às quais Ramalho Ortigão se refere ao processo de Inventário. Assim, segundo Ortigão, a inventariação era essencial porque permitiria conhecer o que existia e o seu verdadeiro valor. O seu processo deveria possuir duas partes. A primeira consistiria na reprodução, por meio de fotografia, gesso ou galvanoplastia, do objeto ou imóvel que se está a inventariar. Na segunda parte, proceder-se-ia ao preenchimento de uma ficha de inventário, de acordo com a reprodução elaborada. A ficha deveria possuir sete campos, a saber: 1º - Uma breve descrição do bem que se está a inventariar; 2º - O lugar onde o mesmo se localiza; 3º - Nome da Instituição ou do Proprietário que possui o bem; 4º - Uma pequena descrição histórica; 5º - O nome do autor que elaborou o bem; 6º - Indicação do valor monetário e o 7º - A escala em que o bem foi reproduzido<sup>73</sup>. Se fizermos uma tabela comparativa entre estes campos e os campos utilizados nos dias de hoje, para a descrição de um imóvel ou de um objeto, verificamos que os mesmos continuam a ser usados, embora atualmente os campos sejam mais numerosos. Com isto, verificamos que já nos finais do século XIX se debatia a importância da realização de inventários para, por um lado, se conhecer o que se tem e, por outro, porque só baseado nesse conhecimento é que se pode elaborar legislação eficaz para a sua proteção. É evidente que Ramalho Ortigão é um entre muitos que se dedicaram a um trabalho de campo exaustivo (lembrem-se dos cadernos dos etnógrafos e arqueólogos), associado à valorização do património não apenas museológico.

A importância da realização de inventários observa-se, deste modo, na diversa legislação produzida até aos dias de hoje sobre o Património Cultural. A primeira referência explícita encontra-se no documento adotado na *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* do ano de 1972. Segundo o número 1 do artigo 11º dessa Convenção “*cada um dos Estados membros da Convenção deverá submeter, o mais breve possível, ao Comité do Património Mundial um inventário dos*

---

<sup>72</sup> ORTIGÃO, Ramalho – *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: A. M. Pereira, 1896.

<sup>73</sup> ORTIGÃO, Ramalho – *O Culto da Arte em Portugal*, o.c., pp. 161-162.

*bens do património cultural e natural situados no seu território (...). Tal inventário, que não será considerado exaustivo, deverá comportar uma documentação sobre o local dos bens em questão e sobre o interesse que apresenta*". Foi o documento saído desta Convenção que esteve na origem da primeira Lei de Bases do Património Cultural português<sup>74</sup>, na qual está presente a "obrigatoriedade" da elaboração de inventários patrimoniais como se pode constatar através dos números 1 e 2 do artigo 19º: "*Todos os bens culturais deverão fazer parte de um registo de inventário sistemático e exaustivo a elaborar pelo IPPC. (...) Os bens classificados serão inscritos em catálogo próprio*". Embora presente nesta lei, só com a segunda Lei de Bases do Património português<sup>75</sup>, datada do ano de 2001, é que se dá uma maior atenção a esta tarefa essencial na gestão patrimonial. No artigo 6º já se estabelece que um dos princípios gerais pela qual a política do Património Cultural se deve reger passa pela inventariação. No entanto, é no artigo 19º, intitulado Inventariação, que se dá o salto relativamente à primeira Lei de Bases do Património Cultural. Segundo o número 1 deste artigo, entende-se por inventariação "*o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação*". Já o número 2 refere que "*o inventário abrange os bens independentemente da sua propriedade pública ou privada*". O número 4 complementa este segundo número ao afirmar que "*o inventário abrange duas partes: o inventário de bens públicos, referente aos bens de propriedade do Estado ou de outras pessoas colectivas públicas, e o inventário de bens de particulares, referente aos bens de propriedade de pessoas colectivas privadas e de pessoas singulares*". Por último, o número 3 indica que "*o inventário inclui os bens classificados e os que, de acordo com os números 1, 3 e 5 do artigo 2º e o número 1 do artigo 14º, mereçam ser inventariados*". É esta importância que as instituições estatais deveriam dar ao processo de inventário que Ramalho Ortigão se referia. Só com um conhecimento efetivo do que se tem é que se podem elaborar mecanismos de protecção e valorização. Não se pode proteger o que não se conhece. Além disso, um imóvel ou um objeto só pode ser reconhecido como bem patrimonial se alguém o afirmar. E essa afirmação faz-se, na maior parte das vezes, através da sua integração em inventários patrimoniais.

---

<sup>74</sup> Lei de Bases do Património Cultural Português nº 13/85, de 6 de Julho.

<sup>75</sup> Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural.

As vantagens da utilização de inventários patrimoniais, como é fácil de constatar, são muitas. A juntar às enunciadas, indicamos mais outras duas vantagens que consideramos serem as que mais representam a importância de se efetuarem inventários patrimoniais. A primeira passa por conhecer, o mais exaustivamente possível, por mais utópico que possa parecer, todos os bens (sejam imóveis, móveis ou imateriais) que possuem valor relevante para a memória e identidade da instituição ou do local tutelado pela instituição que produz o inventário, nomeadamente ao nível da identificação, descrição, evolução histórica, propriedade, localização e de outros apontamentos que se considerem pertinentes obter e que possam fornecer uma caracterização mais exaustiva do bem. A segunda vantagem centra-se na gestão desses bens patrimoniais. A partir do momento que os mesmos se encontrem localizados e descritos, a sua gestão, com vista a uma melhor proteção e valorização, torna-se mais fácil.

No entanto, nem só de vantagens vive o processo de inventariação. O mesmo acarreta algumas implicações e obrigações que se não forem respeitadas podem tornar os inventários obsoletos. Desde logo, o inventário passa pela elaboração de uma ficha onde são registadas todas as informações que caracterizam o bem. É necessário previamente estabelecer critérios ao nível da inventariação, dos campos a serem integrados na respetiva ficha e da respetiva informação que se irá colocar em cada campo. Além disso, a realização do inventário tem que ser feita por técnicos especializados. Só técnicos com formação nas áreas da História, da História de Arte, da Arquitetura, da Arqueologia, da Etnografia e da Museologia é que possuem formação académica adequada para proceder com rigor científico e técnico à inventariação. E, sempre que possível, a inventariação tem que ser feita por uma equipa multidisciplinar. Por último, tem que se proceder sempre a uma nova inventariação com uma periodicidade, por exemplo, bianual, para que os bens e as informações que se possuem sobre eles não se tornem obsoletos.

### 1.3 Base de Dados – Qual a importância da sua utilização na gestão patrimonial?

Nos pontos anteriores deste capítulo debruçamo-nos sobre a construção do conceito de Património Cultural e a importância da realização de um Inventário para a salvaguarda, estudo, valorização e preservação dos bens patrimoniais. Como já foi referido, um bem patrimonial só o é se for reconhecido como tal e a elaboração de inventários têm implícito, nos seus objetivos, esse reconhecimento, seja de um bem imóvel, móvel ou imaterial. Após a elaboração do inventário é necessário uma gestão do mesmo para que todos os bens patrimoniais inventariados e as informações respeitantes a eles sejam de fácil acesso e consulta. Para isso, as ferramentas informáticas tornaram-se operativas. Ao construírem-se bases de dados em programas informáticos como o *Microsoft Office Excel*, o *Microsoft Office Access* e o *FileMaker* (só para citarmos alguns), ou ao utilizarem-se programas informáticos específicos, direciona-se, da melhor forma, essa gestão patrimonial. Como poderão verificar nos capítulos seguintes, a gestão patrimonial que propomos ao Gabinete do Património Cultural tem como suporte principal a utilização de uma base de dados informatizada num programa de gestão patrimonial denominado *InPatrimonium Premium*. No entanto, na realização do nosso estágio curricular construímos também uma base de dados no programa informático *Microsoft Office Excel* a fornecer aos presidentes das Juntas de Freguesia (**Vd. ponto 2.3.2**). Esta última base de dados funcionará como uma ponte entre as atualizações dos inventários patrimoniais realizados pelos Presidentes de Juntas e o inventário final inserido no programa *InPatrimonium Premium*.

Antes de mencionarmos as vantagens ou desvantagens da utilização de uma Base de Dados informatizada na gestão de um conjunto patrimonial, é necessário, em primeiro lugar, verificarmos o que se entende por *Base de Dados* e por *Gestão de Base de Dados*. Segundo Douglas A. Downing e Michael A. Covington uma Base de Dados é “*um conjunto de dados mantidos num suporte informático de armazenamento de informação, que podem ser utilizados para mais do que um fim*”<sup>76</sup>. Esta definição é corroborada por José de Matos que, no entanto, acrescenta que uma Base de Dados “*pode ser qualquer conjunto de informação acessível através de um computador ou um*

---

<sup>76</sup> DOWNING, Douglas A. e COVINGTON, Michael A. – *Dicionário de Termos Informáticos e da Internet*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2001. pág. 50.



*terminal*”<sup>77</sup>. Relativamente à definição de Gestão de Base de Dados, segundo os já mencionados autores Douglas A. Downing e Michael A. Covington o objetivo principal de um sistema de gestão de Base de Dados “*é o de possibilitar e de facilitar a obtenção de informação coerente a partir dos dados armazenados na Base de Dados*”<sup>78</sup>. Para esses autores existem três vertentes na gestão de Base da Dados: “*introdução de dados, modificação ou actualização dos mesmos e apresentação de relatórios de saída*”<sup>79</sup>. Por estas definições podemos concluir que uma Base de Dados é a reunião de um conjunto de informação que se encontra inserida num programa informático e que a mesma é acessível através de um computador, sendo a sua gestão essencial para se efetuar as operações de pesquisa, de reorganização e/ou de filtragem de dados que se encontram inseridos nela.

Esta definição de Base de Dados e de gestão de Base de Dados torna-se essencial para se entender a importância da sua aplicabilidade à gestão do Património Cultural. Não basta possuir fichas de inventário em Base de Dados informatizadas. É essencial que elas permitam ao utilizador realizar múltiplas pesquisas, nomeadamente ao nível do cruzamento e da filtragem de dados, de modo a permitir a obtenção dos dados pretendidos de uma forma rápida e concisa. Esta é a grande vantagem da utilização de uma Base de Dados informatizada na gestão patrimonial. Ao contrário de uma gestão baseada em pastas de arquivo, onde a pesquisa e o cruzamento de dados seriam dificultadas pelo elevado número de documentos a consultar, a utilização de Bases de Dados informatizadas, seja em programas específicos de gestão patrimonial ou em programas genéricos de Base da Dados, permitem a realização de uma forma simples e rápida dessas operações, essenciais para uma gestão que se pretende, acima de tudo, eficaz.

No entanto, existem outras vantagens na utilização de Base de Dados informatizadas na gestão do Património Cultural. Por exemplo, uma outra vantagem está relacionada com a capacidade de armazenamento de informação. Ao contrário de uma gestão em pastas de arquivo, onde a informação que se possui sobre um bem patrimonial está limitada ao espaço existente, informaticamente esse problema não se

---

<sup>77</sup> MATOS, José de – *Dicionário de Informática e Novas Tecnologias*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, 2004, pág. 42.

<sup>78</sup> DOWNING, Douglas A. e COVINGTON, Michael A. – *Dicionário de Termos Informáticos e da Internet*, o.c., pág. 243.

<sup>79</sup> DOWNING, Douglas A. e COVINGTON, Michael A. – *Dicionário de Termos Informáticos e da Internet*, o.c., pág. 244.

coloca, porque pode-se aumentar de uma forma ilimitada essa capacidade, sempre que seja necessário. Ainda no que diz respeito a vantagens, pode-se referir a utilização da Base de Dados por um número ilimitado de pessoas, em diferentes locais, ou em vez de se permitir a livre utilização, poder-se colocar restrições e/ou limites à sua consulta e utilização. Uma outra vantagem está relacionada com a possibilidade de agrupar em simultâneo todas as tipologias patrimoniais existentes. Os inventários respeitantes ao Património Arquitectónico, Património Arqueológico, Património Imaterial, entre outros, podem estar inseridos numa única ou em várias Bases de Dados e a consulta, cruzamento e filtragem de dados serem realizadas somente por um único programa. Por fim, embora as vantagens sejam muitas, aspeto que apenas tocamos ao de leve, deixamos uma última vantagem da utilização de Base de Dados. A partir do momento que se tenha fichas de inventário informatizadas em Base de Dados construídas para o efeito, a informação contida é facilmente transferida para outras Base de Dados ou para um sítio de *internet* que possa permitir a visualização total ou integral dos dados inseridos, funcionando deste modo como um mecanismo de mediação patrimonial, entre o inventariador ou entidade pública/privada e o público em geral.

Após elencarmos as vantagens da utilização de Bases de Dados na gestão patrimonial, importa referir as suas desvantagens, embora tal menção seja facilitada por só termos encontrado duas desvantagens na utilização de Bases de Dados na gestão do Património Cultural. A primeira refere-se ao formato em que se gravam as Bases de Dados. Com o surgimento de novos formatos é importante gravar constantemente os dados para o formato mais atual, senão o risco de os dados se perderem pela inexistência de programas que abram ficheiros desses formatos seja elevado. A segunda desvantagem está também relacionada com a perda de dados. Embora nos dias de hoje se possam realizar cópias de segurança e guardá-las em local seguro, é sempre importante, parece-nos, ter-se uma cópia em papel dos dados mais importantes, nomeadamente, das fichas de inventários.

Em resumo, através da leitura deste ponto podemos constatar as enormes vantagens da utilização de programas informáticos de Base de Dados na gestão do Património Cultural.

## **Capítulo 2**

### **Um percurso de investigação em ambiente de trabalho - o Estágio Curricular**

O relatório do estágio cujo percurso e resultados aqui se apresentam foi realizado no Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, entre os meses de Novembro de 2010 e Maio de 2011, perfazendo um total de 400 horas, sob a orientação profissional do Dr. Nélson Pereira (GPC/CMVNF)<sup>80</sup> e científica da Professora Doutora Inês Amorim (FLUP)<sup>81</sup>, encontrando-se o mesmo inserido no programa curricular do 2º ano do *Mestrado em História e Património* – ramo de *Mediação Patrimonial*.

A escolha deste Gabinete para a realização do estágio curricular teve como antecedentes contactos prévios realizados com algumas autarquias, no sentido de apresentarmos o mestrado e o projeto que gostaríamos de concretizar, inserido na área da Mediação Patrimonial. Após algumas respostas, optámos pelo Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, por o mesmo ter-nos apresentado um projeto que, embora árduo, cumpria todos os requisitos que tínhamos previamente delineado. Esse projeto passava pela realização de um inventário do Património Cultural de uma freguesia do concelho que reunisse um conjunto de pressupostos – diversidade e elevado número de bens patrimoniais –, aliado a uma investigação histórica e, ainda, a elaboração de um modelo de uma ficha de inventário informatizada que, posteriormente, poderia ser aplicado às restantes freguesias e vilas que integram o concelho de Vila Nova de Famalicão (**Vd. ponto I da Introdução**).

De modo a uma melhor estruturação do relatório, decidimos dividir este capítulo em três partes. A primeira parte prende-se com uma caracterização histórica, funcional e orgânica, ainda que breve, do Gabinete do Património Cultural. Na segunda parte abordaremos o modelo de gestão patrimonial que se encontrava em vigor no Município de Vila Nova de Famalicão, aquando da realização do estágio curricular, de forma a melhor se compreender o modelo que propusemos ao Gabinete descrito no capítulo seguinte. Por fim, a terceira e última parte diz respeito às atividades desenvolvidas durante o estágio, nomeadamente as que foram inicialmente delineadas e outras que fomos realizando ao longo do mesmo.

---

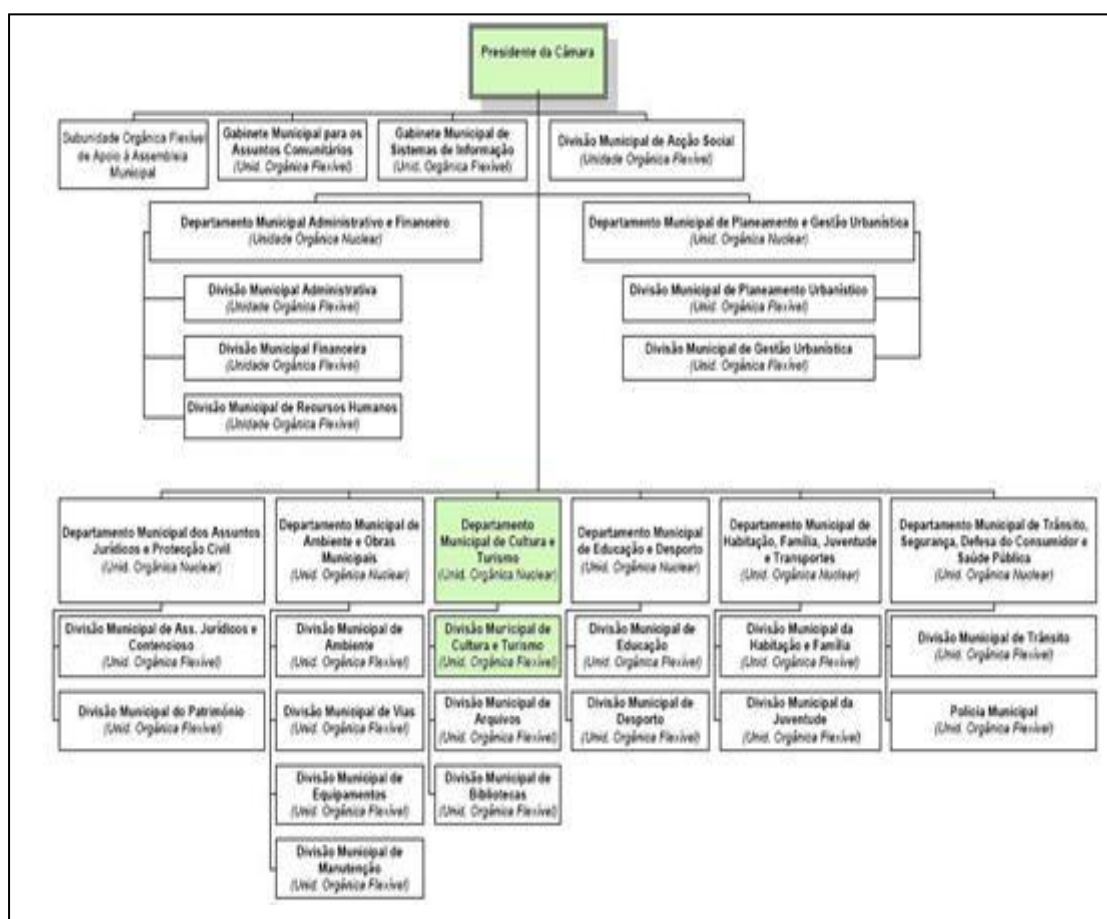
<sup>80</sup> Sigla do Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

<sup>81</sup> Sigla da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

## 2.1 – Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão – evolução histórica, funcional e organizacional

O Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão foi criado no ano de 2004, substituindo o anterior Gabinete do Património Histórico-Cultural. O seu surgimento adveio de uma reestruturação organizacional e funcional dos serviços. Segundo o novo regulamento da Organização dos Serviços Municipais, publicados em Diário da República nº 30/2010, de 14 de Janeiro<sup>82</sup>, o Gabinete do Património Cultural encontra-se inserido na Divisão Municipal de Cultura e Turismo que, por sua vez, é dependente do Departamento Municipal de Cultura e Turismo, como podemos observar pelo seguinte organograma:

**Figura 1 – Estrutura Orgânica do Município de Vila Nova de Famalicão**



**Fonte** – Sítio da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Disponível em [http://www.vilanovadefamalicao.org/\\_organograma](http://www.vilanovadefamalicao.org/_organograma) [Consultado em 15.07.2011]

<sup>82</sup> O Regulamento da nova Organização dos Serviços Municipais está disponível no seguinte endereço [http://www.vilanovadefamalicao.org/\\_regulamentos\\_municipais\\_3](http://www.vilanovadefamalicao.org/_regulamentos_municipais_3) [consultado em 15.07.2011].

Antes de mencionarmos a missão e as competências do Gabinete do Património Cultural, é importante abordarmos os serviços que o tutelam, nomeadamente o Departamento Municipal de Cultura e Turismo e a Divisão Municipal de Cultura e Turismo.

Pelo presente regulamento, acima citado, o Município de Vila Nova de Famalicão encontra-se organicamente dividido em oito Unidades Orgânicas Nucleares e vinte e três Unidades Orgânicas Flexíveis, encontrando-se as Unidades Orgânicas Flexíveis divididas em subunidades orgânicas, equipas multidisciplinares e equipas de projetos. Relativamente ao Departamento Municipal de Cultura e Turismo, o mesmo insere-se nas Unidades Orgânicas Nucleares. Tem como missão “*assegurar a gestão das actividades culturais do Município, promover a identidade local e fomentar a promoção turística, como factores de democraticidade, competitividade e desenvolvimento local*”<sup>83</sup>. No que diz respeito ao Património Cultural, é da competência deste Departamento “*salvaguardar e promover o património cultural e natural, promovendo a sua inventariação, estudo e classificação*”<sup>84</sup>. As Unidades Orgânicas Flexíveis encontram-se sob tutela das Unidades Orgânicas Nucleares. Sendo assim, a Divisão Municipal de Cultura e Turismo, inserida nas Unidades Orgânicas Flexíveis, encontra-se tutelada pelo Departamento Municipal de Cultura e Turismo. Esta Divisão tem como missão “*coordenar e promover o desenvolvimento das actividades culturais e turísticas*”<sup>85</sup>. No âmbito do Património Cultural, é da competência desta Divisão “*promover a inventariação, classificação, protecção e divulgação do património histórico-cultural do concelho*”<sup>86</sup> e “*fomentar e apoiar o associativismo, no âmbito da difusão dos valores culturais do concelho e da defesa do seu património cultural*”<sup>87</sup>.

As missões e competências transcritas relativas a estes dois serviços municipais com responsabilidades na gestão do Património Cultural são os mais abrangentes possíveis. Dada a impossibilidade de dar respostas imediatas aos mais diversos assuntos respeitantes a essa área, encontram-se sob tutela destes dois serviços, três gabinetes com responsabilidades na gestão de diversas tipologias patrimoniais, a saber: Gabinete do

---

<sup>83</sup> Diário da República, 2ª série, nº 9, Regulamento nº 30/2010, de 14 de Janeiro, artigo 10º, nº 1.

<sup>84</sup> Diário da República, 2ª série, nº 9, Regulamento nº 30/2010, de 14 de Janeiro, artigo 10º, nº 2, alínea c).

<sup>85</sup> Diário da República, 2ª série, nº 9, Regulamento nº 30/2010, de 14 de Janeiro, artigo 16º, nº 2.

<sup>86</sup> Diário da República, 2ª série, nº 9, Regulamento nº 30/2010, de 14 de Janeiro, artigo 16º, nº 3, alínea c).

<sup>87</sup> Diário da República, 2ª série, nº 9, Regulamento nº 30/2010, de 14 de Janeiro, artigo 16º, nº 3, alínea h)

Património Cultural (património arquitetónico), Gabinete de Arqueologia (património arqueológico) e Gabinete dos Assuntos Culturais (património imaterial).

Esta distribuição de competências na gestão patrimonial por três serviços não se apresenta como o modelo ideal. Embora a gestão integrada seja um modelo defendido por muitos especialistas nos tempos que correm, ela tem que ser bem articulada entre os diversos serviços, de modo a que as competências e as responsabilidades de cada um não entrem em conflito, mas sim que se complementem. São estas questões de alguma conflitualidade de competências entre gabinetes que observamos na gestão integrada implementada no Município de Vila Nova de Famalicão, que decorre do próprio historial da orgânica municipal (**Vd. ponto 2.2**). Durante muitos anos, a gestão do património esteve centrada no Gabinete de Arqueologia, como aconteceu um pouco por todos os municípios do país. O surgimento de novos gabinetes e, consequentemente, a distribuição de funções e competências, em vez de ser olhada com uma forma de aprofundamento das investigações que até aí eram impossíveis de serem realizadas pela amplitude e diversidade do património que era gerido, aliado a uma troca de conhecimentos entre profissionais de outras áreas foi, no entanto, sentido como uma ameaça ao trabalho já desenvolvido. A cooperação entre os três gabinetes em projetos na área patrimonial ainda se encontra a dar os primeiros passos. Como iremos constatar no capítulo seguinte, o projeto que desenvolvemos no estágio realizado no Gabinete do Património Cultural vai de encontro a uma gestão integrada que se pretende ver implementada no Município de Vila Nova de Famalicão. A utilização de uma base de dados informatizada, utilizada pelos gabinetes do Património Cultural e de Arqueologia, contendo as respetivas fichas de inventário, além de um conjunto numeroso de outros documentos – fotografias, relatórios de trabalho de campo, recortes de periódicos, documentos arquivísticos e bibliográficos, registos de monografias, entre outros – é essencial para que essa gestão integrada ganhe raízes.

Após mencionarmos os serviços que tutelam o Gabinete do Património Cultural e os outros serviços que, juntamente com este gabinete, possuem responsabilidades na gestão patrimonial, iremos de seguida abordar a missão e as competências do Gabinete do Património Cultural que, como veremos, centram-se sobretudo na tipologia arquitetónica do património.

De acordo com as informações constantes no espaço dedicado ao Gabinete do Património Cultural no interior do sítio de *internet* do município famalicense (dada a inexistência de um regulamento do citado gabinete), a sua missão “*passa por*

*desenvolver acções de inventariação, estudo, preservação e divulgação de todo o património edificado do concelho (de forma concertada e complementar com o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Arqueologia, na sua área de actuação específica)”<sup>88</sup>*. Ainda no que diz respeito às suas competências, o Gabinete do Património Cultural adere a algumas iniciativas de âmbito europeu e internacional, nomeadamente às Jornadas Europeias do Património e ao Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, além do apoio à publicação de livros que versam a temática patrimonial do concelho e da realização de diversas conferências, seminários, exposições, colóquios e visitas centradas na divulgação e promoção do Património Arquitetónico. É ainda da sua competência a elaboração de processos para apresentação de novas propostas de classificação de bens imóveis e móveis. É importante referirmos a existência, dentro do gabinete, de um pequeno arquivo documental e bibliográfico referente ao património do concelho (**Vd. ponto 2.2.**), aberto à comunidade, funcionando como apoio a professores, alunos e investigadores. Além das competências referidas, é de salientar a colaboração deste gabinete em projetos de âmbito municipal, organizados por outros serviços do Município de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente na elaboração da atual Carta do Património constante do Plano Diretor Municipal; na revisão e apresentação de uma nova proposta do referido documento e na gestão de alguns processos que envolvem imóveis constantes na atual Carta do Património, procurando deste modo dar cumprimento aos pressupostos do Art.º 90º do Plano Diretor Municipal (em associação com o Departamento do Urbanismo).

Embora as competências e iniciativas inerentes ao funcionamento do Gabinete do Património Cultural sejam heterogéneas e abrangentes, tal situação não é replicada nos recursos humanos existentes no gabinete. Desde a sua constituição em 2004, que o Gabinete do Património Cultural possui somente um técnico superior das áreas de Gestão do Património e Museologia e uma assistente técnica também com formação na área museológica. Como forma de colmatar as deficiências ao nível de pessoal técnico e especializado em outras áreas fundamentais para um estudo aprofundado do Património (História, Arte, Arquitetura e Geografia), ao longo dos últimos anos foi acolhendo no seu gabinete estagiários dessas áreas que, ao desempenharem pequenos projetos, muito contribuíram para um melhor conhecimento do património cultural do concelho.

---

<sup>88</sup> Disponível em [http://www.vilanovadefamalicao.org/\\_o\\_gabinete\\_de\\_patrimonio\\_cultural](http://www.vilanovadefamalicao.org/_o_gabinete_de_patrimonio_cultural) [Consultado em 18.07.2011].



## 2.2 – Gestão Integrada do Património Cultural em vigor no Município de Vila Nova de Famalicão

No ponto anterior já fornecemos algumas achegas relacionadas com a Gestão integrada do Património Cultural em vigor no Município de Vila Nova de Famalicão aquando do início da realização do nosso estágio curricular (Novembro de 2010) através, por exemplo, da referência aos três gabinetes com responsabilidades na sua tutela: o Gabinete do Património Cultural (património arquitetónico), o Gabinete de Arqueologia (património arqueológico) e o Gabinete dos Assuntos Culturais (património imaterial). A expressão “*gestão integrada*”, teoricamente, é bem aplicada neste caso, devido à distribuição de competências na área patrimonial por vários gabinetes, embora, na prática, tal união de esforços em prol de um mesmo objetivo – inventariação, estudo, conservação, divulgação e gestão – mereça uma reflexão mais profunda.

Como também já foi referido (**Vd. ponto I da Introdução**), o Património Cultural mereceu uma atenção mais pormenorizada por parte do Município de Vila Nova de Famalicão, quando se criou o Gabinete de Arqueologia, nos inícios da década de 80 do século XX. Durante toda essa década de 80 e grande parte da de 90, a gestão do parque patrimonial do concelho estava sob tutela deste gabinete, pese embora o surgimento, na década de 90, do Gabinete do Património Histórico-Cultural, antecessor do Gabinete do Património Cultural. Pontualmente, observa-se a colaboração entre estes dois gabinetes em projetos de âmbito patrimonial, como a listagem final do Património Arquitetónico e Arqueológico e da realização das Cartas Patrimoniais, a serem incluídas no Plano Diretor Municipal de 1994. No entanto, até ao início do nosso estágio, o caminho seguido por estes dois gabinetes faz-se em separado. Esta separação de caminhos observa-se em várias situações, nomeadamente na elaboração de fichas de inventário; no modo de gestão do património que tutelam (inventariação, estudo, divulgação, entre outros) e, fundamentalmente, na realização de projetos integrados. Com o início da inventariação do Património Cultural Imaterial do concelho e a sua entrega a um outro gabinete que nunca teve responsabilidades na área patrimonial, nem possui técnicos qualificados para a sua gestão<sup>89</sup>, esta gestão patrimonial que se quer

---

<sup>89</sup> Apenas basta referirmos que o inventário do Património Cultural Imaterial do Município de Vila Nova de Famalicão está a ser realizado por uma educadora de infância e um operador de câmara para se

integrada assume, eventualmente, caminhos opostos ou, pelo menos, paralelos, principalmente pela falta de projetos integrados e de comunicação entre os vários gabinetes.

Embora de uma forma geral não existam grandes projetos que envolvam os vários gabinetes com responsabilidades na gestão patrimonial, na gestão interna do Gabinete de Arqueologia e do Gabinete do Património Cultural observam-se várias ações e ferramentas de gestão que, se foram bem definidas e partilhadas, podem levar a essa tal almejada gestão integrada.

Desde meados da primeira década do século XXI que o Gabinete de Arqueologia utiliza um programa informático de gestão patrimonial – *InPatrimonium Premium*. A utilização deste programa forneceu ao Gabinete de Arqueologia inúmeras vantagens. Desde logo, todas as fichas de inventário foram informatizadas (embora não haja ainda uma uniformização da informação inserida nos campos). Cada ficha de inventário (que corresponde a um bem patrimonial) foi relacionada com outros tipos de informação, em vários suportes, que possuem ligações com o bem patrimonial, nomeadamente fotografias; publicações bibliográficas e periódicas; cartografia; desenhos, plantas e serigrafias; outras fichas de inventário (antigas e elaboradas por outras instituições); outros bens patrimoniais (imóveis ou objetos), entre outras informações pertinentes para a caracterização do bem patrimonial. Uma outra vantagem está relacionada com a inventariação. A inventariação de um bem patrimonial pode ser efetuada no terreno, em tempo real. Isso permite a visualização de toda a informação que se possui, de todos os bens patrimoniais inventariados. A utilização do programa por várias pessoas, ao mesmo tempo, também é uma outra vantagem. Por fim, todas as informações que se possuem sobre os bens patrimoniais podem ser disponibilizadas *on-line* para que a sua consulta venha a ser realizada por qualquer pessoa. Todas estas vantagens estão a ser utilizadas pelo Gabinete de Arqueologia, na gestão interna do património que tutelam.

Embora o programa informático acima citado tenha sido adquirido para ser utilizado em simultâneo pelos Gabinetes de Arqueologia e do Património Cultural, aquando do início do nosso estágio o Gabinete do Património Cultural ainda não usufruía das suas vantagens, visto o mesmo não estar, ainda, a ser utilizado. A gestão interna do património que tutelam passava pela utilização de dois arquivos – um

---

perceber a dimensão dos problemas que essa inventariação possa acarretar no futuro, por muita boa vontade que possam ter.

documental e outro fotográfico – organizados em pastas e dispostos em estantes. O primeiro estava dividido por pastas, cada uma referente a uma freguesia, contendo o número de identificação da mesma<sup>90</sup>. Cada uma dessas pastas possuía os seguintes itens: um ortofotomapa da freguesia, que localizava geograficamente os bens patrimoniais; uma listagem em *Word* dos bens patrimoniais inventariados com o respetivo número de inventário<sup>91</sup> e toda a documentação respeitante a cada um desses bens, nomeadamente: Fichas de inventários; Fotocópias de fotografias e de bibliografia; Correspondência; Processos de Classificação e de Obras, entre outros. Relativamente ao Arquivo Fotográfico, ele encontrava-se também dividido por pastas, cada uma referente a uma freguesia, contendo o seu número de identificação na lombada, possuindo fotografias de vários anos e de diversos ângulos do mesmo bem patrimonial.

Como se pode constatar, a gestão do património arquitetónico e arqueológico do concelho de Vila Nova de Famalicão não é homogéneo. Cada gabinete possui o seu método de gestão. Não existe uma ficha de inventário normalizada que sirva os dois gabinetes (embora cada tipologia patrimonial tenha que possuir alguns campos específicos); a organização da informação também é díspar (informatizada por parte do Gabinete de Arqueologia e em papel por parte do Gabinete do Património Cultural) e a disponibilização ao público da informação sobre os bens patrimoniais que tutelam não são comuns (enquanto o Gabinete de Arqueologia possui dois sítios na *internet* para essa divulgação<sup>92</sup>, o Gabinete do Património Cultural apenas contém alguma informação no sítio do Município<sup>93</sup>).

---

<sup>90</sup> A atribuição dos números procedeu-se por ordem alfabética dos nomes das freguesias, cabendo à freguesia de Gondifelos o número 17.

<sup>91</sup> Os números de inventário foram atribuídos de modo sequencial e segundo a seguinte fórmula: os primeiros números são o da respetiva freguesia (ex: Gondifelos = 17); se o bem patrimonial estava isolado foi-lhe atribuído o número sequencial após o último bem inventariado (ex: Alminha do Senhor dos Desamparados = 1704 (17 corresponde ao número da freguesia e o 04 ao terceiro bem patrimonial da freguesia); Para uma melhor gestão, todos os bens patrimoniais que estavam inseridos num pequeno espaço geográfico ou que possuíam alguma relação entre si foram integrados num conjunto. A esse conjunto atribui-se a letra C no final e o mesmo é conhecido pelo bem patrimonial que possui mais relevância no conjunto (Ex: Conjunto da Quinta da Fiança = 1729C (17 corresponde ao número da freguesia; 29 corresponde ao vigésimo nono bem patrimonial da freguesia e a letra C indica que é um conjunto e que possui outros bens patrimoniais. Dentro do Conjunto da Quinta da Fiança existe a Casa Solarenga da Quinta da Fiança = 1729C1, ou seja, é o primeiro bem patrimonial do conjunto da Quinta da Fiança; e a Capela de Nossa Senhora da Conceição = 1729C2, que corresponde ao segundo bem patrimonial da Quinta da Fiança).

<sup>92</sup> Nomeadamente o *Portal de Arqueologia* (<http://arqueologia.vilanovadefamalicao.org/> [consultado em 25.07.2011]) e o *InWeb* (<http://vilanovadefamalicao.inwebonline.net/> [consultado em 25.07.2011]).

<sup>93</sup> Disponível em <http://www.vilanovadefamalicao.org/> [consultado em 25.07.2011].

É importante esclarecer que não nos debruçamos sobre a gestão patrimonial que está a ser utilizada pelo outro gabinete com responsabilidades na tutela do património, nomeadamente no Património Cultural Imaterial, por o mesmo ainda se encontrar no processo de inventariação e por, durante os meses em que realizamos o estágio, não termos conseguido apurar qual a gestão que será aplicada.

Em resumo, por tudo o que acabamos de mencionar é fácil de constatar que o caminho para a gestão integrada que se quer implementar no concelho de Vila Nova de Famalicão é ainda muito longo e árduo. A ferramenta para que essa gestão integrada seja possível, o município já a possui – *InPatrimonium Premium*. Agora, é necessário que, por um lado, esse programa seja utilizado por todos os gabinetes e, por outro, que se crie um conjunto de ferramentas comuns, nomeadamente uma ficha de inventário uniformizada; um manual de procedimentos e de normalização da terminologia aplicada ao programa de gestão patrimonial; um sitio na *internet* onde se possa realizar a divulgação do património cultural, independentemente da sua tipologia e a realização de alguns projetos que envolvam os três gabinetes, nomeadamente ao nível da criação de produtos patrimoniais (por exemplo, roteiros). As tarefas que nos propusemos realizar no âmbito deste estágio curricular são pequenos projetos que se inserem no caminho pelo qual o município de Vila Nova de Famalicão terá de convergir, se quer ver implementada uma gestão integrada do seu Património Cultural.

## 2.3 – Atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio Curricular

Após uma apresentação do Gabinete do Património Cultural, nomeadamente no que diz respeito à sua evolução histórica, funcional e organizacional, iremos neste ponto abordar as atividades realizadas durante o estágio curricular no referido gabinete, concretamente as inicialmente propostas e outras que fomos realizando ao longo do estágio, e que não estavam enquadradas na nossa proposta inicial.

### 2.3.1 – Atividades inicialmente propostas e desenvolvidas

Como já foi mencionado na introdução deste relatório de estágio, as atividades inicialmente propostas, que cumpriam os requisitos dos objetivos do mestrado, os nossos desejos pessoais e os objetivos do Gabinete do Património Cultural centravam-se nas seguintes tarefas:

- Elaboração de um inventário patrimonial atualizado de uma freguesia do concelho que reunisse em si um conjunto de pressupostos<sup>94</sup> para que no futuro possa servir como um modelo a ser replicado nas restantes freguesias do Município de Vila Nova de Famalicão.
- Realização de um estudo histórico, contextualizador desses bens patrimoniais inventariados.
- Sincronização da ficha de inventário proposta com a ficha de inventário já utilizada pelo Gabinete de Arqueologia, nomeadamente ao nível dos campos utilizados e da terminologia usada.
- Elaboração de um Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia a aplicar ao programa de gestão patrimonial – *InPatrimonium Premium*.

---

<sup>94</sup> Este conjunto de pressupostos passava pela escolha de uma freguesia que englobasse no seu território administrativo um elevado número de bens patrimoniais, juntamente com uma diversidade de tipologias, representando a maioria dos tipos de património existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão. Após uma análise cuidadosa do património existente em cada freguesia, optamos por Gondifelos por a mesma cumprir os requisitos estabelecidos (**Vd. ponto I da Introdução**).

- Reorganização do Arquivo Documental e Fotográfico existente no Gabinete.

No fundo, o objetivo principal seria o de definir um modelo integrado de gestão patrimonial para ser aplicado no Gabinete do Património Cultural. Após a realização do referido estágio, podemos afirmar que todas estas tarefas inicialmente propostas foram executadas. Embora o tempo disponível de estágio – 400 horas – não permitisse abarcar com grande aprofundamento cada uma destas atividades, os objetivos a que nos propusemos foram cumpridos na íntegra. Deste modo, passaremos de seguida, para uma explicação de forma mais exaustiva de cada uma destas atividades. As restantes ações, como as tarefas respeitantes à sincronização dos campos utilizados e da terminologia usada na ficha de inventário proposta com a ficha de inventário já utilizada pelo Gabinete de Arqueologia serão apresentadas no ponto 3.3, enquanto a elaboração do Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia a aplicar no programa de gestão patrimonial integrado – *InPatrimonium Premium*, será descrito no ponto 3.4.

Começando pela realização do inventário patrimonial da freguesia de Gondifelos, como já fomos mencionando ao longo deste relatório, a sua execução partiu dos levantamentos realizados nos anos de 1982, 1993 e 2004. Embora a inventariação tenha sido pautada por diferentes critérios (balizagem cronológica; incorporação a pedido dos presidentes de junta; registos fotográficos após observação no terreno, entre outros), optamos por incluir na nossa listagem final a maioria dos bens inventariados nesses anos, por os mesmos se enquadrarem nos critérios mencionados na Lei de Bases do Património Cultural nº 107/2001, de 8 de Setembro e por terem sido exatamente esses os critérios usados também por nós no inventário preconizado na referida freguesia. Deste modo, um imóvel, para ser considerado bem patrimonial, tinha que possuir pelo menos um dos seguintes itens, a saber: “*valor de civilização ou de cultura, portador de interesse cultural relevante (...), designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico (...) que reflectam valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade*”<sup>95</sup>. Foram também levados em conta os seguintes critérios, nomeadamente: “*o carácter matricial do bem; o génio do respectivo criador; o interesse do bem como testemunho simbólico*

---

<sup>95</sup> Lei de Bases do Património Cultural nº 107/2001, de 8 de Setembro, artigo 2º, números 1 e 3.

*ou religioso; o interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; o valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; a concepção arquitectónica, urbanística e paisagística; a extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva; a importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica e as circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem*”<sup>96</sup>. Embora aceitemos a crítica implícita no excesso e diversidade de critérios, os mesmos não poderiam ser excluídos, visto estarem regulamentados pelo principal documento legislativo respeitante ao Património Cultural existente no país.

Após a seleção dos critérios, passamos para uma outra fase que consistiu na elaboração de um modelo de ficha de inventário constituída por diversos campos que tinham como principal objetivo a reunião de um maior número de informação possível sobre o bem patrimonial, de forma a o caracterizar exaustivamente. Por outro lado, os campos que integravam a ficha de inventário tinham que ser compatíveis com os da ficha de inventário utilizada pelo Gabinete de Arqueologia. Para isso, procedeu-se, em primeiro lugar, a uma análise de várias fichas de inventário, tanto nacionais como internacionais, escolhendo os campos mais pertinentes para a caracterização do bem (**Vd. pontos 3.1 e 3.2**) para, em seguida, efetuar-se a sincronização das duas fichas de inventário, de modo a obter-se somente uma<sup>97</sup> (**Vd. ponto 3.3**).

Uma outra fase, respeitante à tarefa de inventário, consistiu nas várias idas à freguesia para se tomar um conhecimento geral, *in locu*, da mesma e se realizar um primeiro levantamento, de carácter fotográfico. A tarefa foi facilitada por um conjunto de ferramentas que o Gabinete do Património Cultural possuía sobre a referida freguesia, nomeadamente um ortofotomapa com a localização dos bens patrimoniais inventariados no levantamento de 2004 (embora alguns estivessem mal localizados geograficamente) e a mencionada listagem desses bens. Os contactos com a população, nomeadamente com os proprietários dos imóveis e outras pessoas que, embora não possuíssem ligações com os bens patrimoniais mas que pela sua vivência e relacionamentos a vários níveis possuíam conhecimento aprofundados sobre os mesmos, permitiram tomar um conhecimento maior especialmente dos imóveis que possuíam valor de memória e de

---

<sup>96</sup> Lei de Bases do Património Cultural nº 107/2001, de 8 de Setembro, artigo 17º, alíneas a) a i).

<sup>97</sup> O modelo de ficha de inventário final foi aceite pelos gabinetes do Património Cultural e da Arqueologia, após várias reuniões para se discutirem os campos.

identidade para a freguesia<sup>98</sup>. Um outro factor importante, que permitiu seleccionar os imóveis que foram integrados no inventário final, foi a realização da investigação histórica sobre a freguesia, como veremos de seguida.

No fundo, foi a reunião deste conjunto de pequenas tarefas – definição de critérios; elaboração de uma ficha de inventário; aproveitamento das listagens dos inventários patrimoniais dos anos de 1982, 1993 e 2004; contactos informais com a população e investigação histórica – que permitiram a elaboração do inventário.

A segunda tarefa que nos propusemos executar no estágio está intimamente relacionada com a primeira e refere-se à realização de uma investigação histórica sobre os bens patrimoniais inventariados da freguesia de Gondifelos. Como já foi referido, um dos fatores que permitiu a elaboração do inventário patrimonial foi a realização de uma investigação histórica sobre a freguesia. Não optamos apenas por centrar a nossa investigação nos imóveis que já estavam inventariados. Só um conhecimento profundo, exaustivo e abrangente sobre o passado de Gondifelos nos permitia, com toda a segurança e legitimidade, afirmar que um determinado imóvel merecia ser incluído ou excluído do inventário patrimonial. Só com base nesta investigação é que descobrimos imóveis com um valor histórico considerável, não só para a freguesia, mas também para o próprio concelho. Infelizmente, sente-se a falta deste tipo de investigações focalizadas em determinados imóveis apelidados de bens patrimoniais. Só com a narração da evolução histórica do imóvel é que podemos apelidá-lo de bem patrimonial. E foi neste sentido que optamos por centrar uma grande parte do projeto na investigação.

Quando partimos para a pesquisa, principalmente em arquivo, já tínhamos definido os campos da ficha de inventário. Como o tempo disponível não permitia uma investigação exaustiva sobre cada bem patrimonial, optamos por centrá-la no preenchimento dos campos. Daí que a documentação consultada tivesse como principais objetivos a identificação dos proprietários dos bens ao longo dos tempos; as intervenções realizadas para ampliação, melhoramento ou conservação desses bens; as várias utilizações e funcionalidades que possuíram ao longo dos tempos; as relações a

---

<sup>98</sup> É importante referir que muitas das informações constantes das fichas de inventário foram adquiridas em entrevistas informais com os habitantes da freguesia. Embora estejamos gratos a todos, referimos três pessoas que funcionaram como um elo de ligação entre nós e a freguesia, nomeadamente o Sr. Firmino Alves de Oliveira, o Sr. Joaquim de Oliveira e o Sr. David Rodrigues Miranda. O meu muito obrigado a eles.



vários níveis existentes entre eles, além de outras informações que respondessem aos campos da ficha de inventário.

Um dos primeiros problemas pelo qual nos deparamos na investigação foi a escassez de estudos bibliográficos sobre a freguesia de Gondifelos (**Vd. ponto II da Introdução**). Para contornar este problema, procuramos centrar-nos noutra tipo de documentação, nomeadamente os periódicos (especialmente o semanário *O Jornal de Famalicão*) e a documentação arquivística (**Vd. II da Introdução**).

Com base nesta primeira investigação pelas áreas monográficas e periódicas, conseguimos recolher, pontualmente, algumas referências arquivísticas que nos ajudaram no cotejo dentro dos vários arquivos consultados – Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão; Arquivo Municipal de Barcelos; Arquivo Distrital de Braga; Arquivo Distrital do Porto e os Arquivos *on-line* do Ministério das Finanças e da Torre do Tombo. A documentação arquivística consultada foi, mais uma vez, direcionada para o preenchimento dos campos da ficha de inventário. Embora na introdução deste relatório já tenhamos apresentado e discutido de uma forma exaustiva as fontes consultadas nestes repositórios de documentação (**Vd. II da Introdução**), é importante voltarmos a mencionar as duas fontes que nos permitiram recolher o maior número de informação de entre todas as fontes consultadas, nomeadamente, os *Registos Notariais* e os *Registos Gerais* do Cabido da Sé de Braga, existentes do Arquivo Distrital de Braga. Ambos foram consultados mediante um prévio cotejo, realizado através das referências arquivísticas que fomos encontrando ao longo da investigação e da consulta dos Livros de Índice existentes no mencionado Arquivo<sup>99</sup>. Relativamente aos Registos Notariais, a sua consulta permitiu-nos, por exemplo, retirar informações sobre os nomes dos proprietários de inúmeros imóveis constantes no inventário patrimonial, através dos registos de compra e venda; os vários testamentos consultados referentes a proprietários de imóveis inventariados forneceram indicações sobre o número de bens que a pessoa falecida possuía e a sua distribuição pelos descendentes; os registos de doações permitiram obter também os nomes de proprietário, tanto os que doavam como aqueles a quem doavam (normalmente a doação era realizada entre pais e filhos, como dotes de casamento). De modo a sistematizar a informação referente aos proprietários da

---

<sup>99</sup> É importante referir que embora a documentação referente aos registos notariais depositados no Arquivo Distrital de Braga têm como balizas cronológicas os anos de 1713-1973 (Notariado de Vila Nova de Famalicão) e 1557 – 1975 (Notariado de Barcelos), os Livros de Índice consultados referem-se aos anos de 1853 – 1950 (Notários de Vila Nova de Famalicão) e 1845 – 1909 (Notários de Barcelos). A consulta dos registos notariais respeitantes a notários de Barcelos advem do facto de, como já foi referido, a freguesia de Gondifelos ter pertencido até ao ano de 1872 a esse concelho.

freguesia de Gondifelos que fomos encontrando ao longo da investigação, criamos uma tabela<sup>100</sup> no programa informático *Microsoft Office Excel* onde fomos inserindo os nomes que íamos encontrando, assim como uma pequena descrição do assunto pelo qual o nome aparece associado e a referência bibliográfica ou arquivística do documento onde o nome está inserido, como se pode verificar por um *print screen* tirado à tabela, que apresentamos de seguida:

**Figura 2 – Listagem dos Nomes de Proprietários da freguesia de Gondifelos**

NOME	DESCRIÇÃO
"Nelinha"	Fez anos no dia 24 de Novembro, filha de Daniel de Oliveira Miranda e de Emilia Farinha Pinto, professora nesta freguesia (Jornal de Famalicão, nº453, 30-11-1957)
Abaixo Assinado dos Moradores	Pedem em 13.03.1943 que se arranje o caminho que vai de Reparede ao Souto visto a J.F. não ter verbas para o fazer (Caixa nº 1100, Fl.157v-158 - AMAS-CMVNF)
Abel da Silva Moreira	Lugar: Mocha
Abilio da Costa Oliveira	Casado, Lavrador. Lugar do Souto. Foi chamado à administração do concelho (1933) (Caixa nº 688, fl. 30v - AMAS-CMVNF)
Abilio da Costa Ribeiro	Foi chamado à Secretaria da Câmara (1953) (Caixa nº 586, Pág. 132v AMAS-CMVNF)
Abilio da Silva Araújo	Lugar: Barroco. Soldado. Pais: José da Silva Araújo e Maria da Costa Campos. (1934) (Caixa nº 688, fl. 68 - AMAS-CMVNF)
Abilio do C. Santos	Pediu em 11.08.1938 licença para alargar a entrada do seu prédio no lugar de reparede. A 13.08.1938 enviado ao engenheiro. Deferido a 27.08.1938 (Caixa nº 1106, Fl.362v-363 - AMAS-CMVNF)
Abilio Ferreira da Silva	Proprietário / Lavrador de Gondifelos (Bibl: O concelho de Famalicão, 1947)
Abilio Gomes Ferreira	Lugar Chamuscada (Emigrante na Alemanha)
Abilio Gomes Ferreira	Lugar: Chamuscada
Abilio Gomes Ferreira	Emigrante na Alemanha. Possui foto no Jornal de Famalicão de 15.03.1985, página 3.
Abilio Rodrigues Leal	Solicitou em 12.07.1962 licença para mandar proceder à construção de um prédio para habitação e arrumos em Reparede, conforme projecto e memoria descritiva que junta (Caixa nº 673, Fl.73v-74 - AMAS-CMVNF)
Abilio S. Nunes	Nome inscrito numa placa gravada numa rocha localizada na Capela Senhor da Ponte
Adalberto Fernandes de Oliveira	Pediu em 30.07.1937 licença para o exercicio do comércio e industria. A 30.07.1937 foi enviado à secretaria da câmara para passar a licença. (Caixa nº 1106, Fl.244v-245 - AMAS-CMVNF)
Adalberto Fernandes de Oliveira	Pediu em 07.01.1938 licença para o exercicio do comércio e industria. A 07.01.1938 foi enviado à secretaria da câmara para passar a licença. (Caixa nº 1106, Fl.260v-261 - AMAS-CMVNF)
Adelaide Maria da Silva	Faleceu em 06-06-1949 com 84 anos. Informação retirada no cemitério
Adelaide Maria da Silva e Filhos	Proprietário / Lavrador de Gondifelos (Bibl: O concelho de Famalicão, 1947)
Adelina da Costa Santos	Pediu em 17.03.1941 o subsidio de laitação para o seu filho Fernando da Costa Santos (Caixa nº 1100, Fl.98v-99 - AMAS-CMVNF)
Adelina Oliveira Reis	Secretária no ano de 1958 da J.A.C.F. (Acção Católica) (Jornal de Famalicão, nº461, 25-01-1958)
Agostinho Alves de Azevedo	Proprietário / Lavrador de Gondifelos (Bibl: O concelho de Famalicão, 1947)
Agostinho Alves de Azevedo	Lugar: Reparede. Intimado para comparecer na administração do concelho (6 Agosto 1932) (Caixa nº 597, fl.33v - AMAS-CMVNF)
Agostinho Alves de Azevedo	Foi chamado à administração do concelho (1934) (Caixa nº 688, fl. 69 - AMAS-CMVNF)
Agostinho Gonçalves Machado	Pediu em 01.05.1954 licença para abrir um portal na sua casa de habitação. A 03.05.1954 foi enviado ao engenheiro. Deferido a 10.05.1954 (Caixa nº 1103, Fl.109v-110 - AMAS-CMVNF)

Como já referimos, muitos dos Registos Notariais consultados indicam processos de compra e venda, nomeadamente de propriedades urbanas (casas) e rústicas (terrenos). Embora a análise das propriedades rústicas merecesse um trabalho específico, visto que a sua evolução está intimamente ligada à evolução, por exemplo, das várias dependências agrícolas e da própria casa de habitação do seu proprietário, além do surgimento e modificação de moinhos / azenhas, focalizamos essencialmente a nossa consulta nos registos referentes a propriedades urbanas. Também aqui optamos

<sup>100</sup> A tabela encontra-se inserida no CD que segue juntamente com este Relatório.

por elaborar uma tabela<sup>101</sup> no programa informático *Microsoft Office Excel* onde fomos inserindo toda a informação que encontramos sobre os processos de compra e venda de imóveis. Para um melhor cotejo da informação, dividimo-la por alguns campos, a saber: *Lugar da freguesia; Nome(s) do(s) Proprietário(s) Antigos(s) do Imóvel; Nome(s) do(s) Proprietário(s) Atual(ais) do Imóvel; a Data* em que foi realizado o registo; as *Confrontações do Imóvel*; uma pequena *Descrição do Imóvel* e um campo respeitante a *Observações* que preenchemos com informações sobre o valor da compra e a referência arquivística do registo. Em seguida, apresentamos um *print screen* de uma parte da tabela:

**Figura 3 – Listagem dos Registos das Propriedades Urbanas inseridas nos Registos Notariais de Vila Nova de Famalicão e Barcelos**

	Lugar	Proprietário Antigo	Proprietário Atual	Ano	Confrontações	Descrição da Casa	Observações
2	Aldeia Nova	Joaquim da Silva e mulher Ermelinda Correia da Silva	Maria Ferreira Carneiro	07.03.1927	Poente: Benjamin Joaquim de Araujo; Nascente: Artur Ferreira da Silva; Norte: Estrada; Sul: Joaquim Correia da Silva Leitão	Morada de casas terreas, com seus repartimentos	Venda por 650 escudos. Notário: Pinheiro Gama. Livro 372, Folhas 24v-26
3	Aldeia Nova	José da Silva Leitão	Joaquim Correia	08.01.1934	Nascente: Caminho Publico; Poente e Norte: José da Silva Leitão; Sul: Estrada Municipal	O comprador está edificando uma casa com licença do vendedor no terreno que está a comprar	Venda por 300 escudos. Fonte: Pinheiro Gama. Livro 408-A), Folhas 77v-78v
4	Aldeia Nova	José da Silva Gomes Ferreira e mulher Felisbina Gomes de Araujo	Domingos Lopes Moreira	23.10.1937	Nascente: Joaquim José de Araujo; Poente: Caminho Publico; Norte: Manuel da Silva Oliveira; Sul: Estrada Municipal	Casa terrea e junto quintal	Venda por 3000 escudos. Fonte: Pinheiro Gama. Livro 427-A), Folhas 86-87
5	Aldeia Nova	Domingos Lopes Moreira	José da Silva Leitão	06.12.1938		Casa terrea e quintal	Venda por 3600 escudos. Fonte: Pinheiro Gama. Livro 434-A), Folhas 8v-9v
6	Aldeia Nova	Justino Fernandes de Oliveira e mulher Conceição Gomes de Oliveira	Laura de Faria	18.02.1942		Casa terrea e quintal	Venda por 3240 escudos. Fonte: Pinheiro Gama. Livro 448-A), Folhas 90-90v
7	Aldeia Nova	Amadeu de Araujo Campos e mulher	Maria da Silva Carvalho	15.11.1940	Nascente: Terreno; Poente: Estrada Nacional; Norte: Gloria Rodrigues Silva; Sul: Laura Gomes de Araujo	Casa terrea e junto quintal	Venda por 3600 escudos. Fonte: Pinheiro Gama. Livro 442-A), Folhas 28-29
8	Aldeia Nova	Ana Maria da Silva Carvalho	Joaquim Correia	22.06.1944	Nascente: Terra de Francisco Alves de Oliveira; Poente: Estrada; Norte: Glória Rodrigues da Silva; Sul: Isaura Gomes de Araujo	Casa terrea e junto quintal	Venda por 3600 escudos. Fonte: Pinheiro Gama. Livro 461-A), Folhas 9v-11

A elaboração destas duas tabelas permitiu o cruzamento entre os proprietários e os imóveis, além de outras informações essenciais e pertinentes como o valor da venda de um imóvel; o nome do conjugue do proprietário que vendeu ou comprou o imóvel; as confrontações respeitantes ao imóvel e uma pequena descrição do mesmo. O resultado deste cruzamento foi, aquando das várias idas à freguesia, confrontado com as

<sup>101</sup> A tabela encontra-se inserida no CD que segue juntamente com este Relatório.

informações no terreno. Este foi o último processo para a verificação do nome dos proprietários dos imóveis, ao longo dos tempos.

Uma segunda fonte que merece uma nova referência refere-se aos *Registos Gerais* do Cabido da Sé de Braga. São fontes de consulta obrigatória para o estudo do Património Religioso, nomeadamente, as Capelas, Oratórios e Igrejas. Tal com os Registos Notariais, eles foram consultados mediante um cotejo das referências arquivísticas encontradas na diversa bibliografia consultada e nos Livros de Índice desse fundo existente no Arquivo Distrital de Braga. As informações que retiramos desses registos referem-se aos processos de edificação das Capelas de Nossa Senhora da Conceição, do Senhor da Ponte e de Santa Maria Madalena<sup>102</sup>. Embora não tenhamos encontrado referências sobre a Igreja, os Cruzeiros, as Alminhas e a Capela do Senhor da Agonia, as informações que encontramos sobre as Capelas mencionadas permitem-nos saber quem as mandou erigir; o porquê da sua edificação; o seu santo padroeiro; os rendimentos anuais que as capelas tinham para a sua conservação e concessão de culto, além de outras particularidades, como a localização, a orientação e a ornamentação.

Estas duas fontes arquivísticas que apresentamos foram aquelas que nos permitiram a obtenção de um maior número de informações para posterior preenchimento dos campos da ficha de inventário. No entanto, convém referir que não foram as únicas. Muitas outras fontes foram consultadas (**Vd. ponto II da Introdução**). Deixamos aqui a indicação de algumas fontes, já descritas, que se revelaram também pertinentes para a execução deste trabalho, nomeadamente as Memórias Paroquiais de 1758; os Livros de Correspondência Recebida e Enviada do Município de Vila Nova de Famalicão (1897-1960); o Arrolamento dos Bens Eclesiásticos pertencentes à Igreja do ano de 1911 e os Processos de pedidos de Licenças à Secretaria da Câmara de Vila Nova de Famalicão (1902-1960).

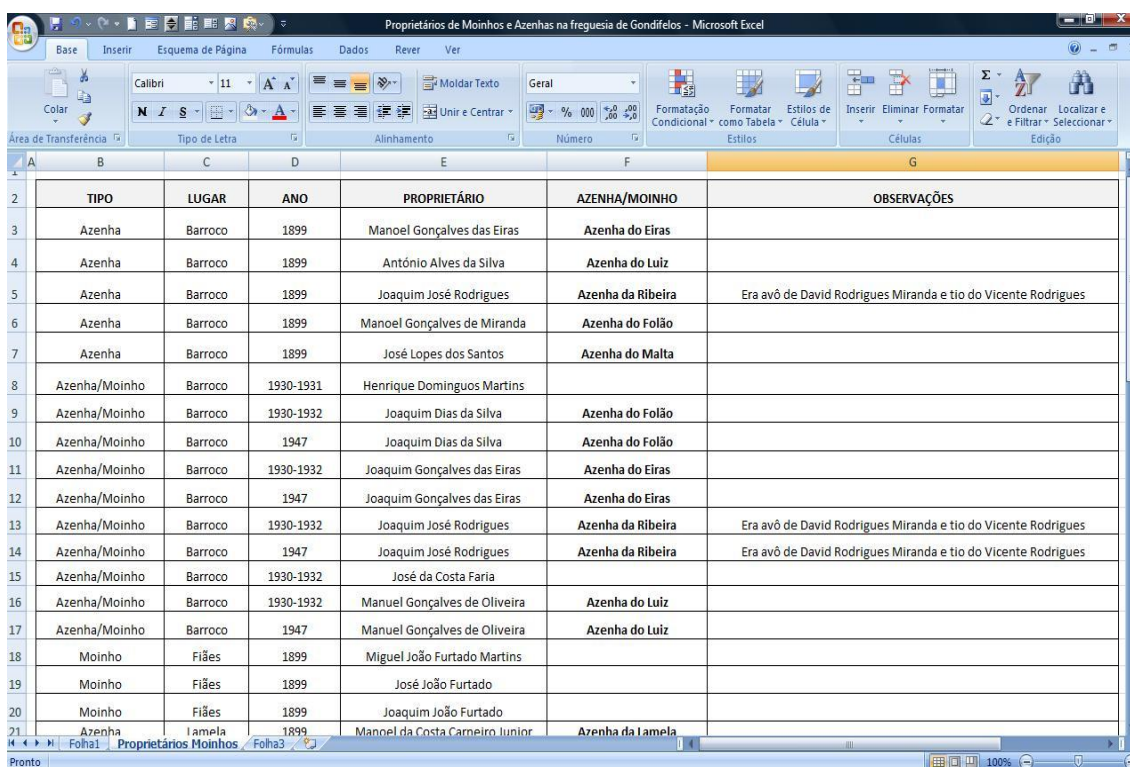
Por fim, uma das tipologias patrimoniais que também mereceu uma atenção especial na investigação foi a tipologia arquitetónica moageira, ou seja, os Moinhos/Azenhas, devido ao elevado número dessas construções existentes na freguesia (embora quase todas elas se encontrem em ruínas e inoperacionais nos dias de hoje). Todos os pedidos de edificação de Moinhos/Azenhas encontram-se no Arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte. Se, por um lado, a sua consulta revelava-se extremamente complexa, pela falta de organização desse arquivo, associado

---

<sup>102</sup> Vd. Anexos n<sup>os</sup> 18 e 19 (Capela do Senhor da Ponte); n<sup>o</sup> 20 (Capela de Santa Maria Madalena) e n<sup>o</sup> 21 (Capela de Nossa Senhora da Conceição).

à sua elevada extensão, por outro lado, o acesso ao mesmo não foi permitido por parte da instituição que o tutela. Para contornar este obstáculo, tivemos que encontrar outro tipo de fontes que nos indicassem o nome dos proprietários; o cereal que moía e o período e modo de funcionamento (**Vd. ponto II da Introdução**). Após termos recolhido as informações destas fontes, de modo a um melhor cotejo e cruzamento, optamos por elaborar mais uma tabela no programa informático *Microsoft Office Excel*, com os seguintes campos, a saber: *Tipo de edificação (Moinho ou Azenha)*; *Lugar da freguesia* onde o moinho/azinha se situa; o *Ano* a que se refere a fonte documental; o *Nome do Proprietário* à época da fonte; a *Designação* do moinho/Azenha e um campo respeitante a pequenas *Observações*. Apesar de nos Anexos inserirmos a totalidade da respetiva tabela (**Vd. anexo nº 14**), em seguida apresentamos um *print screen* de uma parte da mesma:

**Figura 4 – Listagem dos Moinhos e Azenhas existentes na freguesia de Gondifelos**



	TIPO	LUGAR	ANO	PROPRIETÁRIO	AZENHA/MOINHO	OBSERVAÇÕES
3	Azenha	Barroco	1899	Manoel Gonçalves das Eiras	Azenha do Eiras	
4	Azenha	Barroco	1899	António Alves da Silva	Azenha do Luiz	
5	Azenha	Barroco	1899	Joaquim José Rodrigues	Azenha da Ribeira	Era avô de David Rodrigues Miranda e tio do Vicente Rodrigues
6	Azenha	Barroco	1899	Manoel Gonçalves de Miranda	Azenha do Folão	
7	Azenha	Barroco	1899	José Lopes dos Santos	Azenha do Malta	
8	Azenha/Moinho	Barroco	1930-1931	Henrique Domingos Martins		
9	Azenha/Moinho	Barroco	1930-1932	Joaquim Dias da Silva	Azenha do Folão	
10	Azenha/Moinho	Barroco	1947	Joaquim Dias da Silva	Azenha do Folão	
11	Azenha/Moinho	Barroco	1930-1932	Joaquim Gonçalves das Eiras	Azenha do Eiras	
12	Azenha/Moinho	Barroco	1947	Joaquim Gonçalves das Eiras	Azenha do Eiras	
13	Azenha/Moinho	Barroco	1930-1932	Joaquim José Rodrigues	Azenha da Ribeira	Era avô de David Rodrigues Miranda e tio do Vicente Rodrigues
14	Azenha/Moinho	Barroco	1947	Joaquim José Rodrigues	Azenha da Ribeira	Era avô de David Rodrigues Miranda e tio do Vicente Rodrigues
15	Azenha/Moinho	Barroco	1930-1932	José da Costa Faria		
16	Azenha/Moinho	Barroco	1930-1932	Manuel Gonçalves de Oliveira	Azenha do Luiz	
17	Azenha/Moinho	Barroco	1947	Manuel Gonçalves de Oliveira	Azenha do Luiz	
18	Moinho	Fiães	1899	Miguel João Furtado Martins		
19	Moinho	Fiães	1899	José João Furtado		
20	Moinho	Fiães	1899	Joaquim João Furtado		
21	Azenha	Lamela	1899	Manoel da Costa Carneiro Junior	Azenha da Lamela	

Além da pesquisa de informação direcionada ao preenchimento dos campos da ficha de inventário, procurou-se, também no Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco (Vila Nova de Famalicão), registos fotográficos dos bens patrimoniais inventariados em diversas publicações, sejam monográficas ou periódicas, existentes no referido espaço da mencionada Biblioteca.



A terceira tarefa que nos propusemos executar durante o estágio no Gabinete do Património Cultural está relacionada com a reorganização dos Arquivos Documental e Fotográfico existentes no gabinete. Como já foi mencionado no ponto I da Introdução, após o levantamento patrimonial realizado entre os anos de 2003 e 2004, foram criados no gabinete dois arquivos: um respeitante à documentação administrativa existente sobre os bens patrimoniais e outro referente às suas fotografias (**Vd. também o ponto 2.2**). Após uma análise destes dois arquivos, optamos por seguir a mesma estrutura, modificando apenas o modo de organização do interior das pastas. Assim, quanto ao Arquivo Documental, as pastas referentes à freguesia de Gondifelos ficaram organizadas da seguinte forma: um ortofotomapa da freguesia, que localiza geograficamente os bens <sup>103</sup> e uma listagem em *Word* dos bens patrimoniais inventariados com o respetivo número de inventário. As informações referentes a cada bem patrimonial foram divididas em quatro partes, a saber: a primeira parte refere-se às fichas de inventário e consta desta parte a ficha de inventário atual e as anteriores fichas de inventário produzidas pelo gabinete, por outros gabinetes e por outras instituições; a segunda parte inclui toda a documentação administrativa referente ao bem patrimonial, nomeadamente processos de obras e de classificação, além da correspondência recebida e enviada; na terceira parte encontra-se inserida a documentação bibliográfica. É nesta parte que consta em listagem de todas as fontes documentais, sejam monográficas, periódicas, manuscritas, orais, visuais e sonoras referentes ao bem patrimonial; a quarta parte inclui uma listagem das fotografias existentes sobre o bem patrimonial, bem como as fotografias que não existem em papel fotográfico, já que essas irão para o Arquivo Fotográfico; na quinta e última parte insere-se toda a documentação gráfica, nomeadamente desenhos, croquis, postais e serigrafias.

Relativamente ao Arquivo Fotográfico, as fotografias em papel fotográfico existentes foram reorganizadas mediante o ano em que foram tiradas. Assim, cada bem patrimonial possui um separador próprio, onde as fotografias estão reorganizadas das mais recentes até às mais antigas.

Como já foi referido, as outras duas tarefas que nos propusemos executar no estágio serão descritas nos pontos 3.3 e 3.4 deste relatório.

---

<sup>103</sup> Devido ao processo de elaboração do novo Plano Diretor Municipal onde constarão as Cartas patrimoniais atualizadas das freguesias, este ortofotomapa, elaborado pelo Departamento do Urbanismo e Habitação, só será fornecido ao Gabinete no final desse processo. Daí a não inclusão neste relatório desse mapa.

### 2.3.2 – Atividades complementares desenvolvidas

Às atividades inicialmente propostas e descritas no ponto anterior, temos que juntar as tarefas complementares que realizámos no gabinete, umas inseridas na sua atividade corrente e outras que fomos elaborando de modo a haver uma complementaridade com as tarefas realizadas. Essas atividades complementares desenvolvidas centraram-se nas seguintes tarefas:

- Indicação de algumas achegas de bens patrimoniais imateriais constantes na freguesia de Gondifelos;
- Apoio em diversas atividades realizadas pelo gabinete, nomeadamente o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios; um Seminário intitulado “*Rede de Museus – Território. Identidade. Património*” e na elaboração da nova Carta do Património referente à freguesia de Gondifelos, a ser integrada no novo Plano Diretor Municipal;
- Comunicação proferida no dia 21 de Maio de 2011, juntamente com o responsável pelo Gabinete do Património Cultural, Dr. Nélson Pereira, no Seminário “*Rede de Museus*”, intitulada “*Gestão integrada do Património Cultural no concelho de Vila Nova de Famalicão – O caso prático da freguesia de Gondifelos*”.
- Elaboração de uma Base de Dados no programa informático *Microsoft Office Excel* referente ao inventário do Património Material e Imaterial, a fornecer aos Presidentes de Junta de Freguesia, além do respetivo Manual de Preenchimento.

Iniciamos a descrição mais pormenorizada das tarefas complementares por aquelas que se encontram inseridas na atividade corrente do Gabinete. Nesse âmbito demos apoio à realização do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios que, no ano de 2011, teve como tema: “*Água: Património e Cultura*”. Inserido nesta temática, realizou-se uma visita guiada à Mini-Hidráulica da (Antiga) Empresa Têxtil Elétrica, também designada como Central de Caniços.

Uma outra atividade corrente do Gabinete centra-se na elaboração das novas Cartas do Património que vão ser integradas no novo Plano Diretor Municipal, em estreita colaboração com o Departamento de Urbanismo e Habitação. Tendo em conta o nosso projeto, quando se procedeu à revisão da Carta do Património da freguesia de Gondifelos, contribuímos, por um lado, com a listagem atual dos bens patrimoniais da freguesia e, por outro, com a sua localização num ortofotomapa que será a base da Carta do Património.

Uma terceira tarefa incidiu no apoio à realização de um seminário intitulado “*Rede de Museus – Território. Identidade. Património*”. O objetivo deste seminário centrava-se, como o próprio título já indicia, na discussão de redes de museus. A sua realização em Vila Nova de Famalicão advem do facto de este município querer criar uma Rede Museológica Municipal. Para isso, reuniu um conjunto de personalidades ligadas a Rede de Museus, nomeadamente o Dr. João Carlos Brigola (Presidente do Instituto dos Museus e da Conservação); a Dra. Isabel Victor (Diretora do Departamento dos Museus do IMC); a Dra. Clara Camacho (Técnica Superiora do IMC); a Dra. Dália Paulo (Diretora Regional de Cultura do Algarve); o Dr. Jorge Custódio (Diretor do Museu Nacional Ferroviário), entre um leque alargado de outros profissionais ligados à museologia e ao património. Como um dos subtemas incidia sobre o Património, aproveitamos este seminário para apresentarmos o atual modelo integrado de gestão patrimonial que se está a implementar no concelho de Vila Nova de Famalicão. A comunicação foi proferida, juntamente com o responsável do Gabinete do Património Cultural, Dr. Nélson Pereira, com o título “*Gestão integrada do Património Cultural no concelho de Vila Nova de Famalicão – O caso prático da freguesia de Gondifelos*”. A comunicação foi dividida em duas partes, cabendo ao Dr. Nélson Pereira a apresentação do Gabinete (missão, estrutura, competências e ligações com outros serviços), as fases de patrimonialização realizadas no concelho e o atual modelo de gestão do património que se encontra sob sua tutela. Relativamente à nossa parte da apresentação, a mesma foi centrada no projeto que realizamos tendo em vista uma nova gestão integrada do património cultural. Para isso, começamos por realizar uma contextualização da freguesia; em seguida, explicamos o porquê da freguesia de Gondifelos ter sido escolhida como modelo de estudo. Antes da apresentação das ferramentas que elaboramos, referimo-nos, graficamente, ao modo como executamos a investigação e o inventário e às conclusões do mesmo, nomeadamente ao nível do número de bens patrimoniais inventariados, à sua distribuição por tipologias e a uma



comparação com as restantes freguesias do concelho. Por último, apresentámos cada uma das ferramentas elaboradas, que serão a base da nova gestão integrada do Património Cultural famalicense, nomeadamente a Base de Dados fornecida ao Presidente de Junta da Freguesia de Gondifelos, juntamente com o Manual de ajuda ao seu preenchimento (que será apresentada de seguida com mais pormenor) e a Ficha de Inventário utilizada do programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium* (juntamente com o Guia de Utilizador), além das duas ferramentas *on-line* que irão disponibilizar a todos os públicos as fichas de inventário – o *InWeb* e o *Europeana*, terminando num elenco dos vários caminhos que terão de ser percorridos.

Uma última tarefa complementar que realizamos no estágio efetuado no Gabinete do Património Cultural centrou-se, por um lado, no fornecimento de algumas achegas sobre os bens patrimoniais imateriais da freguesia de Gondifelos (de modo a que os mesmos possam integrar, no futuro, o inventário do Património Cultural Imaterial do concelho de Vila Nova de Famalicão) e, por outro lado, na construção de uma Base de Dados no programa informático *Microsoft Office Excel* que incorporava em si os bens patrimoniais inventariados, de tipologias material e imaterial, a fornecer aos presidentes das Juntas de Freguesia, com o objetivo de serem eles próprios a verificarem se os bens inventariados ainda existiam, envolvendo-os em todo o processo. E, em caso afirmativo, preencheriam alguns campos com informações que os caracterizavam de um modo geral e, também, quais aqueles que, não estando inventariados, mereceriam tal menção. Como esta Base de Dados incorporava todas as grandes tipologias patrimoniais (arquitetónicas, arqueológicas e imateriais), a mesma, antes de ser apresentada ao presidente da Junta de Freguesia de Gondifelos, foi explicada aos responsáveis pelos gabinetes que tutelam o Património Arqueológico e o Património Cultural Imaterial, de modo a ser um projeto global e, também, porque quando surgissem questões relacionadas com essas duas tipologias patrimoniais, elas seriam encaminhadas para os respetivos gabinetes que as tutelam.

Embora não tenha sido uma tipologia com a qual nos tenhamos comprometido a inventariá-la, é impossível, nos dias de hoje, dissociar a tipologia imaterial de um inventário patrimonial. Como a mesma não se encontra tutelada pelo Gabinete do Património Cultural, a inventariação de bens patrimoniais imateriais da freguesia de Gondifelos centrou-se nas várias referências encontradas ao longo da nossa

investigação<sup>104</sup>. De um modo geral, os bens patrimoniais imateriais que inventariamos referem-se às várias festividades realizadas na freguesia, nomeadamente as festas em honra de S. Sebastião, do Divino Espírito Santo e dos Padroeiros da freguesia (São Félix e Santa Marinha); algumas tradições seculares que ainda se mantêm, como o Leilão do Menino, o Cantar dos Reis, a Visita Pascal e as Desfolhadas; a também secular Feira das Cebolas e algumas dezenas de quadras, rimas, adágios e provérbios referidos por J. Leite de Vasconcellos na sua obra “*Tradições Populares de Portugal*”<sup>105</sup>.

Sendo o concelho de Vila Nova de Famalicão constituído por 46 freguesias e 3 vilas torna-se difícil, face às escassez de recursos humanos por parte dos gabinetes que tutelam o património, atualizarem os seus inventários. Para colmatar, de alguma forma este problema, elaboramos a mencionada Base de Dados no programa informático *Microsoft Office Excel*. A sua entrega aos presidentes das Juntas de Freguesia<sup>106</sup> não foi por acaso. Sendo indivíduos com grandes conhecimentos sobre a sua freguesia, o preenchimento desta base tornava-se, deste modo, mais completa e com dados mais rigorosos. De forma a se realizar uma melhor sistematização dos inventários, a Base de Dados foi dividida em três folhas, contendo a primeira folha, o Inventário do Património Material (Arquitetónico e Arqueológico); a segunda, o Inventário do Património Imaterial e a terceira, fotografias respeitantes aos bens patrimoniais que estão inseridos na primeira folha, como veremos de seguida.

Relativamente ao Património Material, a ficha de inventário foi pré-preenchida com os bens patrimoniais inventariados e com as informações que possuíamos deles. A ficha foi dividida em vários campos que, por um lado, iam ao encontro da ficha de inventário que iríamos utilizar no programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium* e, por outro, constituíam os campos essenciais para uma caracterização superficial do bem. Os campos criados foram respeitantes ao *Numero Sequencial*; ao *Tipo* de bem patrimonial; à sua *Designação* do bem patrimonial; ao *Lugar* da freguesia onde o mesmo estava situado; à sua *Localização* mais específica (por exemplo, o

---

<sup>104</sup> Estas referências foram encontradas essencialmente no Jornal de Famalicão; em várias monografias etnográficas e no registo fotográfico e audiovisual que efetuamos de algumas das manifestações imateriais.

<sup>105</sup> VASCONCELLOS, J. Leite de – *Tradições Populares de Portugal*. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1986.

<sup>106</sup> É importante referir que esta Base de Dados apenas foi fornecida, até Setembro de 2011, ao presidente da Junta de Freguesia de Gondifelos.

arruamento); a uma pequena *Descrição* do bem patrimonial; ao seu *Período de Construção (Ano/Século/Década)*; ao nome do atual *Proprietário*; ao *Estado de Conservação* do bem patrimonial e um campo respeitante a *Observações*, onde podem ser introduzidas outras informações que possam ser pertinentes serem incluídas. Os campos respeitantes ao *Tipo* de bem patrimonial e ao *Estado de Conservação* possuem uma listagem pré-definida, estando no primeiro campo inserido uma listagem de todos os tipos de bens patrimoniais existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão e no segundo campo os tipos de *Estado de conservação* que também utilizamos na nossa ficha de inventário, nomeadamente *Bom*, *Razoável*, *Mau*, *Em Ruínas* e *Destruído*. Veja-se, um *print screen* da folha de inventário referente ao Património Material.

**Figura 5 – Folha do Inventário Material da Base de Dados entregue ao Presidente da Junta de Freguesia de Gondifelos**

Nr	Tipo	Designação	Lugar	Localização	Descrição	Período Construção (Ano/Século)	Proprietário	Estado de Conservação	Observações
1	Igreja	Igreja Paroquial São Félix e Santa Marinha de Gondifelos	Igreja	Avenida das Oliveiras	Igreja pública, de planta irregular, composta por nave central, capela-mor, torre sineira e duas sacristias. Fachadas rebocadas e pintadas de branco. O interior consta de altar-mor, púlpito, prebistério, coro-alto e várias altares e capelas laterais, possuindo as imagens de S. Félix, Santa Marinha, Nossa Senhora de Fátima, Coração Sagrado de Jesus, Senhor dos Passos, São Sebastião, Santo António e Nossa Senhora do Rosário.	1934	Fábrica da Igreja Paroquial de Gondifelos	Bom	
2	Residência Paroquial	Residência Paroquial de Gondifelos	Igreja	Avenida das Oliveiras	Casa de habitação, de planta em L, distribuída por dois pisos, estando as fachadas rebocadas e pintadas de branco, com escadarias adossadas.	Século XVIII	Fábrica da Igreja Paroquial de Gondifelos	Razoável	
3	Cruzeiro	Cruzeiro da Igreja	Igreja	Adro da Igreja Paroquial	Cruzeiro de planta quadrangular, construído em granito, formado por três degraus escalonados, sobre o qual assenta uma base monolítica com quatro fustes. O fuste liso e cilíndrico é encimado por capitel de linhas simples ao qual de sobrepõe uma cruz de feição latino e hastas rematadas por troncos de pirâmides quadrangulares.	Século XVIII/XIX	Fábrica da Igreja Paroquial de Gondifelos	Bom	
4	Casa	Casa Gomes	Igreja	Rua da Igreja	Casa de habitação, de planta retangular, em granito, distribuída por dois pisos, com fachadas...	1920	Manuel de Oliveira	Bom	

A segunda folha, como já foi referido, é referente ao inventário do Património Imaterial. Tal como na folha anterior, também esta foi pré-preenchida com todos os bens patrimoniais imateriais que tínhamos encontrado ao longo da nossa investigação. Aqui, os campos criados referem-se ao *Número Sequencial*; à *Categoria* onde a manifestação imaterial está inserida; à sua *Designação*; a uma *Descrição* dessa manifestação; ao *Tipo de Registo*; à *Fonte de Informação* de onde essa manifestação foi retirada; à *Data* em que a mesma foi recolhida e a um campo respeitante a *Observações*.

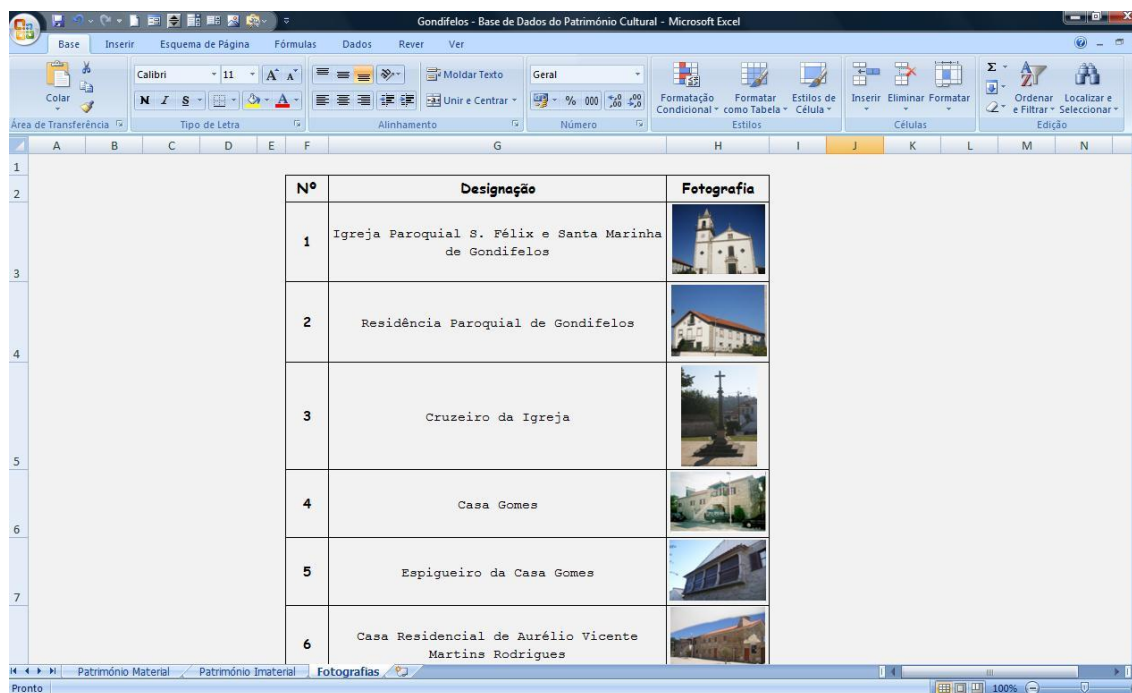
**Figura 6 – Folha do Inventário Imaterial da Base de Dados entregue ao Presidente da Junta de Freguesia de Gondifelos**







A terceira e última folha desta Base de Dados tem como objetivo principal o de ajudar os presidentes das Juntas de Freguesia a localizarem o bem patrimonial inserido no inventário do Património Material. Assim, além dos campos *Número Sequencial* e *Designação* pertencentes a esse inventário, inserimos uma fotografia respeitante a esse

76

bem patrimonial, como se pode verificar através do *print screen* que apresentamos de seguida:

**Figura 7 – Folha auxiliar respeitante às fotografias dos bens patrimoniais inseridos no Inventário do Património Material da Base de Dados entregue ao Presidente da Junta de Freguesia de Gondifelos**

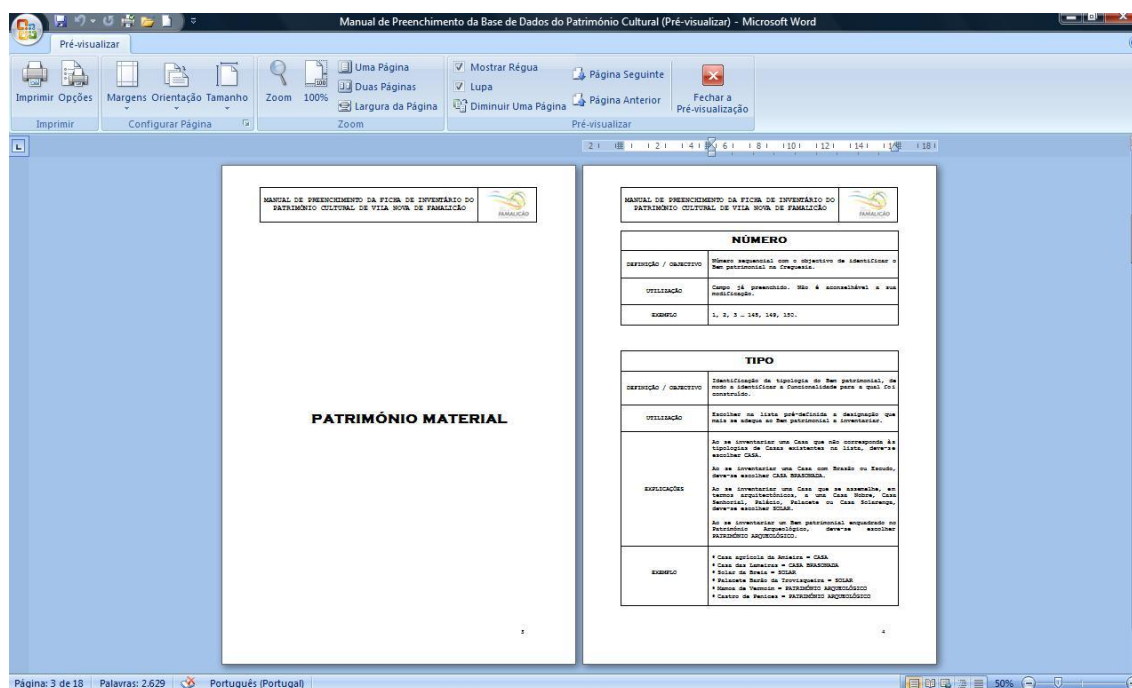


Nº	Designação	Fotografia
1	Igreja Paroquial S. Félix e Santa Marinha de Gondifelos	
2	Residência Paroquial de Gondifelos	
3	Cruzeiro da Igreja	
4	Casa Gomes	
5	Espigueiro da Casa Gomes	
6	Casa Residencial de Aurélio Vicente Martins Rodrigues	

A acompanhar esta Base de Dados foi fornecido um manual de ajuda ao seu preenchimento. De modo a se proporcionar uma fácil e rápida consulta, o manual foi dividido em duas partes, uma respeitante ao Património Material e outra ao Património Imaterial. Cada uma dessas partes foi subdividida pelos campos que a integravam, já mencionados neste ponto. E em cada um desses campos foi inserida uma ficha uniformizada que possuía os seguintes itens: a *Definição/Objetivo* do campo; o seu modo de *Utilização* (se era de escrita livre ou se obedecia a uma listagem pré-definida); uma pequena *Explicação* do mesmo (como se deve preencher) e em *Exemplos* de preenchimento. No final, o manual integrava os contactos (postais, telefónicos e electrónicos) para em caso de qualquer dúvida terem à sua disposição vários meios para

entrarem em contacto com o gabinete<sup>108</sup>. Em seguida apresentamos um *print screen* referente a duas páginas do manual:

**Figura 8 – Manual de explicação de preenchimento da Base de Dados fornecida ao Presidente da Junta de Freguesia de Gondifelos**



Devido à escassez de recursos humanos (dois técnicos) e à dimensão do concelho (46 freguesias e 3 vilas), a distribuição desta Base de Dados pelos presidentes das Juntas de Freguesia revela-se essencial para que a atualização do Património Cultural seja constante e imediata. Só para reforçar esta ideia, importa relembrar que o último inventário patrimonial realizado no concelho foi realizado durante os anos de 2003/2004. Ou seja, há 7 / 8 anos que não se procedia a uma atualização do inventário, quando o normal seria proceder-se a uma nova inventariação no máximo de 2 em 2 anos, para que a listagem dos bens patrimoniais e a informação não se torne obsoleta. Se, do ponto de vista da inventariação, existe um ganho reconhecido, do ponto de vista da relação com a comunidade, que o presidente da junta representa, a aceitação e entrosamento local será, certamente, reforçada, iniciando-se, desta forma, um processo de sustentabilidade da inventariação.

<sup>108</sup> Importa referir que o Gabinete do Património Cultural só prestará ajuda nos bens patrimoniais arquitetónicos. Em caso de pedidos de informações relativamente ao património arqueológico e imaterial, os mesmos serão encaminhados para os responsáveis dos gabinetes que tutelam essas tipologias patrimoniais.

## **Capítulo 3**

### **Proposta de um Modelo de Gestão Integrada do Património Cultural**



Neste terceiro capítulo iremos abordar o modelo de gestão integrada do Património Cultural que propusemos ao Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Embora no capítulo anterior já tenhamos elencado algumas ferramentas que integram esse modelo, nomeadamente os Arquivos Documental e Fotográfico e a Base de Dados respeitante ao Património Material e Imaterial, que será entregue a cada um dos Presidentes de Juntas de Freguesia, neste capítulo iremos abordá-lo com mais pormenor, especialmente a elaboração da ficha de inventário e o respetivo Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia aplicada ao programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium*. Para uma melhor compreensão deste modelo, dividimos este capítulo em quatro pontos. No primeiro ponto iremos debruçar-nos sobre os antecedentes da ficha de inventário que propusemos ao gabinete, nomeadamente os vários modelos de inventário que consultámos e que são utilizados por diversas instituições nacionais e internacionais. O objetivo é apresentá-los e realizar uma reflexão sobre as suas limitações e vantagens. Após esta reflexão, no segundo ponto iremos abordar a ficha de inventário que construímos no programa informático *Microsoft Office Excel*, baseada nas fichas de inventário consultadas e descritas no ponto anterior. Como o Gabinete do Património Cultural teve a possibilidade de instalar e de usar o programa informático de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium*, no terceiro ponto começamos por realizar uma pequena apresentação do programa, nomeadamente ao nível das suas vantagens e limitações. Só depois explicaremos como procedemos à passagem da ficha de inventário construída em *Excel* para a ficha de inventário do *InPatrimonium*, indicando por fim os campos e subcampos pertencentes à ficha de inventário definitiva, a qual irá ser utilizada, em simultâneo, pelos Gabinetes do Património Cultural e da Arqueologia. Por fim, no quarto ponto, debruçar-nos-emos sobre o Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia usada no *InPatrimonium*. Esta abordagem final representa, no fundo, uma pequena contribuição para o Manual de Procedimentos que se pretende construir para ser usado pelos Gabinetes do Património Cultural e de Arqueologia do Município de Vila Nova de Famalicão.



### 3.1 – Reflexão crítica sobre alguns modelos de fichas de inventário

A construção de uma ficha de inventário é um dos pontos cruciais na implementação de um modelo de gestão patrimonial. É a partir dela que iremos definir qual a informação que queremos obter dos bens inventariados. No entanto, não chega só definir os campos. É necessário, obrigatório mesmo, haver uma reflexão prévia sobre que tipo de campos e que tipo de informação é que cada um irá possuir, uma certa normalização da informação a reter. Daí que, para a elaboração da ficha de inventário que propusemos ao Gabinete do Património Cultural, tenhamos analisado alguns modelos de fichas de inventário produzidas tanto por instituições nacionais como por instituições internacionais. Convém esclarecer que, embora tenhamos consultado fichas de inventário relativas ao Património Móvel, nomeadamente as Normas de Inventário<sup>109</sup> produzidas pelo IMC, e ao Património Imaterial, fornecida e regulamentada pela Portaria nº 196/2010, de 9 de Abril<sup>110</sup>, as fichas de inventário que iremos de seguida analisar referem-se exclusivamente ao Património Arquitetónico. É que é esta, unicamente, a tipologia tutelada pelo Gabinete do Património Cultural e sobre a qual nos debruçamos com mais atenção, quando elaboramos o Inventário do Património Cultural da freguesia de Gondifelos, embora, como já foi referido, também tenhamos fornecido algumas achegas sobre os bens patrimoniais imateriais existentes na freguesia.

Começando pelas fichas de inventário produzidas por instituições nacionais, verificamos que as mesmas são heterogéneas, possuindo campos com designações diferentes e objetivos diferentes, mesmo quando são aplicadas à mesma tipologia patrimonial. Isso deve-se à falta de um modelo standardizado de inventário em Portugal, utilizado por todas essas instituições. Além do modelo de ficha de inventário sugerido pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana/Sistema de Informação para

---

<sup>109</sup> As Normas de Inventário que consultamos relativas ao Património Móvel elaboradas pelo IMC são as seguintes: *Normas Gerais de Artes Plásticas e Artes Decorativas*; *Artes Plásticas e Artes Decorativas (Pintura)*; *Artes Plásticas e Artes Decorativas (Escultura)*; *Artes Plásticas e Artes Decorativas (Espólio Documental)*; *Artes Plásticas e Artes Decorativas (Mobiliário)*; *Artes Plásticas e Artes Decorativas (Cerâmica)*; *Artes Plásticas e Artes Decorativas (Têxteis)*; *Etnologia (Alfaias Agrícolas)*; *Etnologia (Tecnologia Têxtil)*; *Arqueologia (Cerâmica Utilitária)* e *Normas Gerais de Arqueologia*. Todas estas Normas de Inventário podem ser consultadas no sítio de internet do IMC: [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx) [Consultado em 11.11.2009].

<sup>110</sup> Disponível em <http://www.drclvt.pt/multimedia/Portaria%20196-2010.pdf> [Consultado em 20.10.2010]

o Património Arquitetónico (IHRU/SIPA)<sup>111</sup>, o que existe são apenas orientações de como se deve elaborar um inventário, nomeadamente os diversos *Kits do Património*<sup>112</sup>, produzidos pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) e o *Guia de Observação do Património Rural*<sup>113</sup>, que não é mais do que a adaptação à realidade portuguesa do *European Rural Heritage Observation Guide – CEMAT*<sup>114</sup>, fornecido pela Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ao analisarmos as fichas de inventário fornecidas pelo IGESPAR e pelo IHRU/SIPA, verificamos que possuem a mesma base, como se pode verificar pela seguinte tabela:

**Tabela 1 – Relação entre os campos da Ficha de Inventário do IGESPAR e do IHRU/SIPA**

MODELO IGESPAR	MODELO IHRU/SIPA
Identificador	Nº de Registo
Categoria	
Tipo	
Designação	Designação
Localização	Localização
Acesso	Acesso
Protecção	Protecção
Época de Construção	Época de Construção
Imagem	Documentação Fotográfica
Enquadramento	Enquadramento
Descrição	Descrição
Arquitecto/ Construtor/ Autor	Arquitecto/ Construtor/ Autor
Cronologia	Cronologia
Tipologia	Tipologia
Utilização Inicial	Utilização Inicial
Utilização Actual	Utilização Actual
Proprietário	Proprietário
Utente	Afectação
Conservação geral	

<sup>111</sup> O modelo de ficha de inventário elaborado pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana/Sistema de Informação para o Património Arquitetónico pode ser consultado em <http://www.monumentos.pt/> [consultado em 02.10.2009].

<sup>112</sup> Os *Kits* elaborados pelo Igespar, que se debruçam sobre alguns tipos de Património, inseridos na tipologia de Património Arquitetónico, são os seguintes: *Kit 01 – Património Arquitetónico Geral*; *Kit 02 – Habitação Multifamiliar do Século XX*; *Kit 03 – Património Industrial*; *Kit 04 – Património Urbanístico*; *Kit 05 – Património Arquitetónico (Edifícios Conventuais Capuchos)* e *Kit 06 – Património Arquitetónico (Igrejas de Misericórdia)*. À exceção do *Kit 04*, referente ao Património Urbanístico, todos os outros *Kits* estão disponíveis no sítio de internet do Igespar: <http://www.igespar.pt/pt/account/comoinventariaropatrimonio/> [consultado em 11.11.2009].

<sup>113</sup> Disponível em <http://www.dgadr.pt/>. [Consultado em 19 de Junho de 2010].

<sup>114</sup> Disponível em <http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/cemat/VersionGuide/Anglais.pdf> [consultado em 21 de Março de 2010].

Bens Móveis	
	Características Particulares
	Materiais
Documentação	Bibliografia
	Documentação Administrativa
	Documentação Gráfica
	Documentação Complementar
Observações	Observações
Autor	Autor e Data
Data	
	Dados Técnicos
Tipo de Registo	Actualização

**Fonte:** Instituto de Gestão do Património Arquitetónico (IGESPAR) e Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana/Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (IHRU/SIPA)

O número de campos que cada ficha de inventário possui é idêntico: 25 na do IGESPAR e 26 na do IHRU/SIPA. Em relação ao tipo de campos e à informação que se deve introduzir em cada um, as duas fichas também são semelhantes. Embora nalguns campos possam ter designações diferentes, como podemos observar na tabela, o objetivo é o mesmo. Essas semelhanças devem-se ao facto de a ficha de inventário fornecida pelo IGESPAR ter sido baseada na ficha de inventário do IHRU/SIPA. Não conseguimos apurar o porquê de se elaborar outro modelo. Se o objetivo passa sempre pela uniformização tendo em vista uma melhor gestão, neste caso o que se passou foi que em vez de um modelo, passaram a vigorar dois modelos de fichas de inventário, porque se consultarmos o *site* do IHRU/SIPA verificamos que os campos da ficha de inventário proposta ainda são os mesmos que indicamos na tabela anterior. Contudo, os problemas desses modelos não se resumem só a esses factos. Numa análise mais profunda dos mesmos, elencamos alguns situações que podem trazer perturbações no futuro a quem optar por esses modelos para a realização de um inventário patrimonial. Em primeiro lugar, os campos apresentados, embora quase todos pertinentes e merecedores de constarem numa ficha de inventário, carecem de alguma reorganização interna da informação. A informação a constar em certos campos, como nos da *Descrição* e *Fontes de Informação*, é imensa. O ideal seria a sua distribuição através da criação de outros campos (subcampos) porque a concentração de informação em poucos campos não é favorável a uma futura pesquisa. Outro problema está relacionado com a falta de campos em determinadas áreas pertinentes para a caracterização do bem, nomeadamente ao nível da evolução histórica. A área da história como processo temporal condutor de mudanças, nestes modelos, está distribuída por vários campos. No

entanto, o ideal seria a criação de um campo específico onde se pudesse descrever historicamente o bem. Outros campos que acrescentavam mais valor à ficha de inventário seriam respeitantes, por exemplo, à indicação de inventários elaborados por outras instituições sobre o bem patrimonial inventariado e à relação que um determinado bem patrimonial poderia possuir com outro bem. Ou seja, não ignorar trabalhos anteriores, investigação e conhecimento já produzidos. Sem nos querermos alongar muito, deixamos um último problema subjacente à utilização destes modelos. É que estes apenas se referem à tipologia arquitetónica do Património. Se quisermos inventariar outras tipologias, como a arqueológica, a imaterial e a ambiental, por exemplo, estes modelos não são os mais indicados. Mesmo para o património móvel, embora o modelo de IGESPAR tenha um campo intitulado *bens móveis*, a utilização destes modelos não é aconselhável porque não aprofunda a caracterização do bem patrimonial. O ideal para esta última tipologia seria a utilização dos modelos fornecidos pelo IMC, acima referidos. Ora, parece-nos, até ao momento, se esta articulação foi pensada ainda não transpareceu na informação produzida pelas duas instituições tutelares.

Relativamente ao *Guia de Observação do Património Rural*, o seu principal objetivo é o de fornecer uma metodologia de observação de todas as tipologias que se possam encontrar dentro do Património Rural, tendo em vista a sua inventariação. O modelo proposto é muito diferente dos modelos que acabamos de analisar. Em vez de fornecer um número determinado de campos que seriam aplicados a todas as tipologias, o guia encontra-se dividido em seis grandes categorias (*Património Histórico; Casa de Habitação; Construções de Exploração Agrícola; Construções destinadas às Atividades Artesanais e Industriais; Construções de Utilização Coletiva* e uma categoria apelidada de *Outro Tipo de Património*). Cada uma destas categorias é que se encontra subdividida em tipologias. É um outro meio de inventariação que se torna confuso e complexo quando quisermos, no futuro, realizar pesquisas e cruzamento de dados. No entanto, é um Guia interessante de se consultar porque, além de fornecer estes modelos de inventariação de todas as tipologias subjacentes ao Património Rural, ajuda o inventariador a “olhar” para o Património e para a Paisagem onde os bens patrimoniais se inserem. Não se cinge ao bem patrimonial, mas ao conjunto e ao meio onde o mesmo se encontra inserido. É este “olhar” que falta ao estudo de grande parte dos bens patrimoniais portugueses, sejam eles de que tipologias forem. E esta falta do “olhar”, da “observação” ressurte-se nos modelos de inventário, principalmente no tipo de campos

que apresentam. A visão holística perde-se, como que resultante de visões particulares, projetos parcelares, afinal da própria evolução do conceito de património e da sua classificação.

Ao contrário de Portugal, muitos países possuem já modelos de inventário do Património Arquitetónico standardizados. A adoção de um único modelo de inventário aplicado a todas as áreas patrimoniais permite não só um maior conhecimento dos bens inventariados e a elaboração de políticas de conservação, proteção e divulgação mais eficazes, como a realização de um inventário geral do Património Arquitetónico e, às vezes, até do Património Cultural. Deste modo, analisaremos, de seguida, alguns países que possuem já modelos de inventário standardizados, e outros que, embora ainda não possuam essa standardização, apresentam inventários e ferramentas relacionadas com os mesmos, pertinentes para a elaboração do nosso projeto. É o caso de França, Espanha, Inglaterra e Brasil.

Iniciamos este percurso pela França que sempre foi um país com uma forte ligação à proteção, identificação e até à discussão do Património Cultural. Basta pensarmos em nomes como Françoise Choay e Marc Guillaume para nos lembrarmos das suas magníficas e pertinentes obras sobre o Património<sup>115</sup>. Não é, assim, de estranhar, que encontremos, neste país, um dos melhores inventários realizados sobre o Património Arquitetónico que se conhece, inserido no Inventário Geral do Património Cultural de França<sup>116</sup>. Além do inventário em si, o sítio de *internet* fornece a metodologia usada na sua elaboração, bem como manuais que possuem toda a linguagem normalizada utilizada no preenchimento dos campos da ficha de inventário<sup>117</sup>. Ao contrário dos inventários portugueses, em França os inventários foram elaborados consoante o espaço em que se situavam os bens, ou seja, dentro do Património Arquitetónico foram divididos, por exemplo, os de tipologia rural dos de tipologia religiosa. Embora mantenham um tronco comum de campos (*Designação; Localização; Tipologia; Época de Construção; Ano de Construção; Autor; Síntese Histórica; Proprietário; Proteção; Imagem; Material de Construção; Data do*

---

<sup>115</sup> CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000; GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*. Porto: Campos das Letras, 2003.

<sup>116</sup> Disponível em <http://www.inventaire.culture.gouv.fr/> [consultado em 26 de Junho de 2010].

<sup>117</sup> Nos inventários portugueses, apenas o sítio de internet do IHRU/SIPA ([www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)) disponibiliza alguns termos utilizados na elaboração do inventário. No sítio do IGESPAR ([www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)) não encontramos nenhuma informação relacionada com essa linguagem normalizada.

*Inventário e Inventariador*), em cada uma das tipologias foram acrescentados diferentes campos com o objetivo de caracterizar o máximo possível o bem patrimonial. É um modelo de inventário mais completo e de fácil utilização no seu preenchimento em virtude de possuir fichas de inventário com linguagem normalizada.

Relativamente à Inglaterra, embora não tenhamos conseguido encontrar um modelo de inventário produzido por uma instituição estatal, através do sítio de *internet* do Ministério da Cultura<sup>118</sup>, encontramos alguns guias<sup>119</sup> cujos objetivos são os mesmos que os *Kits* do Património e o Guia de Observação do Património Rural. Esses guias ajudam o inventariador a identificar e selecionar os imóveis industriais, agrícolas, vernaculares e residenciais que devem ser incluídos num inventário patrimonial, através da publicação de uma série de critérios. Infelizmente, a não disponibilização *on-line* de modelos de inventário, possuindo um número alargado de campos, não nos permite verificar a aplicabilidade dos mesmos ao caso português.

A Espanha é um caso complexo quando se pretende analisar o modo como gere o seu Património. Em virtude de os sentimentos regionalistas se encontrarem ainda muito vivos, o governo central, neste caso através do Ministério da Cultura, tem que conciliar os modelos de gestão patrimonial nacional com os modelos que vigoram nas diferentes regiões espanholas. Este aspecto vai influenciar e muito os modelos de inventário do património arquitectónico de Espanha. O sítio de *internet* do Ministério da Cultura<sup>120</sup> possui um inventário de todos os bens móveis e imóveis protegidos. No entanto, tem poucos campos e poucas informações, o que nos leva a crer que na rede interna do ministério possa haver um modelo de inventário mais completo. Os campos que nos aparecem *on-line* do inventário do Património Arquitectónico espanhol são: *identificação do imóvel; comunidade autónoma; província; município; entidade local menor; categoria; código; registo; data de incorporação; data de declaração; disposição e matriz*<sup>121</sup>. Embora não forneça um modelo de inventário completo, este

---

<sup>118</sup> Disponível em <http://www.english-heritage.org.uk/> [consultado em 27 de Junho de 2010].

<sup>119</sup> Todos estes guias podem ser encontrados em <http://www.english-heritage.org.uk/publications/> [consultado em 27 de Junho de 2010]. Por exemplo, o Guia de Inventariação de Imóveis Agrícolas pode ser encontrado em <http://www.english-heritage.org.uk/server/show/nav.1505> [Consultado em 27 de Junho de 2010].

<sup>120</sup> Disponível <http://www.mcu.es/patrimonio/> [consultado em 30 de Junho de 2010].

<sup>121</sup> Ao pesquisar-se por Igreja Moçárabe apresenta-nos o seguinte resultado, com os campos fornecidos. Disponível em:

sítio de internet possui quatro guias contendo a linguagem controlada utilizada no preenchimento de alguns campos e tipos de património, nomeadamente materiais cerâmicos; materiais e técnicas; mobiliário e numismática<sup>122</sup>. Importa referir um processo ligado ao inventário do Património Cultural que está a dar os primeiros passos em Portugal<sup>123</sup>, mas que em Espanha já é uma realidade, o da georeferenciação. Qualquer modelo de inventário patrimonial que surja no futuro em Portugal tem que, obrigatoriamente, possuir esta informação. Em Espanha, o Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico possui um sítio de *internet*<sup>124</sup> onde se pode consultar todo o Património Arquitectónico da Andaluzia através da georeferenciação. Neste campo, a utilização de uma equipa multidisciplinar é essencial.

O último país em que procuramos modelos de inventário foi o Brasil. É impossível descrever todos os modelos encontrados porque os mesmos são abundantes. No entanto, não existe uma uniformização do mesmo. Cada Estado elabora o seu inventário com os campos que considera serem os mais pertinentes para a caracterização do bem patrimonial. Para exemplificarmos essa situação, iremo-nos debruçar sobre duas fichas de inventário: a primeira elaborada pelo Instituto do Património Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (em colaboração com o Ministério da Cultura); e a segunda pelo Instituto Estadual do Património Cultural do Rio de Janeiro (também em colaboração com o Ministério da Cultura). O primeiro modelo de inventário é sobre os bens edificados no Estado do Rio Grande do Sul. É um modelo constituído por 17 campos, a saber: *número de registo; identificação; grau de proteção; situação; planta/desenho; fotografia; cobertura; tipo de estrutura; materiais; esquadrias; estado de conservação; estado físico; dados históricos ou referências*

---

[http://www.mcu.es/bienes/buscarDetalleBienesInmuebles.do?brscgi\\_DOCN=000000004&brscgi\\_BCSID=9325b279&language=es&prev\\_layout=bienesInmueblesResultado&layout=bienesInmueblesDetalle](http://www.mcu.es/bienes/buscarDetalleBienesInmuebles.do?brscgi_DOCN=000000004&brscgi_BCSID=9325b279&language=es&prev_layout=bienesInmueblesResultado&layout=bienesInmueblesDetalle) [consultado em 30 de Junho de 2010].

<sup>122</sup> Disponíveis em <http://www.mcu.es/publicaciones/PublicacionesElectronicasMCU.html> [consultado em 30 de Junho de 2010].

<sup>123</sup> O site do IGESPAR já possui alguns bens patrimoniais classificados georeferenciados. Existe ainda um trabalho de pós-graduação em Turismo, Ordenamento e Gestão do Território que versa sobre esse assunto, intitulando-se Inventário Georeferenciado do Património Cultural. Disponível em <http://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Forma%C3%A7%C3%A3o%20RRVS-%20Turismo,%20Gest%C3%A3o%20e%20Ordenamento%20Territ%C3%B3rio/Ac%C3%A7%C3%A3o%201/Invent%C3%A1rio%20Georeferenciado%20do%20Patrim%C3%B3nio%20Cultural.pdf> [consultado em 30 de Junho de 2010]

<sup>124</sup> Disponível em <http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/localizador/> [consultado em 30 de Junho de 2010]

*culturais; enquadramento; observações; nome do inventariador e data.* Já o segundo é um modelo que se debruça sobre os bens imóveis do Estado do Rio de Janeiro, constituído pelos seguintes campos: *denominação; localização; código de identificação; município; situação e enquadramento; descrição arquitetónica; época de construção; estado de conservação; uso original; uso atual; categoria; proteção existente; propriedade; fontes; informações históricas; levantamento por e data; revisto por e data; registo fotográfico e informações complementares.* Por esta amostragem, podemos verificar essa falta de homogeneidade dos inventários patrimoniais no Brasil. Apesar de serem dois modelos aceites pelo Ministério da Cultura (que colaborou na sua elaboração), ao analisarmos os campos verificamos que os mesmos possuem diferenças ao nível da abrangência, denominação e na terminologia usada no preenchimento dos mesmos.

Estes conhecimentos sobre os modelos de inventário revelaram-se fundamentais para a construção do modelo de inventário que apresentamos no ponto seguinte. Por um lado, porque assinalam a dificuldade na normalização, por outro porque nos permitem refletir na possibilidade de nos aproximarmos de um modelo que se apresente coerente e eficaz na compilação de informação essencial à identificação do património.



### 3.2 – Construção do Primeiro Modelo de Ficha de Inventário

No ponto anterior analisamos vários modelos de inventários do Património Arquitectónico, tanto nacionais como de países estrangeiros, embora alguns abrangessem também outras tipologias. No entanto, nenhum deles pode ser considerado como modelo ideal para a inventariação de bens patrimoniais. Essa inexistência de um modelo estandardizado e aceite por todas as instituições com responsabilidades na inventariação do património leva-nos a propor o “nosso” modelo com base nos modelos de inventário consultados e que respondem aos objetivos traçados aquando da realização do nosso projeto. Embora no caso português não exista um modelo de inventário estandardizado e, mesmo os que existem não sejam os mais recomendados para a elaboração de inventários patrimoniais, como vimos no ponto anterior, o facto de serem recomendados por instituições estatais que possuem a tutela do Património em Portugal leva-nos a utilizar no nosso modelo de ficha de inventário um número considerado de campos que essas instituições propõem. Considera-se que a integração de campos fornecidos por essas instituições pode facilitar, no futuro, as candidaturas a programas de apoio nacionais e europeus, e a processos de futuras classificações patrimoniais porque vão ao encontro dos modelos recomendados pelas instituições que têm essas responsabilidades.

O modelo de inventário que, de seguida apresentamos foi, assim, construído tendo como base, por um lado, os vários modelos de inventários que analisamos no ponto anterior (principalmente o fornecido pelo IGESPAR e pelo IHRU/SIPA) e, por outro, procurou dar cumprimento aos objetivos propostos na realização do estágio curricular. Modelo esse construído no programa informático *Microsoft Office Excel*. Para uma melhor sistematização, iremos abordar o modelo de ficha de inventário em dois níveis. No primeiro nível iremos abordar o modelo no seu todo, indicando as suas vantagens e limitações. Após essa abordagem, os campos serão integrados em conjuntos<sup>125</sup> e será a discussão desses conjuntos que iremos realizar, num segundo nível.

O modelo de ficha de inventário que inicialmente propusemos ao gabinete era composto por 39 campos. Embora pareça um número exagerado, se analisarmos os

---

<sup>125</sup> Inicialmente pensamos em descrever este modelo de ficha de inventário campo a campo, indicando uma pequena definição e os objetivos que o mesmo se rege. No entanto, visto que no ponto 3.3 nos iremos debruçar sobre o modelo de ficha de inventário definitivo, o qual utilizamos na elaboração das fichas de inventário do Património Cultural de Gondifelos, se descrevêssemos este modelo campo a campo, estaríamos a repetir informação, visto muitos campos integrarem os dois modelos de inventário.

campos, verificamos que todos são imprescindíveis para se caracterizar de um modo exaustivo o bem patrimonial. Por outro lado, embora a nossa principal preocupação fosse a inventariação do Património Arquitetónico, tínhamos que elaborar um modelo de ficha de inventário que conseguisse agrupar outras tipologias patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente a arqueológica e a imaterial. A realização de um modelo de ficha de inventário que pudesse congregiar todas as tipologias patrimoniais sempre foi o nosso objetivo inicial. Daí que, uma das vantagens de que este modelo se reveste é o facto de se poder utilizar uma única ficha de inventário no processo de inventariação do Património Cultural do concelho de Vila Nova de Famalicão<sup>126</sup>, quer na facilidade da sua utilização quer dos custos que o mesmo possa acarretar. Sendo construído no programa informático *Microsoft Office Excel*, a sua utilização não acarreta custos adicionais para a instituição, visto ser um *software* que está integrado num pacote global de programas que todos os computadores hoje em dia possuem. Mesmo ao nível da utilização, a sua construção foi pensada para que ela fosse fácil e adequada para um maior número de indivíduos possível. Uma outra vantagem relaciona-se com a construção de um Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia a utilizar na ficha de inventário. O preenchimento de cada campo irá obedecer a regras próprias. Tanto a informação que cada um teria que possuir como a terminologia a aplicar obedeceriam a requisitos que previamente tinham sido delineados. Por fim, uma última vantagem está relacionada com a possibilidade das fichas de inventário serem migradas para outros programas informáticos, nomeadamente os de gestão integrada do Património Cultural.

Embora as vantagens da utilização sejam evidentes, confessamos que o mesmo apresenta algumas limitações, fruto de aspetos técnicos do programa informático e do cumprimento dos objetivos propostos na realização deste projeto. A primeira limitação está relacionada com a falta de aprofundamento na caracterização de certas tipologias patrimoniais, nomeadamente a arqueológica e a imaterial. A introdução de alguns campos específicos dessas tipologias resolveria essa limitação. Como o nosso principal objetivo seria a inventariação do Património Arquitetónico, demos mais ênfase aos campos que o poderiam caracterizar com mais profundidade, embora, como se poderá verificar, os campos são aplicáveis a todas as tipologias patrimoniais. Uma segunda

---

<sup>126</sup> Referimo-nos ao concelho de Vila Nova de Famalicão, porque o modelo foi elaborado tendo em atenção as tipologias patrimoniais que se situam no seu espaço administrativo, embora o mesmo possa ser aplicado a todos os municípios portugueses.

limitação está relacionada com a impossibilidade de se realizar cruzamento de dados em todos os campos. Embora alguns campos permitam que se possa efetuar esse cruzamento, através da filtragem de dados (a utilização de uma terminologia adequada é essencial para que essa filtragem possa ser realizada com sucesso), para a maioria dos campos, esse cruzamento é impossível. Só com a utilização de um programa informático específico de gestão patrimonial é que se pode realizar com sucesso essa gestão.

Após esta abordagem geral ao modelo de ficha de inventário, passamos de seguida para a enumeração dos campos que, como já referimos, serão integrados em grupos, para uma melhor sistematização.

**Tabela 2 – Campos do Modelo da Ficha de Inventário construída no programa informático *Microsoft Office Excel***

GRUPO	CAMPOS	OBJETIVOS
Identificação, Localização e Enquadramento	Número de Inventário Categoria Tipo Tipologia Designação Atual Outras Designações Localização Acesso Enquadramento Imagem	Este grupo de campos tem como objetivo principal a identificação, localização, acesso e enquadramento do bem patrimonial dentro do universo de bens patrimoniais inventariados.
Descrição e Evolução Histórica	Descrição Síntese Histórica Cronologia Época	Este grupo de campos tem como objetivo principal a descrição artística, arquitetónica e histórica do bem patrimonial, além de o localizar numa época específica.
Proprietários	Proprietário Atual Proprietários Anteriores Utente	Este grupo de campos tem como objetivo principal a identificação do atual proprietário, bem como do Utente e dos proprietários anteriores, de modo a permitir um contacto direto e atualizado com os mesmos.
Funções	Utilização Atual Utilização Inicial	Este grupo de campos tem como objetivos principais a indicação e descrição das várias utilizações, tanto as atuais como as anteriores, subjacentes ao bem patrimonial (o sentido de patrimonialização).
Proteção	Proteção	Este campo tem como objetivo principal o de indicar o tipo de proteção e as respetivas restrições pelo qual o bem patrimonial se encontra legislado.

Critérios	Valores Patrimoniais	Este campo tem como objetivo principal o de indicar quais os critérios que foram utilizados para que o bem inventariado tenha sido considerado como bem patrimonial.
Intervenções	Intervenções Realizadas Estado de Conservação Materiais Características Técnicas Características Particulares Arquiteto/Construtor/Autor	Este grupo de campos tem como objetivo principal o de registar todas as intervenções realizadas no bem patrimonial, assim como o nome dos responsáveis por essas intervenções, os materiais usados na construção do bem; o estado de conservação em que o mesmo se encontra e a indicação das características principais e técnicas que lhe estão subjacentes.
Documentação	Monografias Periódicos Fontes Arquivísticas Outros Registos Documentação Administrativa Documentação Fotográfica	Este grupo de campos tem como objetivo principal o de registar todas as fontes de informação que possuem dados sobre o bem patrimonial, de modo a permitir uma melhor caracterização do bem e de sustentação das informações fornecidas sobre o mesmo.
Genéricos	Observações Autor/Data Tipo de Registo	Este grupo de campos tem como objetivo principal o de fornecer informações genéricas, nomeadamente o nome do inventariante e a data em que procedeu ao respetivo inventário; a indicação se a ficha é um novo registo ou se trata de uma atualização, além de um campo onde se podem introduzir outras informações pertinentes que não se enquadram nos restantes campos.
Fichas Relacionadas	Bens Móveis Outros Inventários Bens Patrimoniais Associados	Este grupo de campos tem como objetivos principais o de indicar outros bens patrimoniais e/ou fichas de inventário relacionadas com o bem patrimonial que se está a descrever.

### **3.3 – Modelo de ficha de inventário proposto *versus* Modelo de ficha de inventário do programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium***

A análise dos vários modelos de fichas de inventário que descrevemos no ponto anterior foi fundamental, como já referimos, para a elaboração do modelo que propusemos ao Gabinete do Património Cultural. Não só obtivemos uma noção do tipo de fichas que foram produzidas pelas instituições nacionais que tutelam o Património Cultural, como a análise de vários modelos internacionais permitiu que tomássemos conhecimento de como as mesmas eram elaboradas em vários países, nomeadamente ao nível do tipo de campos e das várias ferramentas inerentes a elas, como os Manuais de Procedimentos e de Normalização da Terminologia. Daí podermos afirmar que procuramos partir para uma proposta fundamentados numa análise objetiva da informação. Só assim, parece-nos, poderemos ter conseguido alguma legitimidade na construção do modelo de ficha de inventário construído no programa informático *Microsoft Office Excel* que propusemos ao Gabinete do Património Cultural. No entanto, o Gabinete do Património Cultural teve a possibilidade de ver instalado nos seus computadores de serviço um programa de gestão patrimonial denominado *InPatrimonium Premium*. Como já referimos, este programa já estava a ser utilizado pelo Gabinete de Arqueologia para a gestão da tipologia patrimonial que tutelam (**Vd. ponto 2.2**). Daí que a nossa principal preocupação tenha sido a escolha de campos do modelo de ficha de inventário inserido no respetivo programa que fosse ao encontro, por um lado, do modelo que elaboramos e, por outro, do modelo já utilizado pelo Gabinete de Arqueologia.

O primeiro passo para essa sincronização consistiu no levantamento de todos os campos que integram o programa. Após esse levantamento, apuramos, junto dos responsáveis do Gabinete de Arqueologia no sentido de nos indicarem quais os campos que utilizam no citado programa. Este passo foi fundamental para que pudéssemos cruzar os campos e estabelecer, após discussão e reflexão com os responsáveis dos dois gabinetes, o modelo de ficha de inventário final, a ser utilizada tanto pelo Gabinete do Património Cultural, como pelo Gabinete de Arqueologia.

Em seguida, apresentamos uma tabela onde se elabora uma correspondência entre os campos que integram o modelo de ficha de inventário apresentado no ponto

anterior e os campos constantes no modelo de ficha de inventário do programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium* que se assemelham a eles.

**Tabela 3 – Correspondência entre os Campos do Modelo de Ficha de Inventário construído no programa informático *Microsoft Office Excel* e os Campos do programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium***

<b>Campos do Modelo de Ficha de Inventário <i>Microsoft Office Excel</i></b>	<b>Campos do Modelo de Ficha de Inventário <i>InPatrimonium Premium</i></b>
Nº de Inventário	Nº de Imóvel
Categoria	Tema/Assunto
Tipo	Tipo
Tipologia	Tipologias
Designação Atual	Designação
Outras Designações	Outras Designações
Imagem	Imagem
Localização	Localizações
Acesso	Acessos
Proteção	Proteção
Enquadramento	Envolvente
Descrição	Descrição
Síntese Histórica	Historial
Utilização Inicial	Funções
Utilização Atual	Utilização
Proprietário Atual	Propriedade
Proprietário(s) Anterior(es)	
Utente	
Época de Construção	Épocas
Bens Móveis	Objetos*
Arquiteto/Construtor/Autor	Autorias
Cronologia	Cronologia
Intervenções Realizadas	

Bens Patrimoniais Associados	Fichas Relacionadas
Características Técnicas	Características Técnicas
Características Particulares	
Materiais	Materiais
Estado de Conservação	Estados
Monografias	Monografia*
Periódicos	Periódico*
Fontes Arquivísticas	Epistolografia*
Outros Registos	Material Gráfico*/Material Cartográfico*/ Audiovisual*/Correspondência*
Outros Inventários	Numerações
Autor / Data	Inventariantes
Documentação Administrativa	-----
Documentação Fotográfica	-----
Observações	-----
Valores Patrimoniais	-----
Tipo de Registo	-----

**N.B.** Os campos assinalados com um asterisco (\*) correspondem a campos que possuem uma base de dados própria, dentro do programa *InPatrimonium Premium*, mas que pode relacionar-se com a base de dados principal onde se situam os restantes campos.

Numa primeira análise geral à tabela, podemos referir que, com exceção dos campos *Documentação Administrativa*; *Documentação Fotográfica*; *Observações*; *Valores Patrimoniais* e *Tipo de Registo*, os restantes campos que integram o modelo de ficha de inventário elaborado no programa informático *Microsoft Office Excel* são compatíveis com campos existentes no programa informático de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium*, embora alguns possuam outras denominações e/ou congreguem em si vários campos. Se no anexo nº 7 se abordará cada campo individualmente, é importante reportarmo-nos, desde já, a quatro campos que consideramos serem aqueles que podem suscitar ao leitor algumas dúvidas, nomeadamente os campos *Historial* (Síntese Histórica); *Funções* (Utilização Inicial);

*Utilização* (*Utilização Final*) e *Intervenções Realizadas* (*Cronologia*)<sup>127</sup>. Começando pelo campo *Historial*, importa referir que o mesmo não possui a categoria de “campo”, mas sim a de uma espécie de “bloco de notas”. Infelizmente, a versão do *InPatrimonium*, que os serviços da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão possuem, não está contemplada com campos específicos nos quais possamos efetuar uma síntese histórica do bem patrimonial. Após uma análise de todos os campos, optamos por adaptar uma opção que o programa possui – *Historial* – para descrevermos, como se deduz, historicamente o bem. A única desvantagem da utilização desta “opção” relaciona-se com a não possibilidade de se efetuarem pesquisas e cruzamento de dados. O mesmo acontece com o campo *Intervenções Realizadas*. Também aqui, a versão utilizada do *InPatrimonium* não possui um campo específico para descrevermos as várias intervenções realizadas ao longo dos tempos sobre o bem patrimonial. A opção recaiu, uma vez mais, na seleção de um campo onde pudéssemos realizar essa descrição, sem que a mesma interferisse com os objetivos principais do campo escolhido. O designado por *Cronologia* cumpria esses requisitos porque ao mesmo tempo que mencionávamos os acontecimentos mais importantes pelo qual passou o bem patrimonial, também descrevíamos as intervenções nele realizadas porque as mesmas podiam ser consideradas como acontecimentos que marcaram o bem, nomeadamente os que se situam ao nível das ampliações e modificações da estrutura. Por último, os campos *Funções* e *Utilização*, embora possam possuir o mesmo objetivo, podem também referir-se a assuntos diferentes. Como já anteriormente mencionamos, o programa *InPatrimonium Premium* já estava a ser usado pelo Gabinete de Arqueologia desde o ano de 2005, e daí que um dos nossos objetivos tenha passado por conciliar os campos que esse gabinete já utilizava com aqueles que iríamos utilizar. Assim, *Funções* e *Utilização* eram dois campos já utilizados por esse gabinete, com os seguintes objetivos: o de *Funções* correspondia à função inicial que o bem patrimonial possuía ou pela qual foi construído; enquanto o campo *Utilizações* remetia para as várias funções que esse bem patrimonial possuiu ao longo do tempo. Daí que aos campos *Utilização Inicial* e *Utilização Atual* tenhamos correspondido os campos *Funções* e *Utilizações*, com os mesmos objetivos traçados pelo Gabinete de Arqueologia, embora, na nossa opinião, o campo *Funções* pudesse funcionar para descrevermos as várias funções que o bem patrimonial teve ao longo dos tempos, desde a inicial até à atual.

---

<sup>127</sup> Os campos que estão entre parênteses correspondem aos campos do modelo de ficha de inventário elaborado no programa informático *Microsoft Office Excel*.



Aos campos que possuem correspondência com os que integravam o modelo de ficha de inventário elaborado no programa informático *Microsoft Office Excel*, adicionamos outros que constam do modelo de ficha de inventário do *InPatrimonium Premium*, os quais, por um lado, são de uso exclusivo do Gabinete de Arqueologia (porque são direcionados para a caracterização da tipologia arqueológica) e, por outro, permitem caracterizar com mais profundidade o bem patrimonial. Na tabela seguinte indicamos os campos adicionais que são de utilização comum (Gabinete do Património Cultural e Gabinete de Arqueologia) e os campos que são só de utilização do Gabinete de Arqueologia.

**Tabela 4 – Campos adicionais do Modelo de Ficha de Inventário do programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium***

<b>Campos Comuns</b>	<b>Campos específicos da Tipologia Arqueológica</b>
Componentes	Cores
Disposições Legais	Edafologia
Estilos	Escavações
Horários	Estratigrafia
Heráldica	Estrutura
Iconografias	Geomorfologia
Inscrições	Litologia
Linha de Água	Sistemas Agrários
Medidas	Valores
Perigos	
Período	

Em resumo, o modelo de ficha de inventário que será utilizado simultaneamente pelos Gabinetes do Património Cultural e de Arqueologia, utilizando o programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium* possuirá os seguintes campos e subcampos, elenco que nos pareceu importante apresentar aqui:

**Tabela 5 – Modelo de Ficha de Inventário Definitivo**

<b>CAMPOS</b>	<b>SUBCAMPOS</b>
ACESSOS	Acesso Justificação Notas
AUTORIAS	Autor Tipo de Autoria Notas
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	Característica Descrição Notas
COMPONENTES	Componente Nº de Itens Descrição Data do Componente Tema Notas
CORES	Cor Parte Descrita Notas
CRONOLOGIA	Data Inicial Data Final Época Data Textual Parte Descrita Justificação Notas
DESCRIÇÃO	-----
DESIGNAÇÃO	-----
DISPOSIÇÕES LEGAIS	Disposição Legal Documento Data Notas
EDAFOLOGIA	Tipo de Solo Descrição Notas
ENVOLVENTE	Envolvente Descrição Data Notas
ÉPOCAS	Época Parte Descrita Justificação Notas
ESCAVAÇÕES	Código Designação Data Inicial Data Final Responsável Categoria Metodologia

ESCAVAÇÕES (Cont).	Objectivos Resultados Testemunhos Notas
ESTADOS	Estado Parte Descrita Descrição Condições Especiais Data Estado Data Revisão Notas
ESTILOS	Estilo Parte Descrita Justificação Notas
ESTRATIGRAFIA	Designação Composição Inclusões Notas
ESTRUTURA	Tipo de Estrutura Descrição Notas
FUNÇÕES	Tipo de Função Justificação Notas
GEOMORFOLOGIA	Data Descrição Notas
HISTORIAL	-----
HORÁRIO	Abertura Manhã Abertura Tarde Fecho Manhã Fecho Tarde Período Notas
ICONOGRAFIAS	Tipo de Iconografia Descrição Localização Notas
INSCRIÇÕES	Tipo de Inscrição Autor Texto Grafia Técnica Posição Idioma Tradução Data Notas
IMAGEM	-----
INVENTARIANTES	Inventariante Data Notas
LINHA DE ÁGUA	Linha de Água Descrição Notas

LITOLOGIA	Tipo de Litologia Descrição Notas
LOCALIZAÇÕES	Local Administrativo Topónimo Morada Data Código SIG Coordenada Geográfica X Coordenada Geográfica Y Coordenada Plana X Coordenada Plana Y Coordenada Plana Z Notas
MATERIAIS	Tipo de Material Cor Parte Descrita Notas
MEDIDAS	Tipo de Medida Valor Unidade de Medida Parte Descrita Notas
NUMERAÇÕES	Número Tipo de Numeração Data da Numeração Notas
NÚMERO DE IMÓVEL	-----
OUTRAS DESIGNAÇÕES	Tipo de Designação Designação Justificação Notas
PERIGOS	Perigo Descrição Notas
PERÍODO	Período Justificação Notas
PROPRIEDADE	Proprietário Data Notas
PROTECÇÃO	Protecção Justificação Notas
SISTEMAS AGRÁRIOS	Sistema Agrário Data Descrição Notas
TÉCNICAS	Técnica Parte Descrita Justificação Notas
TEMA / ASSUNTO	Tema Assunto Notas
TIPO DE IMÓVEL	-----

TIPOLOGIAS	Tipologia Justificação Notas
UTILIZAÇÃO	Utilização Data Notas
VALORES	Avaliador Moeda Tipo de Valor Valor Data de Valor Notas
FICHAS RELACIONADAS	-----

É importante lembrar que no Anexo nº 7 abordaremos cada um destes campos e subcampos individualmente, indicando, para cada um deles, uma breve definição e o modo de utilização, terminando com exemplos retirados, na sua maioria, das fichas de inventário que realizamos sobre o Património Cultural de Gondifelos.

### **3.4 – Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia aplicada ao programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium***

A elaboração do modelo de ficha de inventário apresentado no ponto anterior implicou a construção de algumas ferramentas, nomeadamente a de um Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia aplicada à respetiva ficha de inventário. É, sem dúvida, uma ferramenta imprescindível para uma gestão patrimonial mais otimizada. Tanto mais que o modelo de ficha de inventário será utilizado por dois dos três gabinetes com responsabilidades na gestão patrimonial do concelho de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente o Gabinete do Património Cultural e o Gabinete de Arqueologia.

Como já foi referido, o Gabinete de Arqueologia já há alguns anos que vinha a utilizar o programa *InPatrimonium Premium* para gerir a tipologia patrimonial que tutela. No entanto, nunca procederam à elaboração de um Guia de apoio ao Utilizador do citado programa, embora, pontualmente, tal necessidade tenha sido discutida. Quando começamos a elaborar a nossa ficha de inventário, selecionando os campos mais pertinentes e o tipo de informação que devia constar neles, deparamo-nos com o problema de ter que conciliar os campos, a informação e a terminologia que já estava a ser utilizada pelo Gabinete de Arqueologia, embora, como já referimos, essa utilização não estivesse inserida em nenhum Guia de apoio ao Utilizador.

Tal como na seleção dos campos que utilizamos no nosso modelo de ficha de inventário, a construção do Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização de Terminologia foi discutida em várias reuniões com os técnicos responsáveis do Gabinete de Arqueologia. Digamos que não foi uma tarefa fácil, como já pudemos observar no ponto anterior, tal como ocorrera relativamente à selecção dos campos. Por um lado, a terminologia que já se encontrava inserida no programa estava formatada para a caracterização do Património Arqueológico. Como é fácil de compreender, existem termos que só são aplicados a uma tipologia patrimonial e outros que podem ser usados para várias tipologias. E foi neste aspeto que houve uma maior divergência, embora, com persistência e diálogo tenhamos alcançado um entendimento. Por outro lado, nessas várias reuniões foi decidido que, embora a estrutura do Guia fosse realizada

por nós, o modo de preenchimento dos campos específicos da tipologia arqueológica seria indicado pelo Gabinete de Arqueologia<sup>128</sup>.

É importante referirmos que a construção deste Guia de apoio ao Utilizador do programa *InPatrimonium Premium* apenas pretende ser o início de um futuro Manual de Procedimentos mais alargado e aplicado a todas as ferramentas que integram o respetivo programa. O objetivo da construção deste manual é o de fornecer um guia para que, no futuro, quem vá preencher fichas de inventário no programa citado saiba como as deve preencher, nomeadamente ao nível da informação a constar em cada campo e da terminologia usada, para que todas as fichas sejam homogéneas. Esta homogeneidade será fundamental para uma melhor gestão corrente do Património Cultural, não só na comunicação entre serviços da autarquia, mas também no relacionamento entre os gabinetes e os diversos públicos.

A estrutura seguida na construção do Guia teve como modelo os *Kits* do Património elaborados pelo IGESPAR (Vd. **ponto 3.1**). Para cada campo, elaboramos uma tabela, conforme exemplo apresentado:

**Tabela 6 – Modelo da Estrutura do Guia de apoio ao Utilizador do programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium***

**Designação do Campo**

<b>Definição / Objetivo</b>	
<b>Condições de Utilização</b>	
<b>Aplicabilidade</b>	
<b>Terminologia</b>	
<b>Regras de Preenchimento</b>	
<b>Exemplos</b>	

Importa agora referirmo-nos a cada um dos itens que integram a referida tabela<sup>129</sup>. Começando pelo item *Definição/Objetivo*, como o próprio título já indicia, pretende-se que se elabore uma pequena definição do campo, seguido dos respetivos

---

<sup>128</sup> No entanto, até à data de entrega deste relatório na secretaria da Faculdade de Letras da Universidade do Porto para pedido de provas académicas para obtenção do grau de mestre, não obtivemos por parte do Gabinete de Arqueologia a indicação do modo de preenchimento dos campos respeitantes à tipologia arqueológica constantes da ficha de inventário para ser inserido no respetivo manual de utilizador que, sublinhamos, será utilizado pelos dois gabinetes. Esta situação levou-nos a que nos reportássemos, na elaboração do manual, somente aos campos que o Gabinete do Património Cultural utilizará para caracterizar o Património Arquitetónico.

<sup>129</sup> Para um melhor entendimento, todos os exemplos que daremos na explicação dos itens que integram a tabela serão do campo *Número de Inventário*.

objetivos (*exemplo: Código alfanumérico que identifica o bem patrimonial, com o objetivo de o individualizar no universo dos bens patrimoniais inventariados*). Relativamente ao item *Condições de Utilização*, pretende-se que se indique se o preenchimento do campo é obrigatório ou secundário (*exemplo: O preenchimento deste campo é obrigatório*). O terceiro item desta tabela remete-nos para a sua *Aplicabilidade*. Pretende-se que se indique se o campo que se está a descrever é aplicado ao Gabinete de Arqueologia ou ao Gabinete do Património Cultural. É um item importante porque é ele que vai indicar quais os campos pertencentes a cada gabinete, embora a maioria dos campos sejam de utilização comum (*exemplo: Gabinete de Arqueologia / Gabinete do Património Cultural*). O item *Terminologia* refere-se aos termos que se devem obrigatoriamente utilizar-se no preenchimento do campo. A indicação dos termos será feita de duas formas: quando os termos a utilizar são poucos, os mesmos serão inseridos na tabela; quando forem vastos, colocaremos na parte do Guia respeitante à Terminologia a sua listagem (*exemplo: GA – Gabinete de Arqueologia; GPC – Gabinete do Património Cultural*). O seguinte item remete-nos para as *Regras de Preenchimento*. Neste item indicamos qual a regra ou regras que o preenchimento de um campo possui (*exemplo: caso o bem patrimonial se encontre isolado, deve-se atribuir um número sequencial alfanumérico, sempre depois do último número que esteja atribuído*). Por fim, no último item, intitulado *Exemplos*, indicaremos alguns exemplos de preenchimento dos campos ou subcampos da ficha de inventário (*exemplo: GPC.1715*).

No final do Guia de apoio ao Utilizador constará, além da listagem da terminologia que se deve utilizar no preenchimento de cada campo, um pequeno glossário com os termos que integram essa terminologia. A sua definição é importante para quem vier a utilizar o programa saiba o que se pretende e quando deve utilizar um determinado termo.

Importa referir que o Guia de apoio ao Utilizador e a Listagem com a Terminologia adoptada, juntamente com o Glossário, encontram-se inseridos no CD que segue com este relatório, onde também constam todas as fichas de inventário dos bens patrimoniais da freguesia de Gondifelos.



## **Capítulo 4**

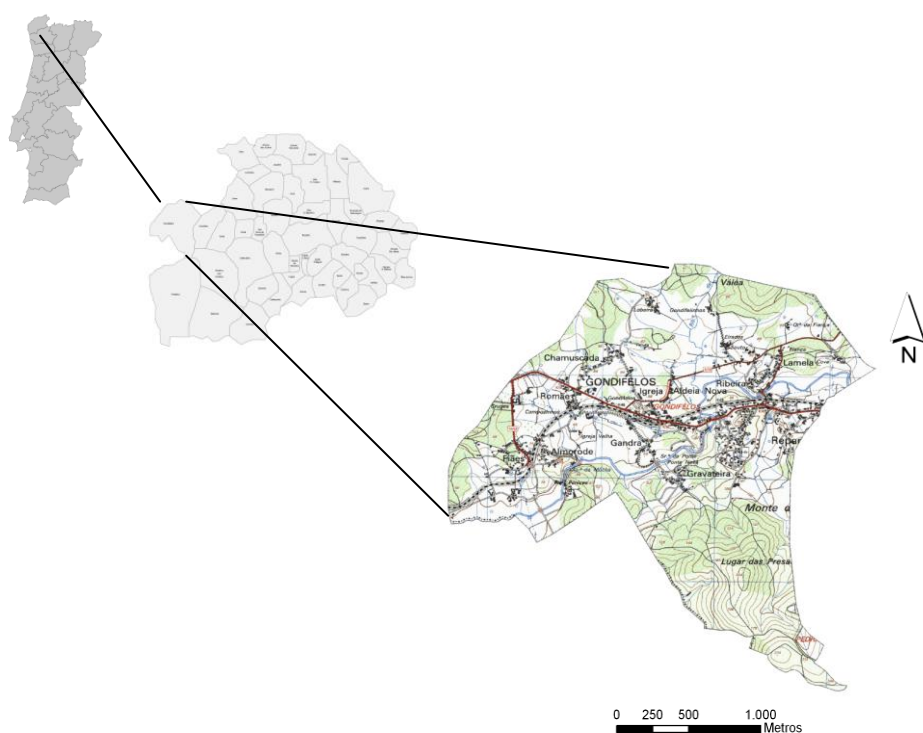
### **Projeto de Mediação Patrimonial – um projeto viável: a freguesia de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão)**

A construção deste relatório obedeceu a uma lógica de escalas. Iniciámos com a discussão em torno de conceitos essenciais para se perceber a amplitude a heterogeneidade dos termos *Património Cultural*, *Inventário* e *Base de Dados*. São conceitos que estiveram sempre presentes em todas as tarefas que realizamos para a execução do nosso projeto/estágio curricular, as quais foram enumeradas e descritas com profundidade no segundo capítulo. No entanto, como uma grande fatia estava reservada para a elaboração de um modelo de ficha de inventário do Património Cultural (juntamente com o respetivo Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia), reservamos o terceiro capítulo para explicar o *modus operandis* desta tarefa. Por fim, neste quarto e último capítulo iremo-nos centrar em três pontos, a saber: na freguesia que foi objeto de estudo (Gondifelos); nos resultados obtidos após a realização do inventário patrimonial e nas vantagens que o nosso projeto, inserido na área de Mediação Patrimonial, trará para os vários serviços da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente para o Gabinete do Património Cultural e todos aqueles que possuem responsabilidades na gestão e divulgação do Património.

#### **4.1 – Breve Descrição Geográfica e Histórica da freguesia de Gondifelos**

A freguesia de Gondifelos, pertencente ao concelho de Vila Nova de Famalicão, situa-se no limite ocidental do mesmo, fazendo fronteira a norte com a freguesia de Negreiros (concelho de Barcelos), a sul e a poente com a freguesia de Balazar (concelho da Póvoa de Varzim), a nordeste com a freguesia de Minhotães (concelho de Barcelos) e a nascente com a freguesia de Cavalões (concelho de Vila Nova de Famalicão). É a terceira maior freguesia em área do concelho, ocupando uma extensão de 8,53 km<sup>2</sup>.<sup>130</sup>

**Mapa nº 1: Mapa da Freguesia de Gondifelos (V. N. Famalicão)**



**Fonte:** Wikipédia, Sítio do Município de Vila Nova de Famalicão e Carta Militar de Portugal

<sup>130</sup> Informação retirada do sítio de *internet* da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Disponível em <http://www.vilanovadefamalicao.org/> [consultado em 13.05.2011]

Situada em pleno coração do Baixo Minho, ao longo de um pequeno vale circundado por pequenas elevações de terreno, a freguesia de Gondifelos assume-se como um bom exemplo para ilustrar a paisagem minhota e os usos e ocupações que os seus habitantes dão à terra. O parcelamento do terreno segue o mesmo princípio usado em todo o espaço minhoto: o minifúndio. Assim, os campos agrícolas da freguesia são caracterizados por estarem inseridos em pequenas parcelas de terreno, perto de linhas de água (rio Este, ribeiro de Couce e inúmeros furos que foram abertos para a extração de água dessas linhas) e em que o verde é a cor predominante. Esse verde advém das duas principais culturas que se praticam na freguesia: o milho (grosso) e a vinha (para a produção de vinho verde)<sup>131</sup>. No que diz respeito a fatores geológicos, a freguesia está dividida em dois tipos de solos: os solos graníticos, de grão médio ou grosseiro (é um granito específico daquele espaço geográfico que até o apelidaram de granito de Gondifelos) e os solos de xisto. Já quanto à floresta, a mesma é composta essencialmente por eucaliptos e pinheiros bravos. São duas tipologias de árvores que necessitam de muita água, de estarem em solos húmidos e irrigados. Daí que ambas as espécies se tenham dado bem nas terras da freguesia. Por último, a vegetação é composta quase exclusivamente por fetos e diferentes espécies de tojo, aparecendo, por vezes, urzes e estevas.

Este favorável contexto geográfico levou à afixação da população em terras da freguesia desde a Idade do Ferro, sendo a presença de um Castro numa das zonas mais elevadas da freguesia testemunho dessa ocupação milenar. As escavações arqueológicas realizadas entre os anos de 1987 e 1992 vieram demonstrar a ocupação do sítio ao longo de quase todo o I Milénio a.C., devendo a sua ocupação ter sido iniciado durante os séculos IX/VIII a.C.. O Castro de Penices, assente numa pequena elevação de 99 metros, sobranceiro ao rio Este e a uma grande mancha de terrenos aluviais cuja fertilidade é assinalável, caracteriza-se por ser um pequeno povoado circundado por uma muralha e reforçado, pelo lado mais vulnerável, com três fossos e três taludes. Embora sem provas documentais quanto à sua origem, é provável que o topónimo Gondifelos tenha origem germânica, dedução feita através do vocábulo “*Gonti*”. A primeira referência documental conhecida até ao presente sobre a freguesia de Gondifelos surge em 1220, nas Inquirições Gerais de D. Afonso II, nas quais aparece

---

<sup>131</sup> Já nas Memórias Paroquiais de 1758, a cultura do “milhão” e do vinho verde são referidas como os principais “*frutos que nesta freguezia se criam*”. In CAPELA, José V. e SILVA, António Joaquim Pinto da – *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*, pág. 232.

referenciada como *Sancto Felixe de Gundefelus*. Trinta e oito anos depois, nas Inquirições de 1258, ordenada por D. Afonso III, esta freguesia surge chamada de *Gondoferus*. A evolução do seu nome passou por várias transformações ao longo dos tempos. Através da documentação podemos encontrar as seguintes designações: *Gondorelos*, *Gundofelos*, *Gondifellos* até se chegar à designação atual de *Gondifelos*<sup>132</sup>.

A delimitação territorial que corresponde na atualidade à freguesia de Gondifelos só ficou decidida nos finais do século XVII. Até aí, esse espaço integrava duas paróquias, a saber: a paróquia de São Félix (possuindo a sua igreja na aldeia da Fiança) e a paróquia de Santa Marinha de Vicente (possuindo a sua igreja na aldeia da Igreja Velha, perto da aldeia da Mocha). Por razões ainda desconhecidas, em meados do século XVII, decidiu-se unir estas duas paróquias, dando origem à paróquia de São Félix e Santa Marinha de Vicente, sendo a igreja paroquial construída em 1699<sup>133</sup>, no monte maninho, situado a meio das duas paróquias extintas. Tanto as paróquias extintas, como a que surgiu estiveram sempre sob jurisdição eclesiástica do Arcebispo de Braga. Relativamente à jurisdição administrativa, a mesma oscilou entre os concelhos de Barcelos e de Vila Nova de Famalicão, como veremos de seguida.

Até ao ano de 1836, a freguesia pertencia, administrativamente, ao vasto concelho de Barcelos. Nesse ano, o espaço administrativo português sofreu uma enorme revolução, por parte do governo setembrista que tinha subido entretanto ao poder. Uma das primeiras medidas desse governo foi a extinção de mais de 400 concelhos, através do Decreto de 6 de Novembro de 1836. Esta extinção em massa provocou grande perturbação local, mais sentida ainda com a elaboração de um novo código administrativo, redigido por José da Silva Passos, no mesmo ano de 1836. O objetivo era simplificar a administração pública central e local. Tal como o anterior código administrativo, José da Silva Passos propôs uma divisão do poder administrativo em três níveis: Distrito, Concelho e Freguesia (antiga paróquia). Foi devido a esta reorganização do espaço administrativo português que a freguesia de Gondifelos, através da intensa legislação produzida no ano de 1836, passou para o novo concelho que se tinha formado anos antes: o concelho de Vila Nova de Famalicão. No entanto, os habitantes de Gondifelos não chegaram a sentir qualquer efeito da passagem da tutela

---

<sup>132</sup> COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, pp. 21-22.

<sup>133</sup> Esta Igreja paroquial foi destruída nos inícios da década de 50 do século XX para dar lugar à Igreja que na atualidade lá existe. Embora fosse destruída, a Igreja que se construiu (fundada em 1954) manteve o mesmo traço arquitetónico, apenas sendo-lhe aumentado o volume em área e a torre sineira em mais um lanço, como se comprova através da observação de registos fotográficos da igreja antiga.

administrativa porque dois anos depois, através da Carta de Lei de 22 de Fevereiro de 1838, a freguesia passou de novo para a alçada do concelho de Barcelos. Com o passar dos anos, volta a mudar a jurisdição, por pedido dos habitantes. Em primeiro lugar, alegavam a menor distância que distavam do centro de Famalicão. Enquanto que para esta vila, Gondifelos distava 5 quilómetros, para Barcelos a distância aumentava para os 12 quilómetros. Em segundo lugar, que Gondifelos e Vila Nova de Famalicão estavam ligados por uma estrada real que lhes facilitava o trajeto e as comunicações. Em terceiro lugar, que os caminhos para Barcelos eram intransitáveis, atravessados por ribeiros que de inverno eram impossíveis e perigosos de atravessar. Em quarto lugar, que quando eram obrigados a desempenhar algum dever, judicial ou administrativo, não podiam, pela distância e estado dos caminhos, ir e vir a Barcelos no mesmo dia, o que se tornava incómodo e dispendioso. Por último, afirmavam ainda que eram mais estreitas as relações comerciais com a vila de Famalicão, onde encontravam um abundante mercado semanal, do que com a cidade de Barcelos. Estas diversas razões estão inseridas numa carta enviada ao Administrador do concelho de Barcelos, assinada por 63 eleitores recenseados da freguesia, datada de 25 de Abril de 1871. Como o número total de recenseados em Gondifelos era de 72, os 64 eleitores perfaziam mais de dois terços, limite legal para se pedir a anexação de uma freguesia a outro concelho. Após serem ouvidos os representantes locais e estatais, pelo decreto de 9 de Dezembro de 1872, a freguesia de Gondifelos passou, definitivamente, para a tutela administrativa do concelho de Vila Nova de Famalicão<sup>134</sup>.

Esta breve descrição geográfica e histórica de Gondifelos é importante para se entender as tipologias e os tipos patrimoniais existentes na freguesia e as várias instituições produtoras de informação sobre os bens patrimoniais, por terem em si a tutela administrativa, eclesiástica ou judicial da freguesia.

---

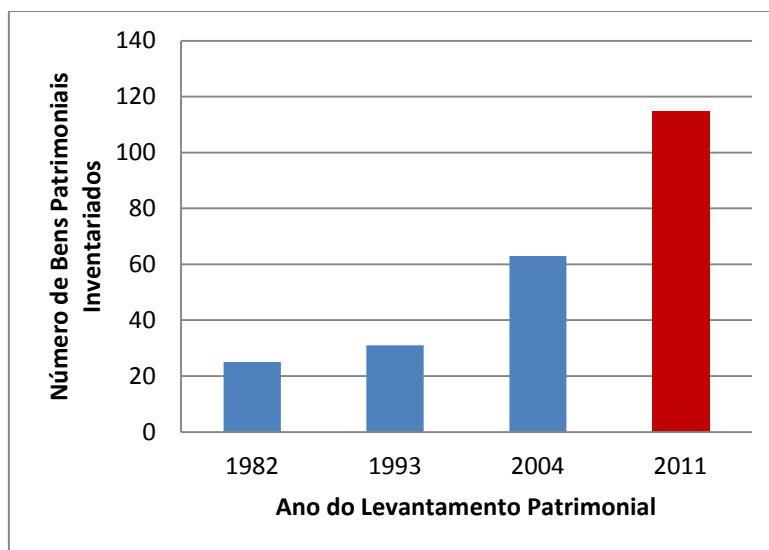
<sup>134</sup> Debates Parlamentares. Acta de 15 de Março de 1873. Sessão de 15 de Março de 1873, pp. 730-734

## 4.2 – Análise e reflexão sobre os bens patrimoniais de Gondifelos

A freguesia de Gondifelos, como já foi referido na introdução, foi escolhida para ser objeto de estudo na execução do nosso projeto porque reunia em si duas características fundamentais: um elevado número de bens patrimoniais e uma diversidade de tipologias, as quais corresponderiam quase à totalidade das tipologias patrimoniais existentes em todo o concelho de Vila Nova de Famalicão. A conjugação destes dois fatores permite, por um lado, a elaboração de um modelo de ficha de inventário que poderá ser utilizado no futuro para se inventariar as restantes 45 freguesias e 3 vilas que integram o concelho e, por outro, que esse modelo fosse testado, no sentido de criado, preenchido e pesquisado, numa freguesia que *a priori* possuía um elevado número de bens patrimoniais.

Começando a análise dos resultados do inventário patrimonial<sup>135</sup> (Vd. anexo nº 1) realizado na freguesia de Gondifelos pela indicação do número de bens inventariados, constatamos que esse número segue uma linha de crescimento desde o primeiro ano em que se realizou o primeiro levantamento patrimonial (1982). Veja-se o gráfico seguinte onde apresentamos a relação do número de bens patrimoniais inventariados na freguesia de Gondifelos durante os vários levantamentos realizados ao longo das três últimas décadas.

**Gráfico 1 - Nº de bens patrimoniais inventariados na freguesia de Gondifelos nos anos de 1982, 1993, 2004 e 2011**



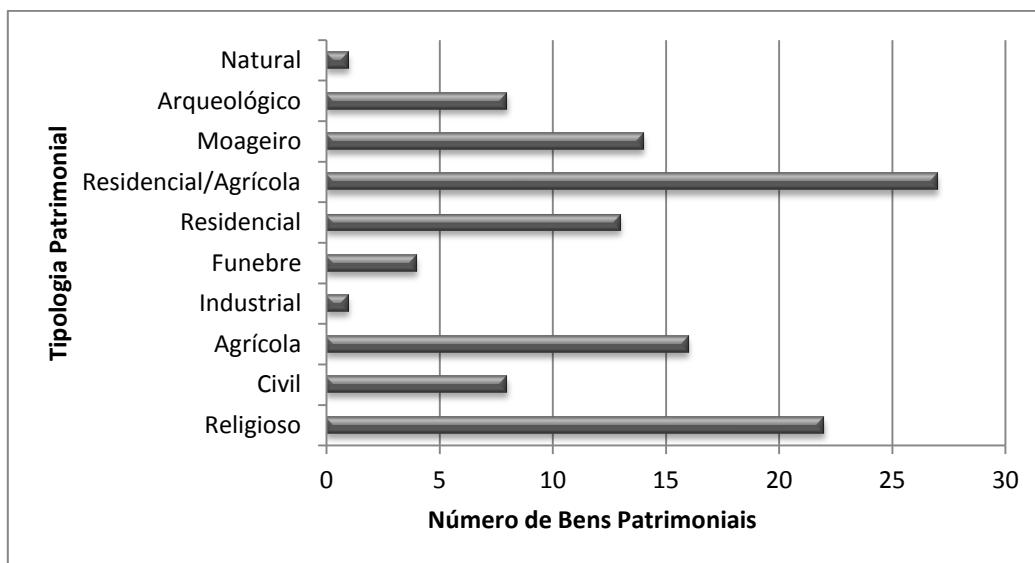
<sup>135</sup> Todas as 115 fichas de inventário realizadas na freguesia de Gondifelos encontram-se no CD que segue juntamente com este Relatório.

No levantamento patrimonial que realizamos entre os anos de 2009 e 2011 (primeiro e segundo ano letivo do Mestrado) totalizámos 115 bens patrimoniais, face aos 63 bens do levantamento de 2004; aos 31 bens do levantamento de 1993 e aos 25 bens do levantamento de 1982. Este número de 115 bens patrimoniais explica-se por vários fatores. O primeiro está relacionado com a integração no nosso inventário dos bens que já tinham sido objeto de inventariação nos levantamentos anteriores. Fizemo-lo porque acrescentamos mais informação ao que já se sabia. Desde o início que o nosso inventário possuía 63 bens patrimoniais. Por último, um terceiro fator está relacionado com a inventariação de outros tipos de bens, nomeadamente as Casas Sequeiro e os Espigueiros, que não tinham sido objeto de inventário nos levantamentos anteriores. Perante estes números, a freguesia de Gondifelos passou a ser a freguesia do concelho de Vila Nova de Famalicão com mais bens patrimoniais inventariados. Relativamente ao segundo fator, advém de um maior aprofundamento realizado sobre a história da freguesia. Só se pode inventariar aquilo que se conhece e sem um conhecimento histórico a inventariação não é realizada com todo o rigor. Pela primeira vez aliou-se ao levantamento patrimonial (baseado na observação enquadrada em conceitos padronizados) a investigação histórica realizada em vários arquivos e bibliotecas, além de várias entrevistas informais aos habitantes da freguesia (**Vd. ponto II da Introdução**).

Importa, agora, reportarmo-nos às tipologias pelas quais esses bens se distribuem. Para uma melhor esquematização, o gráfico seguinte apresentará a quantificação das tipologias:



**Gráfico 2 - Nº de bens patrimoniais inventariados na freguesia de Gondifelos no ano de 2011 distribuídos por Tipologias**



A primeira leitura que obtemos do gráfico remete-nos para a diversidade de tipologias patrimoniais existentes na freguesia de Gondifelos. Ao todo, os bens patrimoniais estão distribuídos por 10 tipologias, a saber: Arqueológico (*Povoado Fortificado; Mamoas; Marcos e Sítios Arqueológicos*)<sup>136</sup>; Agrícola (*Espigueiros e Casas Sequeiro*); Civil (*Ponte; Escola; Estação Ferroviária; Lavadouro Publico e Fontes*); Fúnebre (*Cemitério e Jazigos*); Industrial (*Fábrica*); Moageiro (*Moinhos e Azenhas*); Ambiental/Natural (*Nascente*); Residencial (*Casas Residenciais; Casas Solarengas e Casas Brasonadas*); Residencial/Agrícola (*Casas Agrícolas*) e Religioso (*Igreja, Capelas, Cruzeiros e Alminhas*). A evolução histórica e descrição geográfica de Gondifelos presente no ponto anterior foram importantes para se perceber esta diversidade de tipologias patrimoniais. Sendo uma freguesia milenar, com um traço profundamente agrícola e enraizada no norte de Portugal, é normal que as tipologias que mais sobressaem sejam aquelas que se relacionam com a atividade agrícola, com o culto religioso e com a presença de povos ancestrais no seu espaço territorial. Daí que os bens patrimoniais inventariados estejam maioritariamente inseridos nas tipologias arqueológica, agrícola, residencial/agrícola e religiosa.

Uma outra tipologia que sobressai no gráfico é a moageira. Sendo a freguesia de Gondifelos cruzada por um rio, denominado rio Este, marcado por fortes declives e/ou fortes correntes, levou à construção de inumeros engenhos, sejam de roda vertical ou horizontal. Infelizmente, na atualidade poucos funcionam, restando apenas, na maioria,

<sup>136</sup> Esta classificação respeitante ao Património Arqueológico foi herdada do Gabinete de Arqueologia.

esqueletos dos edifícios que, noutras épocas, moíam os cereais que eram colhidos nos terrenos agrícolas localizados no interior da freguesia e nas freguesias circundantes.

Uma última conclusão que retiramos da inventariação, que não se encontra explanada nos gráficos, relaciona-se com uma maior identificação da população com determinados bens patrimoniais, especialmente os de tipologia religiosa, face às restantes tipologias. Observarmos essa situação através do estado de conservação e de embelezamento de alguns bens patrimoniais. Sendo uma população inserida num espaço rural, no qual as práticas religiosas ainda têm uma presença marcante na vida das pessoas, é notória essa ligação afetiva, revestida de sentimentos de identidade e de memória para com os locais de devoção e de culto.

### 4.3 – Um Projeto e uma Base de Dados ao serviço da Mediação Patrimonial

Para último ponto deste relatório deixamos uma reflexão sobre as vantagens que julgamos trazer com a realização deste projeto, para os vários serviços que tutelam o Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Vantagens essas não só ao nível da relação entre os vários serviços municipais mas também entre esses serviços e os diversos públicos. Daí que tenhamos intitulado este ponto “*Um Projeto e uma Base de Dados ao serviço da Mediação Patrimonial*”.

O principal objetivo deste projeto sempre foi o de elaborar um conjunto de ferramentas que permitisse, por um lado, uma melhor gestão dos bens patrimoniais por parte do Município e, por outro, que todas as informações respeitantes a esses bens patrimoniais fossem, no futuro, disponibilizadas a todos os públicos, através da sua divulgação por meios eletrónicos (por exemplo: *sítios de internet específicos; redes sociais e newsletters*), meios didáticos (por exemplo: *maletas pedagógicas e manuais de como proteger o património*), meios turísticos (por exemplo: *roteiros culturais e panfletos de divulgação*) e meios bibliográficos (por exemplo: *monografias*). No fundo pretende-se criar todo um conjunto de ferramentas que possam facilitar, através de um maior rigor e rapidez, a mediação entre os vários serviços do município famalicense que tutelam o Património Cultural e entre estes e os diversos públicos.

Como já vimos em pontos anteriores, o parque patrimonial do concelho de Vila Nova de Famalicão é gerido por três gabinetes, que tutelam entre si diversas tipologias patrimoniais, a saber: Gabinete do Património Cultural (património arquitetónico); Gabinete de Arqueologia (património arqueológico) e Gabinete dos Assuntos Culturais (património imaterial). A cooperação entre os três gabinetes em projetos inseridos na área patrimonial ainda não se faz com a amplitude e periodicidade desejável. Essa cooperação apenas se resume a projetos pontuais de curta duração (**Vd. ponto 2.2**). Por outro lado, em termos de gestão, a mesma é realizada de modo diferente por cada gabinete, não havendo uniformidade. Se um dos objetivos implícitos nas missões de cada gabinete é o da divulgação do património que tutelam e se não existe cooperação e ferramentas que uniformizem a gestão patrimonial do concelho, os mecanismos de mediação entre esses gabinetes e os diversos públicos só podem ser insuficientes e inoperacionais. É que cada gabinete divulga o “seu” património da forma que acha ser a

mais correta, não havendo sequer uma relação entre esses diferentes meios de divulgação. Antes do produto final ser divulgado é necessário que haja uma uniformização por parte dos diversos gabinetes que tutelam o património. No fundo, é necessário que haja mecanismos de mediação entre os diversos gabinetes antes de se divulgarem os bens patrimoniais. Este projeto, ao criar um único modelo de ficha de inventário e o mesmo estar inserido num programa de gestão patrimonial utilizado, à data da realização do estágio, pelos gabinetes do Património Cultural e de Arqueologia, pretende fornecer ferramentas para que se criem processos de mediação entre esses gabinetes.

Por outro lado, a gestão patrimonial não se faz unicamente entre os gabinetes que tutelam o património, mas também entre estes e outros serviços do município, nomeadamente o Departamento de Urbanismo e Habitação e os serviços do Turismo. Relativamente ao Departamento de Urbanismo e Habitação, no âmbito das suas competências, tem como função a gestão de todos os processos de obras relacionados com os imóveis do concelho, bem como o da elaboração das Cartas do Património que se encontram inseridas no Plano Diretor Municipal. Para que essa gestão possa ser feita com o máximo de rigor possível, é fundamental que exista uma relação entre esse departamento e os diversos gabinetes que tutelam o Património Cultural, de modo a que estes forneçam ao Departamento de Urbanismo e Habitação todos os bens patrimoniais que se encontram inventariados. Ou seja, qual o seu estado de conservação; qual a sua localização; a quem pertencem e que tipo de proteção se encontra associado a cada bem patrimonial. A extensão do programa de gestão patrimonial a esse departamento era um passo essencial para que a informação sobre o bem patrimonial estivesse sempre atualizada e pudesse ser consultada por todos os serviços.

Um dos serviços que certamente estaria interessado em poder utilizar a base de dados inserida no programa de gestão patrimonial era o do Turismo. A informação sobre os bens patrimoniais do concelho que os serviços técnicos do Turismo possuem no seu posto de atendimento ao público (que funciona também como gabinete) é insuficiente. É de salientar a ausência de roteiros, de mapas patrimoniais, de monografias, de panfletos, entre outras ferramentas de divulgação patrimonial existentes um pouco por todos os postos de turismo de Portugal. Também este serviço beneficiaria e muito com a utilização da base de dados do programa de gestão patrimonial. O objetivo será sempre o mesmo: divulgar todos os bens patrimoniais, com o máximo de

informação possível relacionada com o mesmo e que essa divulgação possa atingir todos os públicos.

Vejam-se, então, agora, as vantagens do mesmo para o processo de mediação entre esses serviços e os diversos públicos. Ao longo deste relatório já fomos enunciando e descrevendo algumas das ferramentas que criamos com o objetivo de permitir uma melhor mediação entre os serviços municipais e os públicos. Uma dessas ferramentas foi a elaboração da Base de Dados no programa informático *Microsoft Office Excel* que será fornecida aos Presidentes das Juntas de Freguesia de modo a que eles possam atualizar o inventário patrimonial respeitante à sua freguesia (**Vd. ponto 2.3.2.**). Esta Base de Dados acarreta várias vantagens na área da mediação. A primeira relaciona-se com o envolvimento dos três gabinetes que tutelam o Património Cultural do concelho. Não é um projeto de um só gabinete, mas de todos os gabinetes. É esta cooperação entre os vários serviços que se pretende intensificar no futuro. A segunda vantagem diz respeito ao processo de inventariação. Com esta Base de Dados a inventariação já não é realizada unicamente pelos técnicos do município. A população local, através do seu representante (presidente de junta) também terá uma palavra a dizer nesse processo. A inventariação que antes se fazia de cima (técnicos do município) para baixo (população), agora também se irá fazer de baixo para cima, num sistema de integração que só assim poderá assegurar a sustentabilidade do projeto. A terceira vantagem diz respeito à constante atualização dos bens patrimoniais, nomeadamente ao nível das alterações que os mesmos possam sofrer. Sempre que um bem patrimonial seja alvo de alguma mudança, a mesma é reportada imediatamente aos serviços técnicos do município por parte dos presidentes de juntas. No fundo, estas vantagens são ao mesmo tempo mecanismos de mediação entre os serviços técnicos do município e a população local. Se o envolvimento da população na proteção, divulgação e valorização do Património Cultural é defendido desde há muito tempo por especialistas na área patrimonial, para que esse envolvimento se torne numa vantagem para a gestão patrimonial é necessária a criação destas ferramentas que possam permitir a mediação entre os técnicos do município e a população local.

Um outro meio utilizado no processo de mediação do Património Cultural da freguesia de Gondifelos foi a divulgação de parte das fichas de inventário no sítio de *internet* gerido pelo programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium*,

denominado *InWeb*<sup>137</sup>. Neste sítio estão alojadas todas as fichas de inventário que se encontram inseridas no programa de gestão patrimonial, independentemente de as mesmas terem sido produzidas pelo Gabinete do Património Cultural<sup>138</sup> ou pelo Gabinete de Arqueologia. Qualquer indivíduo pode aceder em qualquer local e a qualquer hora, precisando só de um computador com ligação à *internet*, às fichas do inventário patrimonial do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Num mundo cada vez mais global, onde os meios cibernéticos fazem parte do dia-a-dia, a utilização da *Web* é indispensável como ferramenta de mediação entre os serviços que tutelam o património e os seus públicos. Além do *InWeb*, o município de Vila Nova de Famalicão está a dar os primeiros passos numa outra plataforma de reunião e divulgação de toda a informação respeitante ao Património Cultural do concelho denominado *Europeana*<sup>139</sup>. É um projeto de âmbito europeu que pretende agregar num mesmo espaço um maior número possível de Bases de Dados inseridas na área cultural. Se a utilização da *Web*, por si só, já internacionaliza a informação sobre os bens patrimoniais, com a utilização desta plataforma, que é consultada por indivíduos com interesses específicos, nomeadamente a nível cultural, os bens patrimoniais do concelho de Vila Nova de Famalicão são direcionados a especialistas ou a simples curiosos da área patrimonial, o que acarreta uma maior responsabilidade no tipo de informação associada ao bem patrimonial.

Estes foram apenas alguns mecanismos de mediação que desenvolvemos e/ou utilizamos durante o estágio curricular que efetuamos no Gabinete do Património Cultural. A partir deles, especialmente das fichas de inventário, é possível desenvolver outras ferramentas de mediação. Deseja-se que possam, por um lado, divulgar o máximo possível os bens patrimoniais e, por outro, estreitar a ligação entre os vários serviços que tutelam o património e os diversos públicos, nomeadamente através da elaboração de roteiros, da organização de conferências, de palestras, de visitas guiadas, de monografias, de maletas pedagógicas, de panfletos, entre um leque alargado de outras ferramentas que têm como objetivo principal facilitar todo o processo de mediação.

---

<sup>137</sup> O endereço do sítio de internet onde está alojado o *Inweb* é o seguinte: <http://vilanovadefamalicao.inwebonline.net/>.

<sup>138</sup> Até ao fim do nosso estágio profissional, o Gabinete do Património Cultural apenas tinha *on-line* as fichas de inventário respeitantes à freguesia de Gondifelos, visto a utilização deste sítio por parte desse gabinete só se ter iniciado com a realização do nosso estágio.

<sup>139</sup> O endereço do sítio de internet onde está alojada a *Europeana* é o seguinte: <http://www.europeana.eu/portal/index.html>.

## **CONCLUSÃO**

O título que atribuímos a este relatório “*Estudo e Inventário do Património Cultural de Gondifelos – Um Modelo Integrado de Gestão Patrimonial*” encerra em si as três vertentes nas quais mais incidimos aquando da elaboração do nosso projeto inserido no âmbito do estágio curricular realizado no Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Ou seja, o da realização de um inventário patrimonial, a elaboração de uma investigação histórica sobre os bens inventariados e a definição de um modelo integrado de gestão patrimonial a ser aplicado no município famalicense. Foi uma tarefa árdua a vários níveis porque a sua execução obrigou-nos a comparar, criticar e selecionar. Ou seja, a consultar inúmeros modelos de inventário, tanto elaborados por instituições nacionais como internacionais; a proceder a uma investigação histórica profunda sobre a freguesia de Gondifelos visto a mesma ainda não ter sido alvo de estudos anteriores por parte dos investigadores e a conciliar os diferentes modelos de gestão que se encontravam em vigor no município famalicense aquando da realização do nosso estágio. Articular três tutelas, ou propor uma articulação poderá parecer atrevimento, mas parece-nos inevitável que se cruzem competências e funções dos três gabinetes existentes: Gabinete do Património Cultural (património arquitetónico); Gabinete de Arqueologia (património arqueológico) e Gabinete dos Assuntos Culturais (património imaterial). A realização destas tarefas, no pouco tempo disponível que tínhamos para a sua execução, levou-nos a estabelecer prioridades. O objetivo não passou pelo aprofundamento de cada uma delas mas sim no fornecimento de ferramentas e de bases de trabalho para que as mesmas sejam potencializadas e desenvolvidas no futuro. Este projeto pretendeu ser apenas um ponto de partida para a implementação de uma gestão integrada do Património Cultural no município de Vila Nova de Famalicão.

Uma das primeiras ações que levamos a cabo para que essa gestão integrada possa funcionar com eficácia foi o da elaboração de um modelo de ficha de inventário a ser utilizado pelos vários serviços que tutelam o Património. Quando iniciámos o nosso estágio, verificamos que cada gabinete possuía o seu modelo de ficha de inventário, com campos e objetivos diferentes uns dos outros. O modelo de ficha de inventário que elaborámos pretendeu deste modo colmatar esta lacuna. A sua realização consistiu, por um lado, na assimilação dos vários inventários que estavam a ser utilizados pelos gabinetes e, por outro, na consulta de modelos de inventário, tanto nacionais como internacionais, produzidos por instituições ligadas à gestão patrimonial. Com isto pretendeu-se adquirir um maior conhecimento relativamente aos modelos de fichas de



inventário. Só um conhecimento profundo sobre os mesmos nos dava garantias de que o modelo que propuséssemos reunia um conjunto de campos abrangentes e pertinentes para a caracterização de todas as tipologias patrimoniais. Esta tarefa seria desnecessária se as instituições nacionais que tutelam o Património Cultural já tivessem procedido à elaboração de um único modelo de ficha de inventário e não apenas recomendações de como se deve inventariar. Esta falta de uniformização leva a que, em Portugal, existam inúmeros modelos de fichas de inventário, todos diferentes uns dos outros, o que torna difícil, por exemplo, a agregação dessas fichas numa única base de dados. A partir do modelo de ficha de inventário que propusemos, conseguimos que o mesmo fosse adotado pelos três gabinetes que tutelam o património no concelho famalicense. Tal possibilitou a utilização de um programa de gestão patrimonial – *InPatrimonium Premium*, que reúne todas as fichas de inventário e outras fontes de informação produzidas pelos vários gabinetes, sendo utilizado e partilhado, ao mesmo tempo, por eles, o que permitiu dar um grande passo na tão almejada implementação do modelo integrado de gestão patrimonial.

De modo a se uniformizar a utilização deste programa informático de gestão patrimonial, procedemos à elaboração de um pequeno Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia, que não é mais do que o primeiro passo para a implementação de um Manual de Procedimentos a ser aplicado a todos os gabinetes que tutelam o Património Cultural. Não basta elaborar-se um modelo de ficha de inventário estandardizado. É necessário que toda a informação, que se insira em cada campo, seja homogénea, e obedeça a uma terminologia pré-definida. Deste modo, a elaboração deste Guia teve como objetivo principal o de ajudar todos os técnicos que, futuramente, possam introduzir uma ficha nova ou que procedam à atualização de uma ficha que já se encontre introduzida no programa. Saber como se deve preencher e que tipo de informação é que cada campo deve possuir é um outro passo fundamental que se impõe numa gestão patrimonial que se pretende otimizada.

Como vem sendo defendido pela comunidade ligada à área patrimonial, a gestão do Património Cultural não pode passar somente pelas instituições mas, também, pelo envolvimento das comunidades locais nesse processo. Como também partilhamos desta opinião, elaboramos uma outra ferramenta de inventariação do Património Cultural, a ser fornecida ao representante máximo da população (presidente de junta) de modo a que o inventário patrimonial dessa freguesia esteja, por um lado, em constante atualização e, por outro, que essa inventariação seja feita pelos membros dessa

comunidade e não unicamente pelos técnicos municipais. Pretende-se que o processo de inventariação não se faça somente de cima (serviços municipais) para baixo (população local) mas também de baixo para cima. Esta ferramenta tem, assim, como um dos objetivos principais o de instituir um mecanismo de mediação entre os serviços municipais e a população.

*Só se inventaria o que se conhece e Um bem patrimonial só é reconhecido como tal quando alguém lhe atribui algum valor.* Estas duas frases, que tantas vezes são pronunciadas quando se aborda o Património Cultural, não estão a ser aplicadas com total objetividade ao parque patrimonial português. Embora reconheçamos o grande avanço que se deu no estudo dos bens patrimoniais durante as últimas décadas, tal não é suficiente face à amplitude de bens patrimoniais inventariados em Portugal. Daí que, aliado ao inventário do Património Cultural da freguesia de Gondifelos tenhamos procedido a uma investigação histórica sobre os mesmos. Só com um conhecimento histórico da freguesia é que poderíamos desempenhar com todo o rigor e objetividade um inventário patrimonial no seu espaço administrativo. Foi uma tarefa árdua, cheia de obstáculos quer tivemos de ultrapassar e os quais podem ser sintetizados em três pontos. O primeiro relaciona-se com a inexistência de estudos aprofundados sobre a freguesia e, mesmo os que existem, apenas fornecerem pequenas anotações sobre alguns bens patrimoniais. O segundo advém da distribuição das fontes de informação por vários arquivos e bibliotecas, nomeadamente, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo; o Arquivo Distrital de Braga; o Arquivo Distrital do Porto; o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças; o Arquivo Histórico da Administração da Região Hidrográfica do Norte; o Arquivo Municipal Alberto Sampaio; o Arquivo Municipal de Barcelos; a Biblioteca Nacional; a Biblioteca Pública Municipal do Porto e o Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Embora outros arquivos e bibliotecas possam conter informação sobre os bens patrimoniais, estes foram aqueles onde encontramos documentação respeitante ao Património Cultural de Gondifelos. O terceiro e último obstáculo está intimamente relacionado com o segundo, porque além da distribuição da informação por vários arquivos e bibliotecas, mesmo dentro desses centros documentais a informação encontra-se espartilhada. Embora não tenhamos conseguido obter um nível de informação semelhante para todos os bens patrimoniais, cumprimos o nosso principal objetivo que se centrava no preenchimento de todos os campos da ficha de inventário respeitante a cada bem patrimonial.

Todas estas ferramentas são essenciais para a implementação de um modelo de gestão patrimonial no município de Vila Nova de Famalicão. Elas acarretam inúmeras vantagens, não só para a gestão interna dos vários serviços que tutelam o Património Cultural e outros que por variadas razões atuam sobre os bens patrimoniais, mas também para os mecanismos de mediação entre esses serviços e os diversos públicos.

Para a gestão interna, a elaboração deste projeto foi fundamental porque veio suprimir uma lacuna existente nos serviços, pela inexistência de um único modelo de ficha de inventário, o que dificultava a implementação do tão almejado modelo de gestão patrimonial. Através da utilização de um programa informático de gestão patrimonial, que engloba o modelo de ficha de inventário produzido, os vários serviços que tutelam o Património Cultural podem fazer uma gestão integrada e começar a intensificar a cooperação em projetos comuns. A uniformização da ficha de inventário e da informação que constará em cada campo trazem também vantagens para outros serviços, nomeadamente o Departamento do Urbanismo e Habitação e os serviços do Turismo. É da responsabilidade do Departamento do Urbanismo e Habitação realizar as Cartas do Património onde constam os bens patrimoniais inventariados e georeferenciados num ortofotomapa de todas as freguesias do concelho. A consulta do programa de gestão patrimonial por parte deste serviço tornaria mais rápida a atualização dessas Cartas e as respostas dadas aos pedidos de licenciamentos de obras nos bens patrimoniais inventariados. O outro serviço que tem muito a ganhar com a implementação de um modelo de gestão patrimonial é o do Turismo. Infelizmente, pouco ou nada existe no Posto do Turismo respeitante ao Património Cultural do concelho. A mediação patrimonial entre o município e os públicos não funciona, em termos turísticos, devido à falta de ferramentas de divulgação desse património. Com o acesso dos técnicos do turismo à informação inserida no programa de gestão patrimonial, o mesmo pode levar à criação de meios de divulgação do Património Cultural, bastando apenas selecionar a informação e os bens patrimoniais que se quer divulgar.

Por fim, a elaboração deste projeto traz inúmeras vantagens para o processo de mediação entre os serviços do município e os diversos públicos, através da criação de um conjunto de ferramentas que facilitam essa mediação. Uma das ferramentas que elaboramos foi a Base de Dados respeitante ao Inventário do Património Cultural fornecida aos Presidentes das Juntas de Freguesia. Esta ferramenta é essencial porque, além das vantagens já enunciadas, mostra à comunidade que a sua opinião é importante

e que ela é um elo essencial no processo de gestão patrimonial. Só a comunidade é que pode afirmar quais os bens com os quais mais se identifica e realizar uma proteção e conservação mais eficaz desses bens. Um segundo mecanismo de mediação que utilizamos consistiu na publicação num sítio de *internet* de todas as fichas de inventário produzidas sobre os bens patrimoniais inventariados da freguesia de Gondifelos, embora só tenhamos publicado os campos que consideramos serem aqueles que mais caracterizam o bem patrimonial. Este sítio de *internet* ao já possuir as fichas de inventário produzidas pelo Gabinete de Arqueologia tornou-se num local onde se pode observar os primeiros efeitos da utilização de um modelo de ficha de inventário estandardizado por parte dos vários serviços que tutelam o património, bem como a utilização do programa de gestão patrimonial. Estas foram apenas algumas das ferramentas que elaboramos para facilitar a mediação patrimonial entre os serviços do município e os públicos. No entanto, outras podem ser elaboradas, nomeadamente: roteiros culturais; folhetins; monografias; manuais de proteção do património; maletas pedagógicas, entre um número alargado de outras ferramentas que possam facilitar a mediação patrimonial.

Ao finalizarmos a redação deste relatório, sentimos que encerramos apenas um começo e não um fim. Com este projeto pretendemos apenas fornecer elementos para a construção de bases sustentáveis sobre as quais de deverá erguer o modelo de gestão patrimonial, pelo menos ao nível do município, núcleo experimental de que nos servimos, num micro ainda mais empírico que foi a freguesia de Gondifelos Sabemos que ainda há muito caminho a percorrer para a sua implementação. No entanto, o caminho está traçado. Basta percorrê-lo ...

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

## **FONTES MANUSCRITAS**

### **Arquivo Distrital de Braga (ADB)**

ADB, Registo Geral, livro nº 65, fls. 464v-481 (1786) - *“Tombo da Igreja de São Félix e Santa Marinha de Gondifelos”*.

ADB, Registo Geral, livro nº 224, fls. 138-146 (1788) - *“Tomo dos limites, casais e bens pertencentes à Igreja de São Félix e Santa Marinha de Vicente de Gondifelos”*.

ADB, Registo Geral, livro nº 59, fls. 334v-340 (1737) - *“Registo de papéis para a fábrica da capela que de novo quer erigir Miguel Ferreira de Macedo e sua mulher, moradores na sua quinta de Fiança, da freguesia de Gondifelos”*

ADB, Registo Geral, livro nº 113, fls. 235v-237 (1754) - *“Registo de provisão de licença a favor de Miguel Ferreira de Macedo, morador na sua quinta de Fiança, freguesia de Gondifelos, para colocar um confessionário na sua capela, situa na dita sua quinta”*

ADB, Registo Geral, livro nº 134, fls. 568-569 (1757) - *“Registo de provisão a favor de Manuel Dias dos Santos, da freguesia de Gondifelos, termo da Vila de Barcelos, para se benzer a sua capela do Senhor da Ponte de Paradela, da dita freguesia “*

ADB, Registo Geral, livro nº 134, fls. 208-214 (1757) - *“Registo de provisão a favor de Manuel Dias dos Santos, da freguesia de Gondifelos, para edificar de novo uma capela com a imagem de Cristo, no sítio da Ponte, da dita freguesia de Gondifelos”*

ADB, Registo Geral, livro nº 134, fls. 273-274 (1757) - *“Registo de provisão a favor de Miguel Ferreira de Macedo, da freguesia de São Félix de Gondifelos, para na sua capela de Nossa Senhora da Conceição, sita na sua quinta da Fiança, se poder colocar um confessionário”*

ADB, *Visitas e Visitações – Termos da visita da 2ª Parte de Vermoim e Faria*

Livro nº 192 (1812)

Livro nº 193 (1825)

Livro nº 194 (1830-1831)

ADB, Governo Civil, Comissão Distrital, *Junta de Paróquia de Gondifelos*

Processo nº 329 (1890)

Processo nº 3572 (1892)

Processo nº 3983 (1893)

Processo nº 3891 (1894)

Processo nº 288 (1895)

Processo nº 289 (1896)

Processo nº 2412 (1897)

Processo nº 2413 (1898)  
Processo nº 2411 (1899)  
Processo nº 2410 (1900)  
Processo nº 5455 (1901)  
Processo nº 5454 (1902)  
Processo nº 5448 (1903)  
Processo nº 603 (1904)  
Processo nº 3409 (1910)

ADB, Governo Civil, Comissão Distrital, *Confraria das Almas da freguesia de Gondifelos*

Processo nº 1973 (1891-1892)  
Processo nº 1975 (1892-1893)  
Processo nº 1974 (1893-1894)  
Processo nº 1980 (1894-1895)  
Processo nº 1979 (1895-1896)  
Processo nº 1978 (1896-1897)  
Processo nº 4135 (1897-1898)  
Processo nº 4136 (1898-1899)  
Processo nº 4137 (1899-1900)  
Processo nº 2691 (1900-1901)  
Processo nº 4249 (1901-1902)  
Processo nº 4250 (1901-1903)  
Processo nº 8609 (1903-1904)  
Processo nº 8836 (1904-1905)  
Processo nº 678 (1907-1908)  
Processo nº 8420 (1909-1910)

ABD, Governo Civil, Comissão Distrital, *Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Gondifelos*

Processo nº 1983 (1886-1887)  
Processo nº 1977 (1890-1891)  
Processo nº 1976 (1891-1892)  
Processo nº 1982 (1892-1893)  
Processo nº 1981 (1893-1894)  
Processo nº 1984 (1894-1895)  
Processo nº 1985 (1895-1896)  
Processo nº 4139 (1897-1898)  
Processo nº 4140 (1898-1899)  
Processo nº 4141 (1899-1900)  
Processo nº 2690 (1900-1901)  
Processo nº 4247 (1901-1902)  
Processo nº 4248 (1902-1903)  
Processo nº 8627 (1903-1904)

Processo nº 2847 (1904-1905)  
Processo nº 1698 (1907-1908)  
Processo nº 1360 (1908-1909)  
Processo nº 380 (1909-1910)

ADB, *Registo Paroquial da freguesia de São Félix e Santa Marinha de Gondifelos*

Livro de Registos de Nascimentos nº 135 (1674-1714)  
Livro de Registos de Nascimentos nº 136 (1714-1734)  
Livro de Registos de Nascimentos nº 137 (1811-1836)  
Livro de Registos de Nascimentos nº 138 (1734-1811)  
Livro de Registos de Nascimentos nº 139 (1836-1858)  
Livro de Registos de Nascimentos nº 140 (1860-1871)  
Livro de Registos de Nascimentos nº 431 (1858-1886)  
Livro de Registos de Nascimentos nº 432 (1886-1891)  
Livro de Registos de Nascimentos nº 498 (1891-1900)  
Livro de Registos de Casamentos nº 135 (1675-1720)  
Livro de Registos de Casamentos nº 136 (1720-1810)  
Livro de Registos de Casamentos nº 137 (1812-1836)  
Livro de Registos de Casamentos nº 430 (1872-1886)  
Livro de Registos de Casamentos nº 141 (1836-1859)  
Livro de Registos de Casamentos nº 142 (1860-1871)  
Livro de Registos de Casamentos nº 499 (1886-1900)  
Livro de Registos de Óbitos nº 135 (1675-1709)  
Livro de Registos de Óbitos nº 136 (1709-1774)  
Livro de Registos de Óbitos nº 137 (1811-1834)  
Livro de Registos de Óbitos nº 430 (1872-1877)  
Livro de Registos de Óbitos nº 143 (1774-1851)  
Livro de Registos de Óbitos nº 144 (1851-1871)  
Livro de Registos de Óbitos nº 500 (1877-1903)

ABD, *Inquirições de Gêneres*

Processo nº 32210 (1899) – “Baltazar João Furtado”  
Processo nº 26955 (1847) – “José Silva Leitão”  
Processo nº 32148 (1847) – “Bernardo Oliveira Leitão”  
Processo nº 9431 (1830) – “Vicente José Oliveira Leitão”  
Processo nº 26299 (1830) – “José António Oliveira Leitão”  
Processo nº 21709 (1748) – “José Ferreira de Macedo”  
Processo nº 2562 (1691) – “José Macedo”

ADB, *Registos Notariais de Vila Nova de Famalicão*

Tabelião Joaquim Thomas Pinheiro, livro nº 1, fls. 2-3v (1853);  
Tabelião Joaquim Thomas Pinheiro, livro nº 2, fls. 10-11; 13-14v (1854);  
Tabelião Joaquim Thomas Pinheiro, livro nº 3, fls. 21v-22v (1856);



Notário Manuel Augusto Andrade, livro nº 183, fls. 33v-34v (1922)  
Notário Manuel Augusto Andrade, livro nº 185, fls. 27-28v; 28v-29 (1922)  
Notário Manuel Augusto Andrade, livro nº 186, fls. 20-22; 32-33v (1922)  
Notário Manuel Augusto Andrade, livro nº 189, fls. 46v-48 (1923)  
Notário Manuel Augusto Andrade, livro nº 193, fls. 17-17v (1925)  
Notário Manuel Augusto Andrade, livro nº 195, fls. 24v-26 (1925)  
Notário Manuel Augusto Andrade, livro nº 202, fls. 56v-59 (1927)

Notário Rodrigo Terroso, livro nº 124, fls. 8v-9 (1918)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 126, fls. 3-4v (1919)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 128, fls. 24-26v; 28-28v (1919)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 129, fls. 39-40v (1920)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 130, fls. 7-8; 33-34v (1920)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 131, fls. 20-22v; 32-35v (1920)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 133, fls. 25-26v; 29-31 (1920)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 134, fls. 29-29v; 34-36; 36-38 (1920)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 135, fls. 8-8v; 33v-35; 48-49v (1921)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 136, fls. 21-22 (1921)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 137, fls. 2v-4; 35-35v; 39-41 (1922)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 139, fls. 1-2v; 5-7; 24-24v; 31-32v; 44 (1923)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 140, fls. 4-5v; 9-12; 23-25v (1923)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 141, fls. 18-18v; 42-43v (1924)  
Notário Rodrigo Terroso, livro nº 143, fls. 4-5; 8-8v; 20-22v; 27-28 (1924)

Notário Adelino Adélio dos Santos, livro nº 30, fls. 29v-31 (1919)  
Notário Adelino Adélio dos Santos, livro nº 38, fls. 9-9v (1920)  
Notário Adelino Adélio dos Santos, livro nº 42, fls. 31v-33; 45v-46v (1921)  
Notário Adelino Adélio dos Santos, livro nº 47, fls. 25v-26; 43-45v (1922)  
Notário Adelino Adélio dos Santos, livro nº 54, fls. 48-51 (1924)  
Notário Adelino Adélio dos Santos, livro nº 58, fls. 18-18v; 24v-26; 43 (1925)  
Notário Adelino Adélio dos Santos, livro nº 59, fls. 31-32v; 37-37v; (1926)  
Notário Adelino Adélio dos Santos, livro nº 61, fls. 31v-34; 36-37v (1926)  
Notário Adelino Adélio dos Santos, livro nº 62, fls. 5; 23-24v (1927)

Notário Armando Caldeira Martins, livro nº 205, fls. 20v-21; 71v-73 (1928)  
Notário Armando Caldeira Martins, livro nº 210, fls. 3v-4v; 14-15v (1928)  
Notário Armando Caldeira Martins, livro nº 211, fls. 59-61v; 75v-76 (1929)  
Notário Armando Caldeira Martins, livro nº 214, fls. 15v-17; 31-32v (1930)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 341, fls. 23-23v; 28v-30; 35v-36 (1919)  
Notário Pinheiro Gama, livro nº 343, fls. 23v-25 (1920)  
Notário Pinheiro Gama, livro nº 344, fls. 12v-14; 64v-65; 81-83v (1920)  
Notário Pinheiro Gama, livro nº 345, fls. 2-3v; 13-14 (1920)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 350, fls. 24v-25v; 72-74 (1921)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 352, fls. 33-34v; 37-37v; 49v-51; 69v-70 (1922)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 353, fls. 22v-23v; 54-55v; 65-66v (1922)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 354, fls. 70-71v; 91v-93 (1922)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 355, fls. 34-36; 85-85v (1923)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 359, fls. 24-24v; 61v-63; 73v-74; 94-95v (1924)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 360, fls. 43-44v; 98-98v (1924)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 361, fls. 1-2v; 25v-26v; 46-47v; 75v-76 (1924)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 362, fls. 75-76v; 86v-88 (1925)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 364, fls. 6v-7v; 82-86v (1925)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 365, fls. 2v-7v; 74-74v; 98-100 (1925)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 367, fls. 42-44v; 90v-91 (1926)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 370, fls. 10v-11; 25-27v; 32-32v; 65-68 (1922)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 371, fls. 4-4v; 32-35v (1926)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 372, fls. 23v-24v; 32-33; 42-43v; 72v-74 (1927)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 373, fls. 72v-74 (1927)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 374, fls. 10v-13 (1927)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 375, fls. 12-12v; 23-24v; 31v-32; 72-76 (1927)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 377, fls. 1-2v; 33v-34v (1928)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 381, fls. 68-69v; 93-94; 99v-100v (1929)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 383, fls. 76v-77; 86v-88v (1929)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 384, fls. 36v-37v; 39-40v (1929)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 385, fls. 7v-8; 31v-33; 68-69v (1930)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 386, fls. 17v-19; 35v-36v; 77-78v; 88-89 (1930)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 388, fls. 5v-7v; 36v-38; 51v-52v (1930)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 389, fls. 17-18v; 66-66v; 70-71v (1930)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 390, fls. 7v-8; 12v-14v (1931)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 394, fls. 12v-14v; 32v-35v (1931)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 397, fls. 7v-9; 42-43v (1931)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 398 a), fls. 43v-45v (1932)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 400 a), fls. 19v-20v; 49-51 (1932)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 404 a), fls. 21v-22; 43v-44v; 76v-78 (1933)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 405 a), fls. 38v-39v; 47-47v; 90-92v (1933)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 406 a), fls. 9v-10; 43-43v; 72-75; 82v-86 (1933)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 407 a), fls. 2-2v; 8-9v (1933)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 408 a), fls. 77v-78v; 82-82v; 87-89 (1934)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 409 a), fls. 47v-48; 49-50v (1934)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 410 a), fls. 34-34v; 97v-99 (1934)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 411 a), fls. 6v-8; 30-31v; 97v-98v (1934)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 413 a), fls. 91v-92v; 96v-97 (1935)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 417 a), fls. 13v-14v; 30v-32 (1935)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 418 a), fls. 12v-13; 94v-95; 97-98v (1936)  
 Notário Pinheiro Gama, livro nº 419 a), fls. 17v-18; 45-46; 50v-51; 98-99 (1936)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 420 a), fls. 4-4v; 13v-14v; 22v-24; 27-27v; 63v-65v; 77v-78; 90-91v (1934)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 422 a), fls. 41-41v; 67-68; 82-83v (1936)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 423 a), fls. 5v-6; 37v-38v; 49-50v; (1937)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 424 a), fls. 25v-27; 54-55v (1937)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 429 a), fls. 6v-7v; 55-55v; 90-92v (1938)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 430 a), fls. 39v-41 (1938)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 432 a), fls. 33v-37v; 58v-59; 72-72v (1938)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 434 a), fls. 8v-9; 31v-33 (1938)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 435 a), fls. 22-22v; 31v-33v; 79-79v (1938)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 436 a), fls. 13v-14; 40v-41v; 76-78 (1939)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 437 a), fls. 6v-7v; 58v-59 (1939)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 439 a), fls. 65-68; 85v-86; 91-92 (1940)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 440 a), fls. 57-57v; 59-60; 83v-84 (1940)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 442 a), fls. 7v-8; 28-29v (1940)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 443 a), fls. 24v-25; 90v-91v (1941)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 445 a), fls. 42-43v; 49v-51; 59-59v (1941)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 446 a), fls. 2-2v; 6v-7v; 12-12v; 43-48v (1941)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 449 a), fls. 55-55v; 82-83v (1942)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 450 a), fls. 40-42v; 46v-47; 65v-67v (1941)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 452 a), fls. 29v-30; 77-78v; 95-97 (1942)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 453 a), fls. 23v-25; 37v-38; 57-57v; 90-91v (1943)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 456 a), fls. 35v-36; 43-44v (1943)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 457 a), fls. 65-65v; 99-100v (1943)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 458 a), fls. 50-51v; 53-53v; 56v-58v (1944)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 459 a), fls. 15-15v; 46v-48 (1944)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 461 a), fls. 9v-10; 65-66v; 78v-79; 85v-87; 95v-96v (1941)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 466 a), fls. 12v-13; 17-18v (1945)

Notário Pinheiro Gama, livro nº 467 a), fls. 42v-43; 97-98v (1946)

## **Arquivo Distrital do Porto (ADP)**

ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde nº 1, série nº1, livro nº 5, fls. 111v-113v (1559) - *“Subemprazamento feito por Gaspar da Costa, cavaleiro da Casa Real, e por sua mulher, Filipe Velha, a lavradores da freguesia de Gondifelos de umas propriedades que tinham por prazo do Mosteiro de Arnoso.*

ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde nº 1, série nº 1, livro nº 6, fls. 83v-85 (1571) - *“Venda feita por Domingas Gonçalves, viúva de Estêvão Pires, moradores na freguesia de Gondifelos, e por seu genro, a João Dinis de certas propriedades rústicas sitas na mesma freguesia, pelo preço de 6000 reais”*

ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde nº 1, série nº 1, livro nº 8, fls. 119-121v (1578) - *“Emprazamento em três vidas, de certas leiras e propriedades, sitas na freguesia de S. Fins de Gondifelos, feito por Gomes Carneiro, piloto e Margarida Vaz, sua mulher, a Manuel Martins de Gondifelos”*.

ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde nº 1, série nº 1, livro nº 16, fls. 233-236 (1591) - *“Emprazamento feito por Pedro Rodrigues da Rosa, tanoeiro, e sua mulher, Catarina Eanes, a Pedro Álvares e sua mulher, Helena Rodrigues, de metade de umas azenhas sitas na freguesia de Gondifelos”*.

ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde nº 1, série nº 1, livro nº 24, fls. 50-53v (1607) - *“Procuração passada entre Pedro Eanes, moleiro, e Maria Gonçalves, e sua mulher, moradores nas Azenhas de Vila do Conde, para que possam desistir do direito que têm nas Azenhas do Barroco, freguesia de Gondifelos, Barcelos”*.

### **Arquivo Municipal de Barcelos (AMB)**

AMB, *Livro de Actas de Vereação*, pasta nº 31 (1871-1873)

AMB, *Tombo nº 3 do Julgado de Faria*, pasta nº 652 (1824-1830)

AMB, *Tombo nº 7 do Julgado de Faria*, pasta nº 638 (1770-1779)

AMB, *Livros da Décima de Juro*, pastas nºs 1009 a 1063 (1762-1819)

AMB, *Copiador de Correspondência da Câmara Municipal de Barcelos para as diversas autoridades de fora do concelho e do concelho*, pastas nºs 1512 a 1553 (1838-1872)

AMB, *Copiador de Circulares para os Regedores*, pasta nº 1635 (1872-1879)

AMB, *Recenseamento Eleitoral para Eleição de Deputados*, pasta nº 1789 (1838)

AMB, *Recenseamento Eleitoral*, pastas nºs 1790 a 1799 (1842-1873)

AMB, *Registo de Passaportes*, pastas nºs 600 a 604 (1827-1872)

### **Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão (AMVNF)**

AMVNF, *Actas de Vereação*, Cx. nº A2-1 a A2-73 (1878-1868)

AMVNF, *Alvarás expedidos pela Câmara Municipal*, Cx. nºs A2-37 a A2-39 (1933-1948)

AMVNF, *Cadastro das Escolas Oficiais do Concelho*, Cx. nº A16-3 (1912)

AMVNF, *Copiador da correspondência Expedida pela Câmara Municipal*, Cx. nºs A15-4 a A15-59 (1910-1958)

AMVNF, *Copiador da Instrução Primária*, Cx. nºs A16-5 e A16-6 (1885-1892)

AMVNF, *Correspondência Expedida aos Presidentes de Juntas, Párocos e Regedores*, Cx. n<sup>os</sup> A15-299 a A15-314 (1930-1960)

AMVNF, *Correspondência Expedida aos Regedores*

Cx. n<sup>o</sup> AC14 (1913-1917)

Cx. n<sup>o</sup> AC15 (1911-1913)

Cx. n<sup>o</sup> AC16 (1908-1911)

Cx. n<sup>o</sup> AC17 (1904-1907)

Cx. n<sup>o</sup> AC42 (1917-1918)

Cx. n<sup>o</sup> AC43 (1918-1920)

Cx. n<sup>o</sup> AC44 (1920-1926)

Cx. n<sup>o</sup> AC45 (1926)

Cx. n<sup>o</sup> AC52 (1927)

Cx. n<sup>o</sup> AC53 (1927-1928)

Cx. n<sup>o</sup> AC54 (1928)

Cx. n<sup>o</sup> AC55 (1928-1930)

AMVNF, *Correspondência Expedida pela Primeira Repartição*

Cx. n<sup>os</sup> A15-315 a A15-322 (1871-1910)

Cx. n<sup>o</sup> AC9 (1910-1915)

Cx. n<sup>o</sup> AC8 (1915-1920)

AMVNF, *Correspondência Expedida pela Segunda Repartição*, Cx. n<sup>os</sup> AC60 a AC70 (1900-1920)

AMVNF, *Correspondência Recebida pela Câmara Municipal*, Cx. n<sup>os</sup> A15-329 a A15-345 (1870-1955)

AMVNF, *Licença para abertura de estabelecimentos*, Cx. n<sup>o</sup> AC35 (1902-1917)

AMVNF, *Licenças de funcionamento de Casas de Pasto, Restaurantes e Tabernas (depois da hora de recolher)*, Cx. n<sup>o</sup> 187 (1952-1960)

AMVNF, *Mapas dos Contribuintes*, Cx. n<sup>o</sup> 175 (1930-1932)

AMVNF, *Recenseamento dos Eleitores Elegíveis e Maiores Contribuintes*, Cx. n<sup>os</sup> 890 a 893 (1879-1882)

AMVNF, *Recenseamento Eleitoral*, Cx. n<sup>os</sup> A32-72 a A32-83 (1900-1910)

AMVNF, *Registo das Tabernas e Casas de venda de bebidas alcoólicas*, Cx n<sup>o</sup> AC36 (1924)

AMVNF, *Registo de Passaportes*, Cx. n<sup>o</sup> 1037 (1885-1895)

AMVNF, *Requerimentos entregues na Administração do Concelho*, Cx. n<sup>o</sup> AC94 (1906-1910)

AMVNF, *Requerimentos entregues na Secretaria da Câmara Municipal*, Cx. n<sup>os</sup> A20-24 a A20-52 (1929-1975)

## **FONTES MANUSCRITAS DIGITALIZADAS (*on-line*)**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - *Memórias paroquiais de 1758 respeitantes à freguesia de Gondifelos*. Disponível em [http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=4&dsqSearch=\(\(text\)='gondifelos'\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=4&dsqSearch=((text)='gondifelos')) [consultado em 09.05.2010]

Arquivo Central do Ministério das Finanças – *Relação dos bens arrolados da Igreja matriz da freguesia de Gondifelos (1911)*. Disponível em <http://213.58.158.153/Arquivo-CJBC--BRA-VNF--ARROL---018> [consultado em 17.09.2010]

## **FONTES IMPRESSAS**

BIBLIOTECA CAMILO CASTELO BRANCO – *Recortes de Imprensa sobre o Património Cultural de Vila Nova de Famalicão referente aos anos de 2000 a 2007*.

SILVA, António Joaquim Pinto da (Direção) – *A última vereação monárquica: Actas da Câmara Municipal. 1908-1910*. Vila Nova de Famalicão, Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998.

## **LEGISLAÇÃO**

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Retificação da convenção por Portugal em 23.08.2007, tendo sido aprovado na Assembleia da Republica pela Resolução da Assembleia da República nº 12/2008

Diário do Governo. Anos de 1835, 1841 e 1872

Lei de Bases do Ambiente. Lei nº 11/87, de 7 de Abril

Lei de Bases do Património Cultural Português. Lei nº 13/85, de 6 de Julho

Lei de Bases do Património Cultural Português. Lei.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Procedimento de Inventariação do Património Cultural Imaterial. Portaria nº 196/2010, de 9 de Abril.

Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Decreto-Lei nº 139/2009, de 15 de Junho

Regulamento orgânico do Município de Vila Nova de Famalicão. Diário da República, 2ª Série, nº 9. Regulamento nº 30/2010, de 14 de Janeiro.

## **CARTAS, RECOMENDAÇÕES E CONVENÇÕES**

2005 – Convenção de Faro sobre o valor do Património Cultural para a Sociedade [Conselho da Europa]

2000 – Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído [Conferência Internacional sobre Conservação]

1999 – Carta sobre o Património Construído Vernáculo [ICOMOS]

1997 – Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista) [Conselho da Europa]

1995 – Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada [1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana]

1994 – Carta de Villa Vigoni sobre a Protecção dos Bens Culturais da Igreja [Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja]

1992 – Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista) [Conselho da Europa]

1991 – Recomendação nº R (91) 13 sobre a Protecção do Património Arquitectónico do século XX [Conselho da Europa]

1990 – Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico [ICOMOS]

1987 – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas [ICOMOS]

1985 – Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa [Conselho da Europa]

1981 – Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos [ICOMOS]

1976 – Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea [UNESCO]

1975 – Carta Europeia do Património Arquitectónico [Conselho da Europa]

1972 – Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural [UNESCO]

1964 – Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios [II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos/ ICOMOS]

1931 – Carta de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos [Escritório Internacional dos Museus/ Sociedade das Nações]

## PERIÓDICOS

Barcelos Revista. 1998/1999. Nova Série. N<sup>os</sup> 9 E 10.

Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão. 1980-1987. 1<sup>a</sup> Série. N<sup>os</sup> 1 a 7.

Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão. 1988-2000. 2<sup>a</sup> Série. N<sup>os</sup> 8 a 17.

Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão. 2005-2009. 3<sup>a</sup> Série. N<sup>os</sup> 1 a 5.

Jornal de Famalicão – Semanário regionalista (dir. Rebelo Mesquita), n<sup>os</sup> 1 (1949) a 1294 (1974).

Revista “O Corporativismo”. 1940. Edição especial sobre as comemorações centenárias 1140-1640-1940.

## SÍTIOS

Associação de Municípios do Norte Alentejano – Ficha de inventário do Património Rural de Castelo de Vida integrada no Guia do Património Rural do Norte Alentejano. Disponível em <http://www.cm-castelo-vide.pt/pdf/patrim%C3%B3nio%20rural.pdf> [consultado em 15.04.2011]

Base de Dados do Património Cultural de Vila Nova de Famalicão - <http://vilanovadefamalicao.inwebonline.net/geral.aspx> [consultado em 29.05.2011]

Câmara Municipal de Lisboa – Ficha de classificação patrimonial de imóveis de interesse municipal. Disponível em <http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/imoveis/processoclassificacao/pedidos/Paginas/default.aspx> [consultado em 15.04.2011]

Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural - <http://www.dgadr.pt/>

Escola Básica do 2º e 3º Ciclos de Viatodos (Barcelos) – Ficha de inventário integrada no projeto de ação patrimonial “Á descoberta do Património”. Disponível em <http://www.eb23-viatodos.rcts.pt/accaopatrimonial/accaopatrimonial.htm>. [consultado em 15.04.2011]

EUROPEANA - <http://www.europeana.eu/portal/index.html>.

ICOMOS - <http://www.international.icomos.org/home.htm>

Instituto Andaluz del Patrimonio Historico - <http://www.iaph.es/>

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana - <http://www.monumentos.pt>

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico - <http://www.igespar.pt>

Instituto dos Museus e Conservação - <http://www.ipmuseus.pt/>



Inventário Geral do Património Cultural de França -

<http://www.inventaire.culture.gouv.fr/>

Ministério da Cultura de Espanha – Departamento do Património Cultural -

<http://www.mcu.es/patrimonio/>

Ministério da Cultura de Inglaterra – Departamento do Património Cultural -

<http://www.english-heritage.org.uk>

Município de Vila Nova de Famalicão - <http://www.vilanovadefamalicao.org/>

Portal da UNESCO – Departamento do Património Cultural -

[http://portal.unesco.org/culture/en/ev.phpURL\\_ID=34603&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/culture/en/ev.phpURL_ID=34603&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

Portal de Arqueologia do Gabinete de Arqueologia do Município de Vila Nova de

Famalicão - <http://arqueologia.vilanovadefamalicao.org/>

Portal do Conselho da Europa - Departamento do Património Cultural

[http://www.coe.int/T/DG4/CultureHeritage/Default\\_en.asp](http://www.coe.int/T/DG4/CultureHeritage/Default_en.asp)

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Património: Riegl e Hoje*. Separata da Revista de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. pp. 407-416

ALMENARA ROSALES, Manuel – *Estudio y Catalogación del Patrimonio Rural de Anaga. Fase I*. [on-line]. Anaga: Servicio de Control y Gestión del Medioambiental, 2006. [Consultado em 16.04.2010]. Disponível em [https://www.sctfe.es/fileadmin/user\\_upload/Archivos\\_para\\_descargar/MedioAmbienteySanidad/catalogoanaga\\_FASEI.pdf](https://www.sctfe.es/fileadmin/user_upload/Archivos_para_descargar/MedioAmbienteySanidad/catalogoanaga_FASEI.pdf)

ALVAREZ, José Gomes – *Inventário do Património Cultural Construído*. Lisboa: Serviços de Estudos do Ambiente. Secretaria de Estado do Ambiente, 1991.

ALVES, Jorge Fernandes – *Indústria da pasta e do papel em Portugal. O grupo Portucel*. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

AZEREDO, Francisco – *Casas Senhoriais Portuguesas*. Braga: Oficina Gráfica da Livraria Cruz, 1978.

AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses. Introdução ao estudo da Casa Nobre*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

AZEVEDO, José Correia de – *Portugal Monumental: Inventário Ilustrado*. 1º Vol: Minho. Algés: Nova Gesta, 1993-1994.

BASTO, E. A. Lima – *A Casa Rural*. Ministério da Economia. Direcção Geral dos Serviços Agrícolas. Serviço editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda. 1942

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO – *Agenda Indicadora do concelho do ano de 1959*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1959.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO – *Valores Patrimoniais do Concelho de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1976.

CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga: Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2003.

CAPELA, José Viriato – *Vila Nova de Famalicão: A Fundação de um Município Liberal*. “Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão” I Série, Vol. 9, 1989, pp. 21-34

CAPELA, José Viriato (Direção) – *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2005

CAPELA, José Viriato e SILVA, António Joaquim Pinto da – *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

CARDOSO, Luís – *Diccionario geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares ou aldeãs, rios ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve...* Lisboa: Na Regia Officina Sylviaña e da Academia Real, 1747 – 1751, II vols.

CARVALHO, Vasco César de – *Aspectos de Vila Nova: Factos e Nomes*. Vila Nova de Famalicão: [s.n.], 1960, 9º Vol.

CARVALHO, Vasco César de – *Aspectos de Vila Nova: Imagens Famalicenses*. Vila Nova de Famalicão: [s.n.], 1955, 4º Vol.

CARVALHO, Vasco César de – *Aspectos de Vila Nova: O Hospital de S. João de Deus*. Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1994, 1º Vol.

CARVALHO, Vasco César de – *Aspectos de Vila Nova: O Liques*. Vila Nova de Famalicão: [s.n.], 1956, 5º Vol.

CARVALHO, Vasco César de – *Aspectos de Vila Nova: Os Nossos Quadros*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico de José Casimiro da Silva, 1955, 3º Vol.

CARVALHO, Vasco César de – *Aspectos de Vila Nova: Representação Mariana*. Vila Nova de Famalicão: [s.n.], 1956, 6º Vol

CARVALHO, Vasco César de – *Aspectos de Vila Nova: Sacerdotes de Eleição*. Vila Nova de Famalicão: [s.n.], 1960, 10º Vol.

CARVALHO, Vasco de – *Aspectos de Vila Nova: A Justiça*. Vila Nova de Famalicão: Quase Edições, 2005.

CEMAT – *European Rural Heritage Observation Guide*. [on-line]. Estrasburgo: Council of Europe Publishin, 2003 [consultado em 21.06.2010]. Disponível em <http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/cemat/VersionGuide/Anglais.pdf>

- CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- CHOAY, Françoise – *As Questões do Património. Antologia para um Combate*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CORREIA, Maria Custódia Martins Fernandes (Coordenadora). – *Guia de Observação do Património Rural*. [on-line]. Lisboa: Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2009. [Consultado em 08.07.2010]. Disponível em <http://www.dgadr.pt/>
- COSTA, António Carvalho da – *Corografia portuguesa e descriçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Braga: Typografia de Domingos Gonçalves Gouveia, 1868-1869. III vols.
- COSTA, Avelino de Jesus da – *O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959, 2 Vol.
- COSTA, Avelino Pool da – *A Industria do papel em Portugal*. Separata do Boletim da Direcção Geral da Industria Nºs 22, 23, 24 e 25. II Série. Lisboa, 1946
- COUNCIL OF EUROPE - *Guidance on inventory and documentation of the cultural heritage*. Estrasburgo: Council of Europe Publishing, 2009
- CUSTÓDIO, Jorge (Coord.) – *100 anos de Património: Memória e Identidade*. Portugal 1910-2010. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010.
- DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando – *Os Espigueiros Portugueses: Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.
- DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando – *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal*. Porto: [s.n.], 1959. 2 vols.
- DIAS, Maria da Piedade e SOUSA, Orquídea Dulce Fonseca de – *Inventário do Património Arquitectónico Religioso de Matosinhos*. Matosinhos: Edições da Câmara, 2001.
- Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Lisboa: Editorial Verbo, 2009.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa; Editorial Verbo, 2001, 2 vols.
- Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Bertrand Editores, 1971.
- Dicionário da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2009
- DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR – *Muitos anos de Escolas*. Lisboa: Direcção-Geral de Administração Escolar, 1990-1996, II Vol.
- DOWNING, Douglas A. e COVINGTON, Michael A. – *Dicionário de Termos Informáticos e da Internet*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2001.

DURÃES, Margarida – *Breve História do Município Famalicense*. “Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão” I Série, Vol. 1, 1980, pág. 9-16.

FERREIRA, Carlos Antero de – *Restauração dos Monumentos Históricos: Restaurar Porquê? Restaurar o Quê? Restaurar Quando e Como?*. Lisboa: Instituto Português de Património Cultural, 1992.

FIGUEIREDO, António Lopes de – *Notícia Histórica das Cidades, Villas e Casas Illustres da Província do Minho*. Braga: Typografia Lusitana, 1873.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras - *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Barcelos: Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1995. XXXV Vols.

GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*. Porto: Campos das Letras, 2003.

GUIMARÃES, Susana – *A Quinta da Costa em Canelas (1766-1816). Família, Património, Casa*. Vila Nova de Gaia: Palimage Editores, 2006

HEINICH, Nathalie – *La Fabrique du Patrimoine*. Paris: Maison des sciences de l’homme, 2009.

IMIZCOZ BEUNZA, José Maria (Direção) – *Casa, familia y sociedad (País Vasco, España y América, siglos XV-XIX)*. Bilbao: Servicio Editorial. Universidad del País Vasco/ EHU, 2004

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO (Coordenação) – *Normas Gerais de Inventário de Pintura - Artes Plásticas e Artes Decorativas*. [on-line]. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007. [consultado em 21.12.2010] Disponível em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx)

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO (Coordenação) – *Normas Gerais de Inventário de Espólio Documental - Artes Plásticas e Artes Decorativas*. [on-line]. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2009. [consultado em 21.12.2010]. Disponível em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx)

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO (Coordenação) – *Normas Gerais de Inventário de Cerâmica - Artes Plásticas e Artes Decorativas*. [on-line]. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007. [consultado em 21.12.2010]. Disponível em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx)

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO (Coordenação) – *Normas Gerais de Inventário de Cerâmica Utilitário – Arqueologia*. [on-line]. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007. [consultado em 21.12.2010]. Disponível em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx)

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (Coordenação) – *Normas Gerais de Artes Plásticas e Artes Decorativas*. [on-line]. Lisboa: Direcção de Serviços de Inventário. Instituto Português de Museus, 2000. [consultado em 21.12.2010] Disponível em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx)

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (Coordenação) – *Normas Gerais de Arqueologia*. [on-line]. Lisboa: Direcção de Serviços de Inventário. Instituto Português de Museus, 2000. [consultado em 21.12.2010] Disponível em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx)

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (Coordenação) – *Normas Gerais de Inventário de Escultura - Artes Plásticas e Artes Decorativas*. [on-line]. Lisboa: Direcção de Serviços de Inventário. Instituto Português de Museus, 2004. [consultado em 21.12.2010] Disponível em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx)

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (Coordenação) – *Normas Gerais de Inventário de Mobiliário - Artes Plásticas e Artes Decorativas*. [on-line]. Lisboa: Direcção de Serviços de Inventário. Instituto Português de Museus, 2004. [consultado em 21.12.2010] Disponível em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx)

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (Coordenação) – *Normas Gerais de Inventário de Têxteis - Artes Plásticas e Artes Decorativas*. [on-line]. Lisboa: Direcção de Serviços de Inventário. Instituto Português de Museus, 2000. [consultado em 21.12.2010] Disponível em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx)

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (Coordenação) – *Normas Gerais de Inventário de Alfaia Agrícola – Etnologia*. [on-line]. Lisboa: Direcção de Serviços de Inventário. Instituto Português de Museus, 2000. [consultado em 21.12.2010] Disponível em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx)

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (Coordenação) – *Normas Gerais de Inventário de Tecnologia Têxtil – Etnologia*. [on-line]. Lisboa: Direcção de Serviços de Inventário. Instituto Português de Museus, 2007. [consultado em 21.12.2010] Disponível em [http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes\\_online/pub\\_online\\_normas/ContentDetail.aspx](http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/recursos/publicacoes/edicoes_online/pub_online_normas/ContentDetail.aspx)

LACERDA, Manuel e VIEIRA, João – *Património Arquitectónico – Edifícios conventuais capuchos*. [on-line]. Sacavém: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010. [consultado em 08.01.2011]. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/docs/2010/12/22/KIT05.pdf>

LACERDA, Manuel e VIEIRA, João – *Património Arquitectónico - Geral*. [on-line]. Sacavém: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010. [consultado em 08.01.2011]. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/docs/2010/11/11/KIT01.pdf>

LACERDA, Manuel e VIEIRA, João – *Património Arquitectónico – Igrejas de Misericórdia*. [on-line]. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010. [consultado em 08.01.2010]. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/docs/2010/12/22/KIT06.pdf>

LACERDA, Manuel e VIEIRA, João – *Património Arquitectónico de Habitação Multifamiliar do século XX*. [on-line]. Sacavém: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010. [consultado em 08.01.2011]. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/docs/2010/11/11/KIT02.pdf>

LACERDA, Manuel e VIEIRA, João – *Património Industrial*. [on-line]. Sacavém: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010. [consultado em 08.01.2011]. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/docs/2010/11/11/KIT03.pdf>

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*. [on-line]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. In “Cultura”. Wikipédia. [consultado em 25.07.2011]. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura>

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Pinho - *Portugal Antigo e Modern. Diccionario geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreia & Companhia, 1874. XII vol.

LEITÃO, Rui Alves – *Um olhar sobre o folclore: o caso famalicense*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2006.

LEMOS, Maximiano – *Camilo e os Médicos*. Porto: Inova, 1974.

LOPES, Flávio – *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado: Inventário*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993.

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito – *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: livros Horizonte, 2004.

LOWENTHAL, David – *The past is a foreign country*. Cambridge: University Press, 1990.

MACHADO, João Afonso – *Famalicão. Uma vila que se inova*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

MACHADO, José Pedro – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. Lisboa: Livros Horizonte, 1967, III Vol.

MATOS, José de – *Dicionário de Informática e Novas Tecnologias*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, 2004.

MESQUITA, Teresa – *Memórias de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Edições Afrontamento, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA – *Imóveis Classificados*. Delegação Regional do Norte do Ministério da Cultura, 1983.



- MOTA, Jorge Bruno Coelho – *Vila Nova de Famalicão: Oitocentos Anos de Foral*. Vila Nova de Famalicão: Phrase Editora, 2005.
- MOUTINHO, Mário C. – *A Arquitetura Popular Portuguesa*. Lisboa: Edições Estampa, 1979.
- Novo Dicionário da Língua Portuguesa conforme Acordo Ortográfico. Lisboa: Texto Editores, 2007
- O COMÉRCIO DO PORTO – *O Comércio do Porto: 100 anos (1854-1954). Resumo da sua História*. Porto: O Comércio do Porto, 1954.
- OLIVEIRA, César (Direção) – *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Imagens do Minho Oitocentistas*. Braga: Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores de Segurança Social e Saúde, 1985.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – *Festividades cíclicas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim – *Alfaia Agrícola*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamin – *Sistemas de moagem: tecnologia tradicional portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.
- OLIVEIRA, Miguel de – *As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950.
- ORTIGÃO, Ramalho – *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: A. M. Pereira, 1896.
- PEREIRA, Domingos Joaquim – *Memória Histórica da Vila de Barcelos, Barcelinhos e Vila Nova de Famalicão*. Viana do Castelo: Tipografia de André J. Pereira & Filho, 1867
- PINHEIRO, Luís – *Alminhas, Nichos e Cruzeiros de Portugal: Minho*. Braga: Editorial Artes, 1957
- RAMOS, Manuel João (Coord.) – *A Matéria do Património: Memórias e Identidades*. Lisboa: Colibri, 2003.
- ROSA, J. Mendes – *Alminhas. Monumentos votivos e culturais cristãos de inspiração gentílica. Achegas para um estudo*. Fundão: [s.n.], 2001.
- SAMPAIO, Alberto – *As vilas do norte de Portugal*. “Estudos Históricos e Económicos”. Lisboa: Editorial Veja, 1979, 2º vol.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos – *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1997,

- SANTOS, Maria José Ferreira dos – *O moinho de papel de Gondifelos, Famalicão*. In MENDES, José Amado e FERNANDES, Isabel – *Património e Indústria no Vale do Ave: Um passado com futuro*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002, pp. 209-218
- SILVA, Roberta Maria Ferreira Gomes da – *Inventário Georeferenciado do Património Cultural*. [on-line]. Lousada, [s.n], 2006. [Consultado em 21.02.2010]. Disponível em <http://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Forma%C3%A7%C3%A3o%20RRVS-%20Turismo,%20Gest%C3%A3o%20e%20Ordenamento%20Territ%C3%B3rio/Ac%C3%A7%C3%A3o%201/Invent%C3%A1rio%20Georeferenciado%20do%20Patrim%C3%B3rio%20Cultural.pdf>
- SILVA, Vasco Jorge Rosa da – *Sistemas de moagem hidráulica: azenhas no tempo de D. Dinis*. Porto: Edições Ecopy, 2008.
- STOOP, Anne de – *Palácios e Casas Senhoriais no Minho*. Porto: Civilização, 2000.
- TÁVORA, Fernando e ROSETA, Helena – *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 2004. 2 vols.
- TRIGUEIROS, António Júlio Limpo – *A casa da Quinta da Fiança: 1670-2007*. [s.l.: s.n.], 2007
- UNESCO – *O Que É: Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO, 1992
- Universal – *Novo Dicionário Integral da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores, 2008
- VASCONCELLOS, J. Leite de – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981, Vol. II.
- VASCONCELLOS, J. Leite de – *Tradições Populares de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.
- VASCONCELLOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2007. X vols.
- VIEIRA, A. Martins – *Alminhas no concelho de Vila Nova de Famalicão*. Separata do Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão”. Vila Nova de Famalicão: Câmara municipal, 1988, vol. 8º.
- VIEIRA, A. Martins – *As Capelas no Concelho de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 2000.
- VIEIRA, A. Martins – *Pontes romanas e pontes românicas: o que as caracteriza?*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2010.
- VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pittoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1886-1887, II Vols.
- VINAGRE, António Borges – *Uma Casa Agrícola Minhota*. Porto: Edições Saber, 1952